

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM  
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM**

Daniele Silva Lima

**ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO REGIONAL COM PERSPECTIVA DE  
GÊNERO: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE MULHERES EM  
PORTAIS AMAZÔNICOS**

IMPERATRIZ  
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Lima, Daniele.

ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO REGIONAL COM PERSPECTIVA DE  
GÊNERO : ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE MULHERES EM  
PORTAIS AMAZÔNICOS / Daniele Silva Lima. - 2023.

139 f.

Orientador(a): Camilla Quesada Tavares.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Comunicação/ccim, Universidade Federal do Maranhão,  
Imperatriz-MA, 2023.

1. Enquadramento. 2. Gênero. 3. Mulher. 4.  
Notícias. 5. Portais amazônicos. I. Quesada Tavares,  
Camilla. II. Título.

Daniele Silva Lima

**ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO REGIONAL COM PERSPECTIVA DE  
GÊNERO: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE MULHERES EM  
PORTAIS AMAZÔNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**Linha de Pesquisa:** Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares.

IMPERATRIZ  
2023

Daniele Silva Lima

**ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO REGIONAL COM PERSPECTIVA DE  
GÊNERO: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE MULHERES EM  
PORTAIS AMAZÔNICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**Linha de Pesquisa:** Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares.

**Aprovada em:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Camilla Quesada Tavares (orientadora) Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Thaísa Bueno Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Rayza Sarmiento Universidade Federal do Pará

IMPERATRIZ  
2023

Às mulheres que foram minha primeira  
referência: mãe, avó e tia.

## AGRADECIMENTOS

Minha trajetória acadêmica e pessoal foi marcada pela companhia e apoio de grandes mulheres. E foi nos estudos de gênero que eu me encontrei por muito tempo, a partir da necessidade de refletir sobre o mundo que nos cerca e a forma que ele nos vê. Tenho sorte por estar levando comigo grandes aprendizados e por ter me transformando enquanto pessoa durante todo esse percurso, que foi agridoce, mas foi inesquecível.

Primeiramente, agradeço a Deus e à minha família, que são minha fonte de força e de fé para seguir firme e confiante. Sem isso, nada mais faria sentido.

Às amigas e amigos que seguraram minha mão e me deram motivos para sorrir: Danielle Carolina, Lorena Lacerda, Wyldiany Santos, Luana Fonseca, Rafaela Gomes, Janaína Oliveira, Juliana Rabelo, Rutielle Alves, Alana Santos, Rhaysa Novakoski, Otávio Melo e Jefferson Oliveira. Vocês me deram apoio incondicional e muitas palavras de afirmação, não esquecerei.

À Gabriela Almeida, minha colega de mestrado, de vitórias e de dores. Você esteve comigo durante todo esse processo, ouvindo, aconselhando, chorando, sorrindo, apoiando. Parte essencial da conclusão desse trabalho se deve à força que você me deu. Grandes amizadas assim não aparecem sempre na vida, obrigada por estar ao meu lado.

Ao Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS), parte fundamental da minha caminhada na pesquisa científica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, onde eu pude desenvolver essa pesquisa, fui bem acolhida e obtive tanto conhecimento. Mesmo fora das salas e em ambientes virtuais, o percurso foi rico.

Às instituições de fomento à pesquisa científica, Capes e Fapema. Foi pelo incentivo promovido por elas que eu consegui me dedicar a esse trabalho e prover a minha pequena contribuição aos estudos de gênero e ao meu programa de mestrado.

À minha orientadora, Camilla Tavares, por todos os anos que não só compartilhou conhecimento, mas acreditou em mim e me apoiou. Agradeço as palavras carinhosas e os momentos “deixa de ser doida” durante essa nossa caminhada.

À minha excelente banca de defesa dessa dissertação, as professoras Thaísa Bueno e Rayza Sarmiento. Obrigada por aceitarem fazer parte desse momento especial e pelas contribuições desde o início desse trabalho. Aproveito para deixar meu agradecimento à

professora Clara Câmara, que fez parte da minha banca de qualificação e também deu grandes contribuições ao trabalho.

Por fim, quero expressar minha gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, me ajudaram durante o desenvolvimento desta dissertação. É quase impossível contabilizar e nomear todas as pessoas que são necessárias para a escrita de um trabalho como esse, até mesmo pequenas ações fazem a diferença e qualquer palavra de incentivo e de força são muito bem-vindas. Para todas essas pessoas, meu muito obrigada.

“Não serei livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.”  
Audre Lorde



## RESUMO

Observa-se, a partir dos estudos de gênero e jornalismo, que as mulheres são mal representadas nas notícias. Elas ocupam apenas espaços de coadjuvantes nas matérias jornalísticas ou até mesmo não há espaço algum. Diante disso, esta dissertação tem a proposta de responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o conteúdo e o enquadramento das notícias sobre as mulheres em portais de notícia amazônicos? Para isso, a pesquisa alia os conceitos de gênero (SCOTT, 2019; LAURETIS, 2019), interseccionalidade (AKOTIRENE, 2021) e enquadramento (ENTMAN, 1993) para entender qual imagem da mulher é construída atualmente em portais regionais, que possuem até mesmo as suas próprias lógicas de produção e se caracterizam pela proximidade (PERUZZO, 2005). Como objetivo geral, busca-se identificar as características da cobertura noticiosa sobre a mulher e, de forma específica, pretende-se i) verificar se as notícias contemplam uma visão interseccional, ii) observar a existência de vieses nos textos construídos quando se fala sobre mulheres e iii) elencar os principais enquadramentos percebidos no conteúdo jornalístico. Aqui, adota-se como objeto de pesquisa 9 sites localizados nas capitais de estados que pertencem à Amazônia Legal, uma vez que ainda existe uma ausência das regiões Norte e Nordeste na pesquisa científica brasileira, incluindo os estudos sobre Comunicação e Gênero. Neste trabalho, investiga-se três hipóteses: a mulher é, majoritariamente, enquadrada como vítima nas notícias e existe pouca incidência de matérias com enquadramentos sensíveis ao gênero nos portais analisados (H1), existe um número limitado de matérias que se propõem a incluir marcadores sociais ao falar sobre questões relativas às mulheres (H2), e a maioria das notícias sobre as mulheres apresentam vieses no desenvolvimento dos textos e assimetrias no tratamento de fontes (H3). O *corpus* do estudo compreende 617 notícias publicadas nos sites dos jornais durante os anos de 2021 e 2022. Para responder à pergunta, o estudo é de caráter quantitativo e utiliza como ferramentas metodológicas a Análise de Enquadramento (SOARES, 2006; PORTO, 2004) aliada à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para melhor compreensão dos dados. Como resultado, observou-se que a cobertura amazônica sobre a mulher é marcada pela temática da violência e de fatos negativos e o enquadramento de mulher que predomina é o de vítima, seguindo a tendência observada em estudos que compreendem outras regiões brasileiras. A interseccionalidade e os enquadramentos sensíveis ao gênero aparecem de forma ínfima nas notícias e alguns vieses textuais, com destaque para a vitimização, foram encontrados na produção dos nove portais. Assim, a cobertura analisada aqui deixa transparecer um enquadramento de mulher vitimizada e pouco humanizada, um retrato que se mantém forte no jornalismo, independente da região em que o veículo está localizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Enquadramento. Notícias. Portais Amazônicos. Mulher.

## ABSTRACT

It is observed from gender and journalism studies that women are poorly represented in the news. They occupy only supporting spaces in journalistic articles or even there is no space at all. Therefore, this dissertation has the proposal to answer the following research problem: what is the content and framework of news about women in Amazonian web news? For this, the research combines the concepts of gender (SCOTT, 2019; LAURETIS, 2019), intersectionality (AKOTIRENE, 2021) and framing (ENTMAN, 1993) to understand which image of women is currently constructed in regional portals, which even have their own production logics and are characterized by proximity (PERUZZO, 2005). As a general objective, we seek to identify the characteristics of news coverage about women and, specifically, we intend to i) verify whether the news includes an intersectional view, ii) observe the existence of biases in the texts constructed when talking about women and iii) list the main framings perceived in journalistic content. Here, 9 sites located in the capitals of states that belong to the Legal Amazon are adopted as research objects, since there is still an absence of the North and Northeast regions in Brazilian scientific research, including studies on Communication and Gender. In this work, three hypotheses are investigated: the woman is, mostly, framed as a victim in the news and there is little incidence of articles with gender-sensitive frames in the analyzed portals (H1), there is a limited number of articles that propose to include markers intersectional when talking about issues related to women (H2), and most news about women has biases in the development of texts and asymmetries in the treatment of sources (H3). The corpus of the study comprises 617 news published on newspaper websites during the years 2021 and 2022. To answer the question, the study is of a quantitative nature and uses as methodological tools the Framing Analysis (SOARES, 2006; PORTO, 2004) allied to Content Analysis (BARDIN, 2011) for a better understanding of the data. As a result, it was observed that the coverage of women in the Amazon is marked by the theme of violence and negative facts and the framing of women that predominates is that of victim, following the trend observed in studies that include other Brazilian regions. Intersectionality and gender-sensitive framings are barely visible in the news and some textual biases, with emphasis on victimization, were found in the production of the nine portals. Thus, the coverage analyzed here reveals a framing of a victimized and little humanized woman, a portrait that remains strong in journalism, regardless of the region in which the vehicle is located.

**KEYWORDS:** Gender. Framework. News. Amazon Websites. Woman.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 1</b> - Quantidade de matérias analisadas nos portais amazônicos ..... | 79 |
|---|----|

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1</b> – Nuvem de palavras com os títulos de notícia na cobertura amazônica sobre a mulher..... | 84  |
| <b>Figura 2</b> – Exemplos do enquadramento de vítima no portal Diário da Amazônia .....                 | 88  |
| <b>Figura 3</b> – Exemplos do enquadramento de vítima no portal O Imparcial .....                        | 88  |
| <b>Figura 4</b> – Exemplo do enquadramento de vítima no portal Jornal do Tocantins.....                  | 89  |
| <b>Figura 5</b> – Exemplos do enquadramento criminal no portal O Imparcial .....                         | 90  |
| <b>Figura 6</b> – Exemplos do enquadramento criminal no portal Diário da Amazônia .....                  | 90  |
| <b>Figura 7</b> – Exemplos do enquadramento legal no portal Folha de Boa Vista .....                     | 92  |
| <b>Figura 8</b> – Exemplos do enquadramento legal no portal O Imparcial.....                             | 92  |
| <b>Figura 9</b> – Exemplos do enquadramento estatístico no portal O Imparcial .....                      | 94  |
| <b>Figura 10</b> – Exemplos do enquadramento estatístico no portal Folha de Boa Vista .....              | 94  |
| <b>Figura 11</b> – Exemplos do enquadramento de personalidade no portal Diário de Cuiabá .....           | 96  |
| <b>Figura 12</b> – Exemplos do enquadramento incomum no portal Diário da Amazônia .....                  | 97  |
| <b>Figura 13</b> – Exemplos do enquadramento incomum no portal Diário Online .....                       | 98  |
| <b>Figura 14</b> – Exemplos do enquadramento incomum no portal Folha de Boa Vista.....                   | 99  |
| <b>Figura 15</b> – Exemplos do enquadramento de conscientização no portal O Imparcial .....              | 100 |
| <b>Figura 16</b> – Exemplos do enquadramento de conscientização no portal Folha de Boa Vista             | 100 |
| <b>Figura 17</b> – Exemplos do enquadramento sensível ao gênero no portal Diário da Amazônia .....       | 101 |
| <b>Figura 18</b> – Exemplos do enquadramento sensível ao gênero no portal O Imparcial .....              | 102 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1</b> – Relações de veículos que são objetos desse estudo..... | 71 |
|--|----|

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 1</b> – A estrutura das notícias na cobertura amazônica sobre a mulher .....                       | 80  |
| <b>Tabela 2</b> – A autoria das notícias na cobertura amazônica sobre a mulher .....                         | 81  |
| <b>Tabela 3</b> – Abrangência das notícias na cobertura amazônica sobre a mulher .....                       | 81  |
| <b>Tabela 4</b> – Valores-notícias presentes na cobertura amazônica sobre a mulher.....                      | 82  |
| <b>Tabela 5</b> – Temas de notícia presentes na cobertura amazônica sobre a mulher .....                     | 83  |
| <b>Tabela 6</b> – Subtemas de notícia presentes na cobertura amazônica sobre a mulher.....                   | 84  |
| <b>Tabela 7</b> – Quantidade de fontes de informação presentes na cobertura amazônica sobre a<br>mulher..... | 85  |
| <b>Tabela 8</b> – Função das fontes femininas na cobertura amazônica sobre a mulher .....                    | 86  |
| <b>Tabela 9</b> – Enquadramentos presentes na cobertura amazônica sobre a mulher .....                       | 87  |
| <b>Tabela 10</b> – Marcadores sociais citados na cobertura amazônica sobre a mulher.....                     | 103 |
| <b>Tabela 11</b> – Vieses textuais encontrados na cobertura amazônica sobre a mulher .....                   | 107 |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 15  |
| <b>2 OS ESTUDOS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE NO JORNALISMO</b> .....                  | 24  |
| 2.1 Para começar: entendendo o gênero e a interseccionalidade.....                       | 24  |
| 2.2 As implicações de gênero na prática jornalística .....                               | 31  |
| 2.3 Problemas globais, problemas locais: como as mulheres aparecem na mídia .....        | 38  |
| <b>3 O RETRATO DA MULHER: JORNALISMO E ENQUADRAMENTO</b> .....                           | 51  |
| 3.1 A produção noticiosa na mídia regional .....   | 51  |
| 3.2 O jornalismo enquadrando a realidade: os estudos de enquadramento das notícias ..... | 54  |
| 3.3 Os <i>frames</i> da mulher: teoria do enquadramento nos estudos de gênero .....      | 62  |
| <b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....   | 70  |
| 4.1 Escolhas de pesquisa: objetos e recortes.....  | 70  |
| 4.2 Técnicas metodológicas: Análise de Enquadramento e Análise de Conteúdo .....         | 73  |
| <b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....   | 79  |
| 5.1 Panorama geral da cobertura noticiosa amazônica sobre a mulher .....                 | 79  |
| 5.2 Enquadramentos, intersecções e viés textual nas notícias.....                        | 86  |
| 5.3 Enquadramento com perspectiva de gênero: discussões dos resultados .....             | 111 |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 116 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 120 |
| <b>APÊNDICE A</b> .....  | 131 |

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação está concentrada na área dos estudos de jornalismo e gênero<sup>1</sup>. Diante disso, esta investigação se propõe a analisar sites de notícias de jornais amazônicos, observando o conteúdo e enquadramento das matérias sobre mulheres a partir da Análise de Enquadramento e da Análise de Conteúdo. Os objetos escolhidos tratam de portais de notícias localizados na capital dos estados que pertencem à Amazônia Legal<sup>2</sup>, sendo os seguintes: A Crítica (Manaus-AM), Folha de Boa Vista (Boa Vista-RR), A Gazeta do Acre (Rio Branco-AC), A Gazeta do Amapá (Macapá-AP), Diário da Amazônia (Porto Velho-RO), Diário de Cuiabá (Cuiabá-MT), Diário Online (Belém-PA), O Imparcial (São Luís-MA) e Jornal do Tocantins (Palmas-TO). O recorte temporal escolhido foram as publicações durante o ano de 2021 e 2022. A problemática da pesquisa, objetivos, hipóteses, *corpus* e ferramentas metodológicas serão apresentadas em seguida. Depois dessa introdução, a dissertação segue com os capítulos teóricos, metodológico, resultados e considerações finais.

Entretanto, antes de se ater especificamente ao estudo desenvolvido aqui, se faz necessário que a autora seja situada. A pesquisa científica é feita a partir de procedimentos bem demarcados e justificados, com a garantia de credibilidade e replicabilidade, com regras de objetividade e de observação dos objetos, mas não se pode anular os sujeitos ou sujeitas por trás das autorias. Boa parte das grandes pesquisas se faz com inquietações pessoais, subjetivas e por observações participantes e próximas. Por esse motivo, a autora dessa dissertação abre este espaço para ser apresentada, pois parte das justificativas de todas as seleções desenvolvidas aqui são atravessadas também por vivências e subjetividades da mesma.

Esse posicionamento da autoria parte da concordância com Donna Haraway (2009) ao falar sobre os saberes localizados. Segundo a autora, todo conhecimento está localizado socialmente e politicamente, sendo assim, o saber é posicionado e parcial, pois ele está intrinsecamente ligado a uma visão que parte de um corpo.

Ao falar que o conhecimento é parcial, Haraway não quer dizer que tudo deva ser relativizado, mas sim que não existem respostas universais. A autora está então preocupada com a tradução do conhecimento, ou seja, os saberes localizados devem ser traduzidos para outras comunidades (HARAWAY, 2009; GÓES, 2019). Por compreender que o

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, o gênero será compreendido a partir da categoria mulher, entretanto, ressalta-se que gênero e mulher não são tomados como sinônimo.

<sup>2</sup> A Amazônia Legal é uma área que corresponde ao território da bacia Amazônica, ela foi delimitada pelo Art. 20 da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007 e inclui 772 municípios dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (IBGE, [20--]).



posicionamento é fundamental para uma objetividade feminista, que se trata de um conhecimento localizado (HARAWAY, 2009), a autora desta dissertação precisa corporificar esta pesquisa.

Como mulher negra e feminista, a autora deste estudo começou a adotar as lentes do feminismo desde a adolescência para observar o mundo ao seu redor e construir inteligibilidades acerca dele. Ao entrar na academia, isso não foi diferente, pelo contrário, essa lente foi incentivada e aperfeiçoada com o encontro dos estudos de gênero. Como pesquisadora e jornalista, foi percebido que as mulheres no jornalismo não eram apresentadas da mesma forma que os homens, principalmente ao se olhar para as mulheres negras na cobertura midiática. Nasce neste momento uma inquietação científica e um caminho de pesquisa. Ao se debruçar sobre achados de outros estudos sobre o tema e perceber suas lacunas, este trabalho – assim como outros já desenvolvidos anteriormente –, busca contribuir com a área e lançar luz sobre uma problemática latente e de fundamental importância quando se pensa na produção jornalística.

Os estudos de gênero e jornalismo vêm ganhando força desde 2009 e alcançaram um maior pico a partir de 2017 (MASSUCHIN; TAVARES; SILVA, 2020). Atualmente, o jornalismo é a subárea da comunicação que mais se dedica a esses tipos de trabalhos (TAVARES *et al*, 2021). Estes observam o jornalismo sob uma perspectiva sensível ao gênero, entendendo que as questões que existem no mundo social são produzidas e reproduzidas no campo da comunicação. Pode-se observar desigualdades em diversos níveis, como dentro das redações de trabalho, na seleção e desenvolvimento de pautas, nas escolhas das fontes de informação, nos textos jornalísticos, dentre outros.

Quando se olha para as redações jornalísticas, a feminização da profissão se destaca. As mulheres, hoje, representam a maioria dos profissionais em postos de trabalho, entretanto, como apontam Paula Rocha e Karina Woitowicz (2017), o fato de elas serem maioria não garante que as desigualdades de gênero não existam. As autoras apontam que elas ainda enfrentam diversas diferenças do ponto de vista econômico e de hierarquia quando comparadas aos homens.

Esse tipo de resultado também foi verificado em um estudo feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2018, desenvolvido com grupos focais e questionários nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. Segundo os dados divulgados, as jornalistas passam por situações de assédio frequentes na relação com fontes e superiores.

Em um estudo realizado pela autora desta dissertação, com jornalistas em Imperatriz e Balsas, no Maranhão, identificou-se que as mulheres que atuam na área da Comunicação, nestas

idades, passam por situações de assédio tanto dentro das redações quanto na relação com fontes de informação (LIMA; SANTOS; TAVARES, 2019). Esse cenário também foi reforçado por Janaína Amorim (2021) que investigou casos de assédio por meio de entrevistas com jornalistas da cidade de Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão. Segundo ela, as mulheres são assediadas principalmente por homens e isso afeta tanto suas rotinas profissionais quando sua própria saúde.

Em um estudo recente, Andressa Dancosky, Jacques Mick e Paula Rocha (2022) trazem uma nova visão sobre o mercado de trabalho, apontando que, devido à crise econômica e transformações estruturais do jornalismo, existe um fenômeno de desfeminização da profissão. Segundo este estudo, a desfeminização pode ser compreendida como a manutenção da área como uma atividade masculinizada, o que favorece a saída das mulheres em momentos de crise. O afastamento das mulheres do jornalismo foi evidenciado na pesquisa a partir de *surveys* entre 2012 e 2017. Segundo as autoras e o autor, houve uma redução de oportunidades no jornalismo para as mulheres, e as que permaneceram na profissão precisam enfrentar acúmulo de funções, jornadas extras e instabilidades nos regimes dos seus contratos.

As dificuldades enfrentadas por elas na prática também já foram estudadas e sistematizadas por Thales Lelo (2019). O autor aponta, por exemplo, que existem problemas na relação com as fontes, na seleção desigual de pautas – em que as mulheres ficam com as mais “brandas” – e inclusive na recepção da audiência em matérias assinadas por mulheres, em que elas recebem mensagens misóginas e em tom de ameaça. Ou seja, o que se observa é um cenário pouco positivo para essas profissionais na prática jornalística, o que pode gerar impactos inclusive na produção dos conteúdos.

Com relação a isso, um grande número de trabalhos tem se dedicado a analisar como as mulheres aparecem nos produtos jornalísticos. A *The World Association for Christian Communication* (WACC) organiza o relatório *Global Monitoring Project*, a cada cinco anos, para monitorar a aparição de mulheres nos meios de comunicação no mundo desde 1995. Segundo dados mais recentes, de 2020, as mulheres seguem sendo menos presentes como fontes de informação do que os homens e, quando aparecem, exercem em sua maioria (59%) a função de relatar experiências pessoais, além disso, em 43% dos casos elas não tinham função clara na narrativa e em 24% elas não ocupavam o lugar central na notícia, ou seja, sendo uma sujeita importante na história.

A autora desta pesquisa também já desenvolveu uma investigação que analisava as matérias no Jornal Hoje e no JMTV 1ª Edição – jornal regional do Maranhão. Neste estudo, foi verificado que as pautas com foco nas mulheres são incipientes em ambos os telejornais. Com

183 matérias coletadas do Jornal Hoje, apenas 5 tinham elas como foco, e das 246 coletadas do JMTV, elas eram figura central em apenas 10 (LIMA; SOUSA; TAVARES, 2021). Com esse resultado, as autoras apontam que pode existir um impacto negativo devido à falta de notícias que insiram as mulheres no debate central, uma vez que esse tipo de informação acaba não chegando nos espaços públicos e na vida política.

Estes são resultados que já se faziam presentes muitos anos atrás e, como se pode observar, ainda demandam mudanças. Já em 2007, Funck estudava o jornal impresso Diário Catarinense e, ao observar a pouca presença de matérias sobre as mulheres nas edições, constatou que “ou as mulheres, historicamente destinadas ao trabalho doméstico, não dão às suas atividades uma importância política e pública, ou o jornal, ao buscar material para suas reportagens, não vê o fazer das mulheres como relevante ou de interesse geral” (FUNCK, 2007, p. 17). São 13 anos que separam estes estudos e os resultados seguem semelhantes. Um dos primeiros obstáculos para uma cobertura mais sensível ao gênero está na dificuldade com que as pautas sobre as mulheres cheguem ao menos a serem produzidas. Superado este primeiro obstáculo, muitos outros se seguem.

Quando as mulheres aparecem nas matérias, suas figuras são marcadas por estereótipos ou violência, muitas vezes até mesmo sem contexto ou como forma de ganhar audiência (MORENO, 2017). Ao se olhar para pautas específicas do universo masculino, essa desigualdade aumenta: em matérias sobre tecnologia elas raramente aparecem (ROCHA; DANCOSKY, 2016) e em política elas são representadas com marcadores de gênero, falando por exemplo sobre aparência e vida familiar (DANTAS; RUBIM, 2018). No esporte, Januário, Veloso e Cardoso (2016), ao analisarem a cobertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino em portais de notícias pernambucanos, verificaram que, mesmo em pautas que falavam sobre os jogos, havia falta de fontes femininas e, por vezes, o técnico da seleção era a única voz consultada para a construção das matérias.

Essa problemática se agrava quando se olha para intersecções ao gênero, como raça e classe. Sobre isso, Christofolletti e Watzko (2009) apontam que três principais jornais de Santa Catarina (A Notícia, Jornal de Santa Catarina e Diário Catarinense) reforçam a invisibilidade de mulheres negras e pardas, apresentando desigualdades de cobertura em todas as editoriais. Lago, Thamani e Kazan (2019) além de observarem a invisibilidade de mulheres negras nas revistas Cláudia e Glamour, também destacam que a produção das revistas não se propõe a abordar questões ligadas a gênero, raça e classe. Por esse motivo, esta dissertação também pretende somar a intersecção na análise.

A partir dos resultados citados se pode afirmar que a forma como as mulheres aparecem na mídia parte de lógicas profissionais do jornalismo, que são guiadas por valores e seleções. Ao se fazer seleção, exclusões e omissões também viram parte do processo. Diante disso, essas matérias deixam transparecer um enquadramento, ou seja, transmitem as referências e imagens de mulheres através da sua produção cotidiana.

Segundo Rothberg (2010), o enquadramento ou *framing* é construído na prática jornalística no momento em que se fazem decisões sobre seleção, exclusão ou ênfase em certos aspectos da informação que vai ser noticiada para uma audiência, ou seja, é parte intrínseca nos procedimentos da profissão. Apesar disso, há de se destacar que os enquadramentos provenientes das notícias geram percepções de mundo e são importantes instrumentos quando se fala em representação, principalmente de minorias.

(...) se uma reportagem noticia a violência cometida por ou contra adolescentes em conflito com a lei sem contexto ou depoimentos de especialistas, tende a propagar a visão de que o problema não tem relação com o ambiente social e macropolítico, e nesse quadro inexistem políticas públicas sociais de preservação de direitos daquele público, sobrando apenas medidas de segurança pública (ROTHBERG, 2010, p. 62).

Nesse sentido, Porto (2004, p. 91) afirma que os enquadramentos noticiosos são instrumentos de poder. Ele também destaca que estes são resultados da própria prática jornalística, que é baseada em escolhas feitas por jornalistas. Todas estas escolhas, por consequência, vão dar uma ênfase seletiva na realidade percebida por esses profissionais.

Por meio do enquadramento, o pesquisador consegue identificar o que ali é implícito e utiliza das estratégias textuais para ultrapassar o “óbvio” apresentado em cada matéria. É nesse processo que se pode definir como foi aquele acontecimento, como o meio de comunicação o destacou e qual o recorte adotado para se chegar ao público (GATTO; SOARES, 2018, p. 08).

Porém, é importante destacar o quanto o enquadramento é complexo, pois compreende uma construção de sentidos e depende da própria concepção que o leitor possui ao receber a notícia. Fundamental também destacar que Gonçalves, Silva e Batista (2019, p. 06) ressaltam que a “assimetria de gênero está (...) nas entranhas do jornalismo, incidindo sobre o discurso jornalístico”. Ou seja, se faz necessário analisar como essa assimetria de gênero pode ser percebida nas coberturas e enquadramentos em matérias que tratam sobre as mulheres, verificando que lógicas baseadas na diferença de gênero perpassam na produção jornalística.

É importante destacar que a construção de enquadramentos também pode sofrer alterações com o passar do tempo e a partir de cobranças sociais que influenciam na forma como o jornalismo é praticado. O enquadramento da mulher de décadas atrás não é o mesmo enquadramento que pode ser encontrado hoje, já que as sociedades passaram por diversas

mudanças, novas discussões ganharam força e o feminismo ganhou espaço, sendo assim, o jornalismo também se altera para atender à uma nova audiência, com novas perspectivas e novas cobranças. Entretanto, apesar disso, neste estudo, o argumento principal é que os enquadramentos noticiosos seguem sendo desfavoráveis às mulheres na produção jornalística. Claro, esse desfavorecimento não se configura como algo estático e igual à anos atrás, mas segue presente em outras configurações.

Ademais, o recorte é demarcado também pela observação de que os estudos em comunicação e gênero ainda se concentram no eixo Sul-Sudeste, sendo ainda o Norte e o Centro-Oeste pouco presentes nas pesquisas (SILVA *et al*, 2018). Essa constatação demonstra um grande problema na pesquisa científica brasileira, que ainda trata pesquisas do Sul-Sudeste como retratos nacionais e pesquisas das outras regiões do país como pesquisas locais. Essa discrepância e falta de estudos que se debruçam sobre outras realidades tornam a área debilitada de diversidade de discussões e de achados que poderiam contribuir para um avanço. Olhar para objetos de outras regiões do Brasil não é apenas olhar para objetos locais, é um esforço para observar quadros distintos e obter resultados variados, o que representa um ganho para fomentar a discussão dos estudos de gênero e jornalismo.

Tendo em vista estas discussões, este trabalho levanta a seguinte problemática: qual o conteúdo e o enquadramento das notícias sobre as mulheres em sites de jornais amazônicos? Esse questionamento procura analisar a cobertura que envolve as mulheres como figuras centrais nas matérias. Como objetivo geral, busca-se identificar as características da cobertura noticiosa sobre a mulher e, de forma específica, pretende-se i) verificar se as notícias contemplam uma visão interseccional, ii) observar a existência de vieses nos textos construídas quando se fala sobre mulheres e iii) elencar os principais enquadramentos percebidos no conteúdo jornalístico.

Para responder à pergunta de pesquisa, foram analisadas 617 notícias que foram veiculadas em portais de notícias amazônicos, sendo eles: A Crítica (Manaus-AM), Folha de Boa Vista (Boa Vista-RR), A Gazeta do Acre (Rio Branco-AC), A Gazeta do Amapá (Macapá-AP), Diário da Amazônia (Porto Velho-RO), Diário de Cuiabá (Cuiabá-MT), Diário Online (Belém-PA), O Imparcial (São Luís-MA) e Jornal do Tocantins (Palmas-TO).

Esta pesquisa justifica-se por se propor a demonstrar como se caracterizam as notícias sobre mulheres no jornalismo e que enquadramentos se sobressaem quando se olha de forma específica para esse tipo de cobertura. Ou seja, o interesse aqui é se utilizar dos estudos de gênero como uma lente para se observar de que forma o jornalismo trabalha quando sua pauta envolve a mulher. A escolha dos objetos se deu pelo interesse em investigar veículos de estados

pertencentes à Amazônia Legal, a partir da inspiração no trabalho de Miranda e Carvalho (2021), que estudam a cobertura de feminicídios em jornais amazônicos. Entretanto, neste trabalho, será utilizado um recorte mais amplo e serão analisados outros jornais. A ampliação se deu para ter um *corpus* mais robusto de notícias para a geração dos resultados.

Além disso, já foi apontado que as pesquisas científicas sobre comunicação e gênero que incluem a interseccionalidade na discussão ainda são incipientes (LIMA; ALMEIDA; TAVARES, 2022) – lacuna que esta pesquisa também pretende preencher em parte.

Além de buscar contribuir para a área acadêmica, este estudo também se destina a servir como guia e incentivo de práticas profissionais que, efetivamente, se utilizem de perspectivas de gênero nas matérias e se dediquem ao desenvolvimento de uma cobertura que coloque a mulher como figura central e de importância nas notícias. Apesar de aqui a categoria mulheres ser o foco principal, os achados e contribuições podem servir de inspiração para estudos que considerem outras categorias de gênero.

A partir do estabelecimento da problemática e da revisão de literatura sobre a área, esta pesquisa levanta três hipóteses a serem testadas. A primeira hipótese deste trabalho diz respeito ao enquadramento delas nas notícias, uma vez que se sabe que as mulheres estão mais presentes nas mídias como vítimas (MORENO, 2017). Esse fato faz com que as informações que chegam ao público deixem de incorporar elementos que seriam importantes para a construção de um jornalismo generificado (BARBOSA; VARÃO, 2018) e que se preocupe em “[...] contextualizar adequadamente as narrativas e produzir conteúdos que promovam a emancipação feminina, a igualdade, a transformação de conflitos e a paz” (SALHANI; SANTOS; CABRAL, 2020, p. 5). Portanto, a primeira hipótese é de que: A mulher é, majoritariamente, enquadrada como vítima nas notícias e existe pouca incidência de matérias com enquadramentos sensíveis ao gênero nos portais analisados (H1), seguindo uma tendência nacional.

Além disso, este trabalho procura incluir uma discussão interseccional ao observar as notícias dos sites de jornais amazônicos. Alguns trabalhos já evidenciaram que, por exemplo, as mulheres negras são as mais inviabilizadas (CHRISTOFOLETTI; WATZKO, 2009; LAGO; THAMANI; KAZAN, 2019). Além disso, Lago, Thamani e Kazan (2019), ao estudarem as matérias das revistas Cláudia e Glamour, destacam que mesmo quando mulheres negras são apresentadas, elas ainda ocupam um local de coadjuvante, tendo pouca relevância. Acrescenta-se que, especificamente por se tratar de veículos que cobrem estados pertencentes à Amazônia, se torna necessário verificar a representação das mulheres indígenas nas matérias. Por este motivo, a segunda hipótese deste trabalho diz que: Existe um número limitado de matérias que

se propõem a incluir marcadores interseccionais ao falar sobre questões relativas às mulheres (H2).

A terceira hipótese diz respeito à forma com que as notícias sobre as mulheres são apresentadas, uma vez que existem diversos problemas na cobertura, como apontado por Lima, Almeida e Tavares (2022), como a pouca presença como fontes oficiais e especialistas (LIMA, 2020; JOHN, GUMS, 2017), e a existência uma grande presença de estereótipos na cobertura (LEAL, 2017; DANTAS, RUBIM, 2018; JANUÁRIO; VELOSO; CARDOSO, 2016). Assim, a terceira hipótese da pesquisa afirma que: A maioria das notícias sobre as mulheres apresentam vieses no desenvolvimento dos textos e assimetrias no tratamento de fontes (H3).

Os vieses textuais estão presentes no livro de códigos da pesquisa, e eles são entendidos como enviesamentos baseados no gênero percebidos na construção da narrativa jornalística. Estes podem incluir a presença de estereótipos, reforço de padrão de beleza, sexualização, romantização, culpabilização e vitimização das mulheres retratadas nas matérias.

Após a escolha dos objetos de análise, já pontuados anteriormente, foi realizada uma coleta das matérias publicadas nos sites destes veículos por meio do *Google Sheets* com notícias retiradas do *Google News* a partir da busca avançada pela palavra-chave “mulher” e com a seleção publicações do “último ano”, uma vez que se pretende estudar uma cobertura recente para se debruçar sobre o estado atual das notícias, sendo assim, foram analisadas publicações de 2021 e 2022. No total, 617 matérias, dos nove portais amazônicos, compõem o *corpus* da pesquisa.

Para responder à pergunta, chegar aos objetivos e testar estas hipóteses, sabendo que o objetivo do trabalho é verificar as características das notícias sobre mulher com base numa visão interseccional e por se tratar de um grande *corpus*, se propõe utilizar como ferramentas metodológicas a Análise de Enquadramento e a Análise de Conteúdo (AC) para chegar aos resultados.

O interesse no desenvolvimento desse tipo de metodologia surge a partir dos resultados encontrados no trabalho de Tavares *et al.* (2021) que realizaram uma análise bibliométrica dos estudos de Comunicação e Gênero. Neste trabalho, identificou-se que a Análise de Enquadramento não foi apontada como uma das técnicas mais utilizadas em artigos dentro da temática. Ressalta-se que a pesquisa citada possui um recorte de área, data e *corpus*, sendo assim, não se pretende fazer uma afirmação sobre toda a área de comunicação e gênero no Brasil. Segundo Soares (2006), a Análise de Enquadramento é uma das possibilidades

adequadas quando se pretende estudar um material jornalístico e se procura encontrar vieses na cobertura.

Por fim, a estrutura da dissertação segue da seguinte forma: o próximo capítulo traz discussões sobre gênero, interseccionalidade e jornalismo, destacando conceituações, importância e achados de pesquisas nacionais e internacionais. O segundo capítulo teórico aborda jornalismo regional e a teoria do enquadramento, apresentando suas concepções de acordo com diversos autores, destacando o uso do enquadramento nas pesquisas de jornalismo e demonstrando alguns achados em outros estudos que se dedicam a olhar para o enquadramento das mulheres nos veículos de comunicação. Após as discussões da literatura, se seguem os caminhos da pesquisa na metodologia, apontando as escolhas de objetos, recortes e técnicas, além da construção do livro de códigos, da codificação dos dados e da geração dos resultados. Apresentado o percurso metodológico, os resultados com dados quantitativos são descritos e, por fim, analisados, relacionando-os com as hipóteses a serem testadas, os objetivos e a literatura de referência. Ao final, são feitas as considerações do trabalho, onde possíveis soluções são debatidas e encaminhamentos para pesquisas futuras são indicados.



## **2 OS ESTUDOS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE NO JORNALISMO**

Neste capítulo, serão revisitados e debatidos os conceitos de gênero e interseccionalidade, além de ser esboçada sua relação com os estudos de comunicação e apresentados resultados de pesquisas empíricas que se propõe a observar como estes atravessam a produção e o conteúdo dos veículos de comunicação. A partir deste levantamento bibliográfico, será possível entender de que forma este trabalho entende o gênero e como irá utilizar esse conceito de forma instrumentalizada, para analisar as matérias dos portais que são os objetos do estudo. O mesmo vai acontecer com a conceituação de interseccionalidade e sua importância para a pesquisa desenvolvida aqui.

Por fim, a sistematização de principais achados de outras pesquisas sobre comunicação e gênero trará para o debate resultados nacionais e internacionais, para que seja possível o estabelecimento de semelhanças e contrastes entre eles. Ademais, esta bibliografia será útil para a discussão dos resultados deste estudo, uma vez que é necessário abordar uma relação com a própria área e seus autores.

Todavia, antes de se iniciar a discussão de referenciais, é importante elucidar que a autora não entende o gênero como um sinônimo de mulher, pelo contrário, mulher está entre uma das categorias de gênero e este trabalho, de forma específica, trata sobre o enquadramento de mulheres no jornalismo. Por isso, a categoria mulher é o destaque no desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, ao se falar em gênero, a autora se detém à categoria de mulher, mas não possui a pretensão de tratar os dois termos como sinônimos. Ademais, ressalta-se também que não se deseja universalizar o conceito de mulher, entende-se que não existe uma mulher universal, todas as experiências sociais e problemas de gênero são atravessados por intersecções, como a classe, raça, etnia e sexualidade. Sendo assim, ao se falar em mulher não se intenciona demarcar uma única experiência, uma vez que a vivência do gênero é muito mais ampla e complexa. Estas definições e posicionamentos serão detalhados nos tópicos a seguir.

### **2.1 Para começar: entendendo o gênero e a interseccionalidade**

Antes de se debruçar sobre a forma que as mulheres são retratadas nas mídias, é importante apontar algumas bases epistemológicas dos conceitos de gênero e interseccionalidade, que são caros para o desenvolvimento desta pesquisa. Por isso, a discussão se inicia para se entender o que seria o gênero e porquê ele é fundamental para se compreender as desigualdades na forma como as mulheres estão presentes no jornalismo. É importante apontar que este conceito foi e continua sendo entendido de formas diferentes, assim, para construir este capítulo foram utilizadas conceituações e reflexões de autores e autoras que

melhor se adequem aos objetivos teóricos e metodológicos da pesquisa, sem intenção de se ater a uma corrente específica de pensamento.

De acordo com Adriana Piscitelli (2009), o conceito de identidade de gênero surgiu na década de 60, e foi usado para estabelecer uma distinção entre sexo, que naquela época seria ligado à natureza – algo fixo -, e gênero, ligado à cultura, ou seja, o gênero seria o aspecto desenvolvido culturalmente nas sociedades. Em 1994, Maria Luiza Heilborn falava sobre a força cultural na construção do gênero. Segundo ela (p. 1), “gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo”. Ou seja, tinha-se até a época o entendimento do gênero a partir de um fator que seria o biológico: o sexo. Partindo do sexo, cada pessoa passaria por processos culturais que definem suas diferenças a partir de um sistema de representações que é sancionado no meio social (HEILBORN, 1994).

Esses primeiros esforços de entender o que é o gênero foram importantes para a evolução do conceito durante os anos, sabe-se que hoje esse pensamento é muito mais complexo e fluído, entretanto, entender sobre essa força cultural é interessante para esta pesquisa. O que se faz fundamental para a caminhada teórica pretendida aqui é demonstrar que a cultura é ponto chave para entender como o gênero é construído e entendido pela sociedade. Ou seja, tudo que se experiencia na vida, incluindo o consumo dos meios de comunicação, têm um papel de destaque na formação de uma identidade de gênero. E é por esse motivo que se torna importante verificar como o jornalismo, por exemplo, representa as mulheres, assim, criando inteligibilidades sobre esta categoria de gênero.

Em “Gênero: uma categoria útil par análise histórica “,Joan Scott (2019)<sup>3</sup> faz uma análise histórica sobre a evolução da conceituação de gênero pelas feministas e pelo estudo científico, além de se propor a apresentar sua própria forma de conceituação, entendendo o gênero sob uma ótica das relações sociais, do poder e das instituições.

Segundo Scott (2019, p. 67), o gênero implica quatro aspectos que são relacionados entre si. O primeiro seria os “símbolos culturalmente disponíveis” na sociedade, ou seja, os símbolos das representações de mulher que existem em cada cultura. O segundo aspecto diz respeito aos “conceitos normativos que colocam em evidência interpretações de sentido”, é dizer, as sociedades promovem interpretações sobre a mulher, e isso acaba por fazer com que outras possibilidades de sentido sejam rejeitadas. O terceiro aspecto propõe ampliar a noção de gênero para além do sistema de parentesco (ligado ao mundo doméstico e a família), pois além disso, o gênero “é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos

---

<sup>3</sup> Texto originalmente publicado no ano de 1986.

na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco” (p. 68). Por fim, o quarto e último aspecto é a identidade subjetiva, uma vez que a autora defende que não existe uma resposta única e universal para o gênero, já que essa identidade é construída a partir de “organizações sociais e representações culturais historicamente situadas” (p. 69).

Dentro da conceituação elaborada pela autora, os primeiros dois aspectos são de suma importância para este trabalho. O gênero então é construído e entendido a partir de símbolos disponíveis na sociedade e conceitos normativos que o interpretam e limitam. Ou seja, o aporte cultural de referências e interpretações tanto formam o que se entende pela identidade de gênero como também as limitam. Para além da construção do conceito a partir desses quatro aspectos, a autora também pontua que “o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana” (SCOTT, 2019, p 70). Isto é, o gênero seria a forma como as pessoas acessam uma inteligibilidade sobre o que é ser homem e mulher, por exemplo, e é a partir disso que estes/estas se relacionam e conseguem compreender o mundo social.

Sabendo disso, pretende-se pontuar aqui que o jornalismo é também uma fonte de referência para se entender o gênero. As representações que a profissão faz tanto das mulheres quanto do movimento feminista e das questões de gênero são meios pelos quais a sociedade acessa conhecimento sobre. Nesse sentido, se faz necessário analisar de que forma isso está acontecendo e se há diferença quando se olha para contextos poucos explorados pela literatura existente, como é o caso dos veículos da Amazônia Legal, conforme proposto por este trabalho. Como a mulher é representada pelo jornalismo não só impacta em como todas as pessoas entendem o que é ser mulher, mas também serve como referência para a construção dessa categoria de gênero nas sociedades.

Scott (2019, p. 87) também critica a percepção de que existiria uma divisão natural entre os homens e as mulheres, já que estes são “categorias políticas e não dados naturais”. É importante que se destaque isso para que não se cometa o erro de, como a autora diz, “naturalizar a história”, o que se entende por homem ou mulher não pode ser algo naturalizado, isso impediria que essas construções fossem criticadas e transformadas através das lutas feministas. Scott (2019, p. 88) complementa que “nossa luta tem como objetivo suprimir os homens como classe, não por meio de um genocídio, mas de uma luta política”.

Nesse sentido, a autora Sandra Harding afirma que o feminismo teve um papel importante na quebra da visão genérica sobre os homens. “Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também se desaparece a ideia de sua companhia

oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura” (HARDING, 2019, p. 97).

O pensamento de Teresa de Lauretis (2019)<sup>4</sup> sobre a construção do gênero nas sociedades também oferece uma contribuição interessante para esta pesquisa. A autora traz para a discussão o entendimento das tecnologias de gênero, segundo ela, partindo de uma visão desenvolvida por Michel Foucault que entende a sexualidade como uma tecnologia sexual.

(...) seria possível propor que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, fosse produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 2019, p. 123).

Com base na afirmação de Lauretis, Pedro Pereira (2009), ao analisar a violência nos jornais, inclui o jornalismo como uma tecnologia que constrói e naturaliza o gênero. Segundo ele (p. 488), “as notícias são construções discursivas, como forma própria de narrar/criar eventos, que podem ser analisadas com o objetivo de perceber, no evento narrado, o que passa a ser naturalizado ou percebido como autêntico (...)”. Em concordância com essa afirmação, esta pesquisa também defende que o discurso jornalístico é parte crucial no processo de representação dos gêneros e na forma com que eles passam a ser entendidos no mundo social. O modo com o qual as mulheres são enquadradas nas matérias jornalísticas provocam a construção das imagens do que é ser mulher e como ela é posicionada culturalmente.

A autora Judith Butler é uma das grandes teóricas do gênero e suas pesquisas contribuíram largamente para a problematização do conceito. Apesar de não ser do interesse da autora deste trabalho discorrer sobre o pensamento complexo de Butler acerca do termo, dois pontos são interessantes para destacar nesta pesquisa. Judith Butler, em suas obras, aponta que não existe um sexo biológico e fixo, o sexo também se trata de uma construção social, sendo assim, não existe uma distinção entre sexo e gênero (BUTLER, 2019a; SALIH, 2013), também não existe uma mulher universal, segundo seu trabalho. Ademais, Butler entende o gênero como um ato de performatividade.

(...) o gênero não é uma forma de uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma *repetição estilizada de certos atos*. Os gêneros são instituídos pela estilização dos corpos e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial (BUTLER, 2019b, p. 214, grifo da autora).

---

<sup>4</sup> Texto originalmente publicado em 1987.

O que Butler defende é que o gênero se trata de um processo que ocorre a todo momento e é desenvolvido por meio de uma sequência de atos que vão estilizar os corpos. Quando a autora fala em performatividade, ela elucida que os corpos não são meramente descritos na sociedade, mas eles são constituídos no momento da descrição, ao se dizer que alguém é “menina”, não se está apenas atestando algo, se está atribuindo um sexo e um gênero a esse corpo (SALIH, 2013).

Ao falar sobre a categoria mulher, Butler (2019) indica que o gênero estabelece interseções, não existindo uma categoria de mulher universal.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classicistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2019, p. 21).

Para se entender as desigualdades de gênero e a opressão das mulheres, não basta apenas isolar a análise na categoria de gênero, pelo contrário, existem diversas interseções políticas que devem ser consideradas. Não existem dores universais, as dores das mulheres não são únicas e nem se manifestam da mesma maneira para todas elas. Por isso, deve-se considerar um conceito muito importante para esta pesquisa: a interseccionalidade. Mulheres negras, mulheres latinas, mulheres asiáticas, mulheres lésbicas, mulheres transexuais podem todas ser entendidas como mulheres, mas todas elas performam seu gênero de um modo diferente e, apesar de muitas pautas feministas dizerem respeito à todas elas, elas vivenciam o gênero de forma desigual, e isso precisa ser levado em conta. Como afirma Audre Lorde (2019, p. 241, grifo da autora), “existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra *irmandade* que de fato não existe.”

De acordo com Sueli Carneiro (2019, p. 318), parte do problema está na origem do movimento feminista, que é branco e ocidental, isso faz com que mulheres não brancas e pobres “ludem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social.” Há também de se considerar o que Camilla Gomes (2018) aponta ao falar sobre o gênero como uma categoria de análise decolonial. A autora elucida que ao se olhar para trabalhos que vão além da visão moderna-ocidental, se percebe que existiam estruturas de gênero divergentes do que se encontrava na metrópole colonizada.

Essas pesquisas revelam como a cultura desses povos, muitas vezes, possuía e possui uma maior transitoriedade das posições de gênero, uma relativa igualdade, uma

divisão de tarefas que não se assemelha ao que se convencionou chamar divisão sexual do trabalho, um respeito pela homossexualidade, identidades de gênero mais fluidas e não decorrentes do sexo e mesmo diversas do duplo homem-mulher (GOMES, 2018, p. 70).

Destacar essa problematização aqui é fundamental, uma vez que esta pesquisa pretende trabalhar com o conceito de interseccionalidade para guiar a análise e as discussões a serem realizadas a partir dos resultados. A lente a ser usada para desenvolver o estudo não usa apenas a categoria de gênero mulher, mas ela é ampliada para que seja possível perceber aspectos para além disso, que tragam à tona os entrelaçamentos com raça, etnia, classe e sexualidade, por exemplo. Uma vez que se estabelece que o jornalismo tem um papel na construção da representação da mulher, se faz necessário que se entenda se essa representação as universaliza ou se dá conta de demonstrar vivências diversas, lutas diversas. É importante não só que “a mulher” – entendida como um conceito genérico – esteja presente nos discursos jornalísticos, as mulheres são diversas, sendo assim, suas representações também precisam ser.

Diante disso, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2019) colocam o gênero como uma estrutura social multidimensional, não dizendo respeito apenas à identidade ou sexualidade, por exemplo, mas sobre tudo isso ao mesmo tempo. “Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero.” (CONNELL, PEARSE, 2019, p. 49).

O conceito da interseccionalidade, de forma primordial, está centralizado no pensamento do feminismo negro, isso porque, segundo Carla Akotirene (2021), as experiências e reivindicações das mulheres negras eram inobservadas pelo movimento feminista – de origem branca e ocidental – e até mesmo pelo movimento antirracista, onde o homem negro aparece como figura central. Ao definir a interseccionalidade, Akotirene (2021) afirma que o termo existe para demonstrar a inseparabilidade estrutural entre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, que, de acordo com ela (p. 19) são “produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.”

Nesse sentido, Carneiro (2011) afirma que as lutas das mulheres negras eram vistas como um subitem da questão geral da mulher universal representada pelo feminismo. Segundo ela (p. 121) “[...] o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres”. Julieta Carvajal (2020) acrescenta que o que se observa com a entrada do movimento feminista, em um mundo que era guiado pelas relações coloniais, é que este se torna

hegemônico e acaba por invisibilizar outras realidades, assim como invisibiliza outras contribuições. Luiza Bairros (2020) também defende que a raça, gênero, classe e orientação sexual se reconfiguram de forma mútua. “De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada.” (BAIROS, 2020, p. 211).

Ou seja, o conceito da interseccionalidade é um esforço de pensadoras e pensadores para apontar que dentro de uma lógica de gênero e do próprio movimento feminista é preciso que as diferenças entre as mulheres, sendo estas intersecções políticas, devam ser consideradas ao se falar de desigualdade e opressão, já que estas não se manifestam da mesma maneira para todas, assim como nenhuma mulher possui a mesma vivência. Os contrastes sociais devem ser observados para que se compreenda formas diversas de desigualdade e para que as lutas das mulheres digam respeito à todas elas, não apenas uma parcela. Apesar de ser uma discussão mais presente dentro do feminismo negro, falar em intersecção diz respeito não somente à raça, mas pode considerar também a classe, idade, etnia, sexualidade, deficiência, etc. Ou seja, qualquer fator que possa representar novas configurações às relações de gênero no meio social.

Graças à essa concepção, se percebe, por exemplo, como as mulheres negras são tratadas de formas diferentes pela mídia. Além de serem observadas desigualdades quando se olha apenas para as mulheres de forma geral em comparação aos homens, ao se analisar as mulheres negras em comparação com outras mulheres, existem ainda mais diferenciações, por isso é importante que se tenha um olhar interseccional ao olhar para a produção midiática. De acordo com Patrícia Hill Collins (2019, p. 277)<sup>5</sup>, “escolas, a mídia impressa e os meios de comunicação, agências governamentais e outras instituições do ramo da informação reproduzem as imagens controladoras da condição de mulher negra”. Além disso, Lélia Gonzalez (2019)<sup>6</sup> destaca que os veículos de comunicação têm um papel na reprodução do racismo latino-americano.

O racismo latino-americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente são os únicos verdadeiros e universais. (GONZALEZ, 2019, p. 345).

A partir das ponderações feitas até aqui neste trabalho, com interesse em pontuar os conceitos de gênero e interseccionalidade, e ao considerar a diversidade nas conceituações, é

---

<sup>5</sup> Texto originalmente publicado em 1990.

<sup>6</sup> Texto originalmente publicado em 1992/1993.

importante que se situe de forma clara como estas estão sendo entendidas para o prosseguimento da pesquisa. Sendo assim, neste estudo, entende-se que o gênero é formado por meio de construções sociais. Essas construções são representadas e naturalizadas no mundo social constantemente, tendo o discurso jornalístico um papel importante nesse processo. Ressalta-se também que o gênero não é uma categoria que age isoladamente, mas em conjunto com intersecções como a raça, etnia, classe, sexualidade, idade e deficiência. Destaca-se que os estudos de Joan Scott (2019) e Teresa de Lauretis (2019) são as bases de pensamento que guiam esta pesquisa.

A partir disso, entende-se que o jornalismo possui papel importante quando se fala em reprodução e manutenção das hierarquias de gênero, uma vez que se sabe que a representação das mulheres na mídia possui diversos tipos de problemas, desde a construção da pauta, perpassando pela escolha de fontes até a produção textual final das matérias. É útil que se destaque também que as lógicas de gênero atravessam as instituições e organizações. O próximo tópico lança luz sobre como os autores percebem essa influência na lógica de produção jornalística.

## 2.2 As implicações de gênero na prática jornalística

Connell e Pearse (2015) apontam que o gênero é uma característica estrutural da vida corporativa, além disso, as autoras deixam claro que o fato de os homens serem os maiores controladores das organizações faz com que sejam produzidas as desigualdades de gênero. “O gênero molda as definições de funções, as compreensões sobre ‘mérito’ e promoções, as técnicas de gerenciamento e administração, o marketing e muito mais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 254).

Diante desse cenário, o jornalismo não fica de fora. Diversos autores começaram a refletir sobre a própria instituição jornalística e como ela influencia e é força motriz para a produção de desigualdade de gênero. Dois conceitos-chaves são evocados para se entender como isso acontece: os princípios de objetividade e de imparcialidade. Apesar de atualmente serem problematizados no meio acadêmico, esses dois princípios seguem presentes nas práticas das redações (MORAES; SILVA, 2019). Rossi e Ramires (2012) indicam que o conceito de objetividade jornalística nasceu no século 19 e tinha fins mercadológicos, pois usar o discurso de um jornalismo objetivo era interessante para que a distribuição da notícia alcançasse mais pessoas, já que até o momento os jornais eram partidários. Apesar de em um primeiro momento se pensar que um jornalismo sem influência do indivíduo e sem tomar partidos fosse o ideal para uma notícia de qualidade e que chegasse a mais pessoas, o que se pode ver é que dentro



desses conceitos moram uma série de problemáticas que (re)produzem desigualdades, incluindo a de gênero. Seguir uma lógica neutra não é possível para o jornalismo, ao se tentar isso, pelo contrário, se reproduz lógicas hegemônicas.

Um dos problemas apontados para o discurso da objetividade está no fato de que isso se torna um “dispositivo restritivo nas lentes de leitura da realidade na prática jornalística” (MORAES; SILVA, 2019, p. 2). Ou seja, ao perseguir um desejo de não exercer influência sobre os fatos, os jornalistas acabam por restringir a narrativa das notícias e assim deixando de “complexificar fenômenos sociais inspirados pelo machismo e pelo racismo, bem como pelo heterossexismo e o classismo” (MORAES; SILVA, 2019, p. 12). O jornalismo persegue um ideal de que deve se ater somente aos fatos, e esse ideal acaba por realizar uma simplificação do mundo social, já que não se observa um discurso que esteja realmente preocupado em se colocar contra preconceitos e opressões. A falta de complexificação, por exemplo, das questões de gênero e das lutas das mulheres fazem com que a sociedade obtenha poucas informações sobre o assunto e tenham interpretações rasas ou desfavoráveis sobre as mulheres em si, o que influencia diretamente na forma como essas são enxergadas e posicionadas socialmente e politicamente no mundo, e mora aí a legitimação e manutenção das desigualdades de gênero.

Sobre isso, as autoras Bibiana Garcez e Maria João Silveirinha (2020) apontam que os discursos ditos objetivos acabam por replicar o “senso comum”, e este por sua vez replica as lógicas brancas, masculinas e heterossexuais. Ainda segundo as autoras,

[...] as decisões jornalísticas e as lógicas midiáticas continuam a produzir um jornalismo maioritariamente masculino, em que as rotinas implantadas, os valores que se atribuem aos acontecimentos e as prioridades relativas às fontes continuam a não ser questionadas em nome de uma suposta e transparente objetividade (GARCEZ; SILVEIRINHA, 2020, p. 126).

Os autores Jorge Salhani, Heloisa dos Santos e Raquel Cabral (2020) também concordam que a comunicação é configurada sob uma perspectiva predominantemente masculina, e isso faz com que as questões de gênero sejam ignoradas pela produção midiática. Sendo assim, se o jornalismo como conhecemos ainda é baseado numa visão cisheteropatriarcal, é certo se apontar que isso faz com que a prática não observe as desigualdades sociais, que são inerentes aos fatos (GARCEZ; SILVEIRINHA, 2020). Nesse sentido, Tatiane Leal (2017) aponta que a objetividade jornalística se torna um instrumento da racionalidade liberal e, assim, contribui para a manutenção da hierarquia de gênero.

Ainda sobre isso, Fabiana Moraes (2019, p. 206) afirma que “[...] a dimensão ‘objetiva’ produziu e reproduziu quase dogmas que fragilizam o próprio jornalismo, área que tem como força a realização de uma mediação crítica sobre o mundo, sem o abraço à ideia de uma verdade

única.” Ou seja, uma vez que o jornalismo busca alcançar a verdade por meio da objetividade, se perde a essência da atividade em si. O papel do jornalismo de ser vigilante dos poderes e de crítica é essencial para as democracias. Como aponta Gisele Reginato (2020, p. 44), “sem informar de modo qualificado, o jornalismo não consegue cumprir o seu papel de fortalecimento da democracia”.

Ao se argumentar que o jornalismo é importante para a o estabelecimento de críticas e para a democracia, destaca-se também que ele pode ser favorável para uma representação mais diversa e favorável das mulheres e do movimento feminista, promovendo narrativas que incluam dimensões interseccionais e complexificando os fatos noticiados rotineiramente, como a violência de gênero, que deve ser diferenciada de outros tipos de violência e entendida em seu aspecto político, como parte do resultado de diversos aparatos de opressão da mulher ao longo dos séculos.

Caroline Pilger (2019, p. 154), diante disso, aponta a importância da superação da objetividade na produção dos discursos midiáticos. Segundo a autora, “o jornalismo, e a mídia, como instâncias que produzem discursos de saber e de poder, são constituídos por gênero, bem como produzem relações de gênero que resultam em um saber acerca disso” (PILGER, 2019, p. 154).

Ainda sobre isso, Fabiana Moraes e Marcia Silva (2019) também tecem uma crítica sobre a prática jornalística ao apontarem que sua forma de racionalidade é muito simplificadora, ao invés de complexificar a realidade, o que se torna prejudicial ao se entender que o jornalismo produz conhecimento sobre o mundo social. De acordo com as autoras (p. 5), “as marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social”.

O efeito que o jornalismo produz na construção do gênero e no saber acerca dele é um ponto crucial para esta pesquisa. Ao mesmo tempo que a produção jornalística é atravessada pelo gênero, ela também o ajuda a se constituir no meio social. A prática jornalística é elaborada por corpos marcados pelo gênero, dessa forma, pensar numa objetividade que neutralize as questões de gênero se torna impossível.

O jornalista escreve a partir do seu posicionamento no mundo, e as pessoas se posicionam no mundo através da sua identidade de gênero. Por isso, é interessante que se analise de que forma o gênero aparece na cobertura jornalística, uma vez que a produção das notícias é marcada por ele. Por sua vez, são essas notícias que constroem referências acerca do gênero para os leitores dos portais de notícia que são objetos desse estudo, por exemplo.

Da mesma forma que a objetividade acaba por transpor a visão masculina sobre o mundo para as notícias, a imparcialidade também segue como uma aliada para dificultar uma cobertura sensível às questões de gênero. Segundo Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2010, p. 66), “a imparcialidade reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal”. Ainda segundo os autores,

A pretendida universalidade de ponto de vista permitiria a identificação de posições parciais em conflito e sua reconstrução justa num espaço público unificado, do qual a imprensa seria o espelho e o agente regulador, uma vez que o campo político, em seu funcionamento, seria regido pelo embate entre interesses e por uma consideração pouco rigorosa das fronteiras entre o público e o privado. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 68).

Entretanto, diferente do que se vê em teoria, na prática, a objetividade e a imparcialidade jornalística não contribuem para uma visão justa do mundo, do contrário, esses princípios deixam transparecer diversos problemas quando se observa a representação de fenômenos sociais e de atores que fazem parte de minorias, sendo o feminismo e as mulheres incluídos aqui.

Miguel e Biroli (2010, p. 70) pontuam que o jornalismo justifica a baixa visibilidade dada a esses fenômenos e atores por ele apenas corresponder à realidade social, como exemplo, “se há poucas mulheres em cargos importantes, haverá poucas mulheres no noticiário político”. Entretanto, é necessário que essa visão seja problematizada para que o jornalismo contribua de fato com a justiça social e a democracia, para não ser apenas um “fiscal de uma ordem que ele não contesta” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 72).

Em concordância com os autores citados, precisa-se destacar que mesmo que se pontue que o jornalismo é atravessado pelas questões de gênero e sua prática se constitui em um mundo de desigualdades, isso não pode ser tido como uma limitação. Como uma instituição que pode ser entendida como uma tecnologia de gênero, se faz necessário que os veículos promovam discursos contestadores e críticos, gerando assim efeitos no debate público e na realidade social.

Entretanto, o que se percebe atualmente é uma produção que reproduz discursos hegemônicos e silencia contradiscursos (MIGUEL; BIROLI, 2010), retrata movimentos sociais sob uma ótica de criminalização (CARDOSO; ROCHA; LIMA, 2018), não enquadra as notícias sob uma perspectiva feminina – apenas fala das mulheres e não às mulheres – (BARBOSA; VARÃO; 2018). Assim, “[...] em um jornalismo que não considera a perspectiva feminista e interseccional também se corre o risco de legitimar o silenciamento das vítimas das estruturas de violência” (SALHANI; SANTOS; CABRAL, 2020, p. 8).

Os entraves para o desenvolvimento de um jornalismo com perspectiva de gênero foram identificados por Nayara Nascimento (2022). A autora realizou um estudo com 217 jornalistas do Brasil e do Distrito Federal que responderam um questionário sobre sua prática profissional. Entre os resultados, a autora indica que a principal dificuldade enfrentada pelas profissionais se deve a um fator organizacional, o gênero é tratado como um tema proibido, um tipo de “militância” sem legitimidade jornalística.

Uma vez que o jornalismo divulga os fatos do mundo e os enquadra em determinado discurso, ele os naturaliza e legitima. Pensar em uma prática que considera as questões de gênero e a interseccionalidade, é pensar em uma prática que estabelece uma problematização política antes de focar apenas em um discurso objetivo que acaba por transparecer uma visão hegemônica, genérica e pouco crítica. Pensando nisto, os autores também propõem que as práticas e a ética do jornalismo sejam revistas, tendo em mente uma visão de jornalismo com mais equidade, democrático e subjetivo.

As autoras Moraes e Silva (2019, p. 18) propõe a subjetividade como uma estratégia descolonizadora do jornalismo. Segundo elas, “entendemos que o uso da emoção, nesse jornalismo que preza também o subjetivo, se dá primeiramente pelo não apagamento da jornalista/do jornalista na produção que ela/ele realiza”. Ainda de acordo com elas, a objetividade não precisa ser excluída, mas deve ser complementada com essa subjetividade como princípio norteador da prática. Um jornalismo objetivo não precisa ser entendido como neutro e sem posicionamento, pelo contrário, a objetividade pode prover a correta apuração dos fatos e também abrir espaço para o posicionamento do jornalista, sendo este bem demarcado. Isto abre a possibilidade de questionamento de lugares comuns de narrativas, que por vezes deixam transparecer desigualdades em todos os níveis, incluindo as de gênero.

Neste sentido, Moraes (2019) destaca que um jornalismo mais engajado com causas sociais é visto como o contrário do que seria um bom jornalismo, já que o primeiro estaria ligado à emoção, não à racionalidade tão prezada pela prática cotidiana. Entretanto, a autora pontua que a adoção de um jornalismo guiado por uma subjetividade não significa realizar uma prática guiada apenas pela emoção. Segundo ela (p. 209) “[...] orientar pautas, abordagens, escritas e enquadramentos com esses pressupostos não significa estar com os sentidos embotados pela emoção: ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no mundo sensível”.

Para além de incluir perspectivas de gênero no jornalismo, Salhani, Santos e Cabral (2020, p. 5) indicam que ele também precisa “[...] contextualizar adequadamente as narrativas e produzir conteúdos que promovam a emancipação feminina, a igualdade, a transformação de

conflitos e a paz.” Segundos os autores, um jornalismo para a paz com perspectiva feminista também seria um meio para educar e promover o engajamento político.

Ademais, buscando uma prática com mais equidade de gênero, as autoras Karina Barbosa e Rafiza Varão (2018) propõe o jornalismo generificado, ou seja, não só um jornalismo que fale sobre as mulheres, mas que contenham na sua narrativa as perspectivas e as experiências delas. Segundo as autoras, “um jornalismo feminista constrói suas pautas, e agenda seus temas, enquadrando-os naquilo que vivem as mulheres” (BARBOSA; VARÃO, 2018, p. 18). Elas também destacam que esse tipo de jornalismo não precisa ser desenvolvido apenas numa imprensa que se dedique exclusivamente ao feminismo, seus fundamentos podem ser difundidos em todo tipo de veículo de comunicação.

Importante pensarmos que uma imprensa feminista se materializa na busca por direitos e em pautas que tratem das vidas das mulheres. Ainda assim, um projeto de jornalismo feminista não necessariamente coincide com uma imprensa feminista ou se restringe a ela; e, de maneira análoga, as pautas em que toca podem também ser abordadas de um ponto de vista androcêntrico, patriarcal, misógino ou machista, se não estiverem filiadas a um projeto feminista de jornalismo. Os princípios podem ser materializados em qualquer veículo de imprensa. O que está em jogo, portanto, são os fundamentos deste empreendimento (BARBOSA; VARÃO, 2018, p 19).

É importante desconstruir a ideia de que um jornalismo com perspectiva de gênero só pode ser visto em jornais exclusivamente e abertamente feministas. Falar em incluir a perspectiva de gênero na construção das pautas é dizer que, durante a prática, é possível que as/os jornalistas, ao se debruçarem sobre notícias que envolvem a mulher ou suas lutas políticas, pratiquem o exercício de verificar se a narrativa está alinhada com a visão das mulheres e as coloca como figuras centrais. Esse exercício pode prover uma transformação na forma como esse tipo de notícia é enquadrada e, assim, produz um efeito positivo na forma como elas são representadas e interpretadas socialmente.

Miguel e Biroli (2010, p. 66) adotam a noção de perspectiva jornalística. Segundo eles, “o conceito de perspectiva é proposto [...] como contraponto adequado à noção de imparcialidade justamente por explicitar que qualquer discurso, inclusive o midiático, é um discurso situado e marcado por uma rede complexa de relações”. A partir desse entendimento, e de saber que o conceito de imparcialidade reforça opressões e colabora com silenciamentos, o jornalismo pode contribuir para a “promoção de justiça social em uma democracia inclusiva” (MIGUEL, BIROLI, 2010, p. 67).

Neste sentido, Garcez e Silveirinha (2020, p. 128) apontam o papel fundamental do jornalismo no fortalecimento da democracia. “Uma democracia não é e não será forte se diferentes grupos, nomeadamente masculinos, heterossexuais e brancos, continuarem a

produzir e/ou definir o conhecimento tido como senso comum”. Ou seja, a diversidade dos grupos que são os produtores dos discursos veiculados na mídia é essencial para que a produção do conhecimento também seja diversa, inclusiva e democrática. Dificilmente se produzirá diversidade enquanto um grupo homogêneo de pessoas detém a produção midiática.

Isso é destacado também por Salhani, Santos e Cabral (2020, p. 1), quando dizem que “a configuração usual dos veículos de comunicação oferece um jornalismo marcado pela hegemonia patriarcal, cujas histórias, além de produzidas em um ambiente onde prevalece a perspectiva dos homens, não são, muitas vezes, sensíveis às questões de gênero”. Entretanto, se faz necessário pontuar que a simples entrada das mulheres nas redações não é suficiente para que haja uma mudança positiva para elas no jornalismo, Salhani, Santos e Cabral (2020, p. 4) destacam que se faz necessária uma mudança na própria prática, “deve-se pensar em uma ética para o jornalismo e comunicação que seja, de fato, direcionada para justiça de gênero e social”.

Outro problema que faz com que a cobertura jornalística não seja inclusiva se trata do acesso das pessoas interessadas. Miguel e Biroli (2010) destacam que os agentes precisam se adaptar ao discurso dominante, à agenda e ao enquadramento da mídia, senão eles são representados de forma marginalizada. Além disso, esses grupos, incapazes de falar sobre sua própria vivência, têm que aceitar serem representados por outros. Segundo os autores, “seus interesses presumidos são vocalizados na esfera pública por outros agentes, como lideranças políticas, organizações não-governamentais ou ainda especialistas universitários (advogados, assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, médicos)”. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 71). Ainda sobre a veiculação dos discursos, os autores apontam o perigo de se veicular o que seria hegemônico como um valor universal.

Nos padrões convencionais do jornalismo, os discursos hegemônicos são reproduzidos como portadores de valores “universais”. Os contradiscursos, por sua vez, são silenciados ou não se tornam públicos a não ser como estereótipos verbais, oscilando entre a mimese dos padrões dominantes de expressão e sua apresentação como “outros” absolutos (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 72).

É diante dessa problemática que Miguel e Biroli (2010) defendem que os grupos sociais precisam ter a possibilidade de criar discursos com suas próprias perspectivas, e isso implica no descentramento não só no padrão das práticas profissionais, como também na hierarquia da expressão. Assim, eles defendem uma proposta afirmativa para o jornalismo. “Sob este prisma, a pluralização das perspectivas no jornalismo é uma proposta de natureza afirmativa. Ela obrigaria o campo a se redefinir de maneira potencialmente mais democrática, mas manteria a separação entre produtores e consumidores de informação” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 73).

Neste tópico, foram discutidos os conceitos de gênero e interseccionalidade e como eles se relacionam com os princípios básicos do jornalismo, como imparcialidade e objetividade. Além disso, a literatura elencada demonstrou como a prática profissional do jornalismo ainda está baseada em valores que fazem com que sejam produzidas desigualdades quando se olha para a cobertura noticiosa.

Conceitos como objetividade, imparcialidade e universalidade são evocados no fazer jornalístico para atestar a qualidade da notícia, entretanto, o que realmente se pode ver é a reprodução de discursos hegemônicos e da perspectiva masculina, o que compromete diretamente a qualidade da produção, que deve prezar pela inclusão de diferentes atores sociais e, dessa forma, ser útil para o debate na esfera pública e para as sociedades democráticas. O próximo tópico traz alguns dos achados de pesquisas nacionais e internacionais que demonstram essa problemática.

### 2.3 Problemas globais, problemas locais: como as mulheres aparecem na mídia

A problemática observada na forma como as mulheres estão presentes na comunicação ao redor do mundo fez com que os estudos de gênero e de comunicação ganhassem bastante fôlego nos últimos anos. Segundo Sarmiento (2018), os estudos feministas de mídia se preocupam basicamente em entender como as relações de gênero aparecem nos produtos midiáticos. A autora também pontua que esse campo de pesquisa teve início nos anos 60, momento em que o foco estava na pesquisa sobre entretenimento e cultura popular. Já no Brasil, a área ganha destaque nos anos 2000.

A desigualdade na forma com a qual a mulher aparece na comunicação pode ser explicada por alguns pontos levantados por Janara Sousa e Gerson Scheidweiler (2022). Segundo os autores, a falta de acesso das mulheres aos meios de comunicação pode ser entendida por meio das dimensões político-estrutural, cultural e econômica. A dimensão político-estrutural diz respeito ao acesso tardio de direitos por parte das mulheres, que antes estavam presas ao âmbito doméstico e não podiam participar ativamente da sociedade; a dimensão cultural se refere à naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, que fez com que estes ocupassem papéis sociais distintos, de um lado os homens participavam da vida pública e às mulheres cabia apenas o papel reprodutivo; por fim, a dimensão econômica dá conta da baixa remuneração das mulheres no mercado de trabalho e dificuldade de acesso às estruturas hierárquicas das empresas.

Ou seja, o longo período histórico em que as mulheres não participaram da sociedade como cidadãs de direito deixou e ainda deixa marcas profundas não só no aspecto político-

social, como também é retratada através da desigualdade na comunicação. Por esse motivo, se faz necessário que o jornalismo seja enxergado através de uma dimensão de gênero, pois as questões de gênero percebidas no mundo influenciam diretamente a prática e o conteúdo jornalístico e vice-versa. Analisar o jornalismo com uma metodologia feminista é um esforço para se chegar à raiz do problema encontrado na diferenciação do tratamento de homens e mulheres nos veículos de comunicação.

Ainda segundo Sousa e Sheidweiler (2022), os meios de comunicação seguem apresentando uma visão capitalista e masculinista e que a falta de mulheres em cargos de poder dentro das empresas de comunicação é um dos fatores que explicam a manutenção dessa lógica. Apesar do aumento do número de mulheres na área, poucas conseguem alcançar espaços de decisão. Isso faz com que a perspectiva das mulheres fique de fora das narrativas nos espaços de comunicação. Atrelado a isso, menciona-se que existe, inclusive, diferenças entre as mulheres, já que as negras e pobres possuem ainda menos acesso à mídia.

Se a mídia tem um papel central na construção do meio social, bem como na percepção das características da identidade de determinados grupos, então é mais do que necessário que as mulheres levem para dentro dessas mídias suas próprias experiências convertidas em discurso, pois assim deixariam de lado sua subalternidade para realmente influenciar a percepção que a opinião pública tem sobre elas (SOUSA; SHEIDWEILER, 2022, p. 115 - tradução nossa)<sup>7</sup>.

Gaye Tuchman (2000) também se preocupou com a forma com que as mulheres estavam sendo representadas na mídia, pois, segundo ela, a representação dos papéis sexuais nas mídias de massa têm grande importância social, política e econômica, além disso, ela aponta que a mídia de massa é responsável por repassar heranças sociais através das gerações. Tuchman (2000) apontava que, mesmo que na época as mulheres fizessem parte, em grande medida, da força de trabalho, elas ainda eram representadas de forma estereotipada, ainda confinadas no âmbito doméstico. Desse modo, a autora defende que as mulheres passavam por uma aniquilação simbólica.

A ausência de mulheres no jornalismo é um ponto que vai para além das discussões sobre a própria prática, como bem afirma Juliana Alcântara (2021, p. 45): “As questões que devem ser equacionadas em equiparação de gênero vão além das laborais jornalísticas, atingem as representações, os discursos e as práticas simbólicas”. Sobre o tema, Fischer e Bueno (2001, p. 588) apontam que “(...) a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de

---

<sup>7</sup> “Si los medios de comunicación poseen centralidad en la construcción del ambiente social, así como en la percepción sobre características de la propia identidad de determinados grupos, entonces es más que necesario que las mujeres lleven para dentro de estos medios sus propias experiencias convertidas en discurso, pues así dejarían su subalternidad de lado para realmente influenciar la percepción que se tiene sobre ellas junto a la opinión pública” (SOUSA, SHEIDWEILER, 2022, p. 115).



sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças”. Sendo assim, a prática e produção jornalística detêm um grande impacto social, influenciando diretamente na construção e disseminação dos discursos e representações, sendo estes um dos principais pontos a serem analisados nesta pesquisa.

Diante disso e da discussão apresentada do tópico anterior, se faz essencial para esta dissertação apresentar alguns achados que demonstrem o cenário da representação da mulher no jornalismo e a urgência em se debater uma produção preocupada com a visão das mulheres. Primeiramente, a nível mundial, existem diversos relatórios que apontam a invisibilidade e a desigualdade das mulheres nos veículos de comunicação.

O *Global Media Monitoring Project* é um dos relatórios com resultados a nível mundial sobre a presença da mulher nos meios de comunicação. Segundo os últimos dados divulgados, de 2020, o relatório indica que, se os números seguirem iguais, levará mais 67 anos para que se encerre a lacuna para a igualdade de gênero nos meios de comunicação tradicionais. Alguns outros destaques apresentados informam que os grandes conglomerados internacionais são os que mais apresentam invisibilidade das mulheres nas notícias, apenas 13% delas foram mencionadas como sujeitas ou fontes em matérias televisivas, por exemplo. A organização também fez um levantamento sobre a cobertura relacionada à Covid-19<sup>8</sup> e, segundo os resultados, houve um enfoque de gênero deficiente. Mesmo que houvesse mais mulheres como fontes ou jornalistas em notícias sobre a Covid-19 do que em outros temas, elas apareciam mais em assuntos sociais, ficando de fora de assuntos de política ou governo. Além disso, o relatório aponta também que existe uma falta de abordagem que inclua a desigualdade de gênero nas matérias.

Sabendo da dificuldade da presença das mulheres nas notícias, o relatório *When Women Make Headlines*, divulgado pelo *The Pudding* em 2022 e de autoria de Leonardo Nicoletti e Sahiti Sarva, se propôs a apresentar dados sobre os conteúdos dos títulos de notícias quando as mulheres são o destaque. A análise incluiu veículos dos Estados Unidos, Reino Unido, África do Sul e Índia com notícias entre 2005 e 2021. Segundo o relatório, os títulos dessas notícias estavam mais relacionados a crimes, assassinato e estupro, além de também existir uma frequência de termos com estereótipos de gênero, como “*pretty*”, “*sexy*” e “*gossip*”. Outro achado interessante é que, com o passar dos anos, essas palavras se tornaram menos frequentes

---

<sup>8</sup> Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em 2020, a doença se tornou uma pandemia.

e termos relacionados ao empoderamento feminino, como “*founder*”, “*activist*” e “*leader*”, têm se destacado.

Apesar de um achado aparentemente positivo, a divulgação do empoderamento feminino pela mídia possui um ponto de atenção. A autora Rosalind Gill (2007) já observava que o debate feminista fazia parte dos discursos produzidos pela mídia, o que era diferente de décadas passadas. Entretanto, essa mídia não pode ser considerada feminista, segundo ela, o que se percebe é uma sensibilidade pós-feminista. A autora defende que a construção do pós-feminismo é uma articulação entre ideias feministas e não feministas, divulgadas através de um discurso de liberdade individual, em concordância com os ideais do neoliberalismo.

Nesse cenário, enquanto ideias do feminismo liberal são exaltadas e tidas como senso comum, outras vertentes do feminismo são vistas como “duras demais” e que não representam as mulheres. Assim, a mídia promove um esvaziamento das noções políticas do movimento e as substitui como uma escolha pessoal.

Ainda sobre o pós-feminismo, Jonathan Dean (2010) introduz o conceito da “domesticação” do movimento feminista na mídia. Segundo o autor (p. 392 - tradução nossa), “uso a noção de ‘domesticação’ para me referir ao processo de fazer distinções entre diferentes manifestações do feminismo, algumas das quais são repudiadas ao mesmo tempo em que outras ganham espaço e são legitimadas”<sup>9</sup>. O ponto principal da análise do autor, estudando *quality papers* britânicos, é que quando se fala sobre feminismo nos jornais, se percebe que a narrativa busca tornar as discussões feministas mais moderadas e amigáveis, as afastando de um “radicalismo” do movimento. Existe até uma tentativa de aproximar o feminismo de noções conservadoras e que deixa transparecer que a luta das mulheres não se faz mais necessária. Seguindo as lógicas desses dois autores, existem então dois tipos de feminismos na mídia, um leve e comercial, para satisfazer a demanda por mais debates sobre as mulheres, e o radical, que precisa ser afastado da midiaticização e que não representa os desejos das mulheres.

Os argumentos levantados por esses trabalhos são de fundamental importância para a compreensão de que, mesmo quando o jornalismo aborda pautas feministas, ele tende a esvaziar seu sentido no momento em que torna o debate superficial, individual ou apenas comercial. A crítica levantada por Gill e Dean segue sendo bastante atual, mesmo que exista uma mídia que explore algumas ideias do feminismo, uma vez que o movimento alcançou as massas, seu discurso está mais preocupado em falar sobre um empoderamento individual atravessado por

---

<sup>9</sup> “I use the notion of “domestication” to refer to the process of drawing distinctions between different manifestations of feminism, some of which are repudiated at the same time that others are afforded space and legitimated.” (DEAN, 2010, p. 392).

lógicas neoliberais do que incluir narrativas que coloquem a luta feminista em uma ótica coletiva, política e diversa. Isso demonstra que o caminho a percorrer ainda é longo.

A seleção de pautas é um dos primeiros passos feitos nas redações de veículos de comunicação, e é nessa etapa que se decide os temas que vão ou não entrar na cobertura. E aqui que se começa a observar obstáculos no que concerne às mulheres. Sobre a falta de notícias sobre elas, Susana Funck (2007), ao olhar para a inviabilidade das mulheres na mídia impressa, analisa o Diário Catarinense e levanta duas possibilidades para a falta das mulheres no jornal “[...] ou as mulheres, historicamente destinadas ao trabalho doméstico, não dão às suas atividades uma importância política e pública, ou o jornal, ao buscar material para suas reportagens, não vê o fazer das mulheres como relevante ou de interesse geral” (FUNCK, 2007, p, 17).

Palmira Chavero (2020) aponta o espaço comum de visibilidade da mulher na mídia. Quando elas aparecem, geralmente estão ligadas ao cuidado com os filhos, a temas sociais, educação e beleza, por exemplo. E, segundo a autora, isso não causa impacto apenas no presente, mas no futuro também, uma vez que as crianças que serão mulheres no futuro estão consumindo esse tipo de conteúdo, ou seja, por meio disso elas vão construir imaginários sobre seu lugar no mundo. Além disso, a autora tece uma crítica: “Os meios pensam em função dos rankings, em busca de vender e existe uma deficiência no enfoque dos direitos” (CHAVERO, 2020, p. 19 - tradução nossa)<sup>10</sup>. Cenário similar foi encontrado por Dafna Lemish (2004) ao olhar para a representação da mulher na mídia de Israel. Segundo a autora, elas estão limitadas a papéis tradicionais, no espaço privado, e quando elas aparecem em assuntos de interesse público, os temas são associados ao cuidado, como educação e saúde. Com base nos seus achados, a autora afirma que a mídia não pode ser culpada pela invenção da inequidade e da vitimização da mulher, entretanto, não pode deixar de apontar que o conteúdo midiático reforça e legitima uma visão patriarcal do mundo. Lemish (2004, p. 56 - tradução nossa) argumenta que “expor os laços ideológicos entre a realidade sócio-econômico-política e as imagens midiáticas que a representam é apenas um passo para quebrar os muros da hegemonia”<sup>11</sup>.

Colocar apenas o jornalismo como principal culpado dos problemas enfrentados pela falta de mulheres na cobertura seria ingênuo e contraprodutivo. A questão a ser defendida é que o jornalismo pode ser um aliado quando se fala na visibilidade das mulheres e seus direitos, o

---

<sup>10</sup> “Los medios piensan en función del rating, en busca de vender y existe una falencia en enfoque de derechos”(CHAVERO, 2020, p. 19).

<sup>11</sup> “Exposing the ideological ties between social-economic-political reality and media images representing it is but one step toward cracking the walls of hegemony” (LEMISH, 2004, p. 56).

que provocaria um ganho positivo para o debate público e poderia servir de catalisador para mudanças sociais. Sabe-se que não existe uma produção jornalística perfeita e que seja totalmente orientada pela perspectiva das mulheres, mas diversas problemáticas já foram e estão sendo apontadas para que a prática consiga trazer avanços possíveis e reais.

Um exemplo positivo de cobertura foi retratado pelo trabalho de Lais Rocio, Rafael Henriques e Gabriela Alves (2021), ao refletirem sobre a cobertura de assédio sexual que resultou no movimento #MeToo. Segundo eles, os jornalistas do The New York Times desenvolveram uma prática humanizada a partir de ações “(...) como a apuração cuidadosa; os esforços de checagem de fatos, o cuidado com as vítimas e fontes em geral; e a investigação minuciosa de cada detalhe para uma contextualização ampla, segura e consistente dos abusos masculinos” (ROCIO, HENRIQUES, ALVES, 2021, p. 357). Exemplos como esse demonstram como a prática jornalística pode ser mais sensível às questões de gênero a partir de ações orientadas pelo cuidado e detalhamento e que isso pode ter um grande impacto na sociedade e na luta dessas mulheres.

Ainda sobre a ausência de pautas, a interseccionalidade também foi abordada por alguns trabalhos que analisavam tanto jornais quanto revistas femininas. Sobre classe e raça, o trabalho de Rogério Christofolletti e Roberta Watzko (2009) aponta que três jornais de Santa Catarina reforçam a invisibilidade de mulheres negras e pardas, apresentando desigualdades de cobertura em todas as editorias. Cláudia Lago, Manuela Thamani e Evelyn Kazan (2019), além de observarem a invisibilidade de mulheres negras nas revistas Cláudia e Glamour, destacam que a produção das revistas também não se propõe a abordar questões ligadas a gênero, raça e classe. Quanto à sexualidade, Lenise Borges e Alice Canuto (2013), ao olharem para a cobertura da comunidade LGBT na mídia impressa em Goiás, perceberem que em nenhum momento houve uma matéria que se referisse à comunidade nas matérias. Segundo as autoras, “uma das possíveis formas de se compreender tal ausência refere-se à forma como a mídia apresenta as mulheres, ainda em uma posição secundária e recorrendo à histórica supressão da sexualidade feminina” (BORGES; CANUTO, 2013, p. 134).

Ainda sobre a invisibilidade das mulheres na mídia, a divisão sexual de pautas e de gêneros jornalísticos foi apontada como um problema na cobertura por alguns trabalhos. Nestes estudos, as mulheres jornalistas são o ponto central da discussão sobre a desigualdade. Valquíria John (2014) apontou que a cobertura esportiva sobre os Jogos Olímpicos de Londres foi feita em sua grande maioria por homens, e as mulheres jornalistas assinavam apenas 11% das matérias que foram analisadas. As autoras Ana Carolina Temer e Mônica Nunes (2014), ao analisarem três jornais matutinos transmitidos nacionalmente, tiveram como resultado um

vínculo maior das mulheres jornalistas quando se tratava de temas culturais nas matérias, que é muito maior do que em outros tipos de coberturas.

Sobre jornalismo esportivo, os autores Leonardo Pacheco e Silvio Silva (2020), ao entrevistarem profissionais que trabalhavam na área em Belo Horizonte, trouxeram como resultado que as mulheres passam por diversos obstáculos no mercado, como dificuldade na progressão da carreira, questionamentos da sua capacidade e feminilidade, enfrentamento de comportamento machista na redação, suas opiniões não são ouvidas nas decisões de pautas. Além disso, em jogos de importância, são os colegas homens que são escolhidos para fazer a cobertura.

Isso deixa claro que em espaços mais masculinizados, as jornalistas enfrentam problemas que não são enfrentados por seus colegas homens e isso pode impactar na produção final das matérias. Existe aí um ciclo de adversidades dentro do mercado que se inicia na prática, atravessa a produção e termina no consumo da audiência. O resultado mais claro desse ciclo se dá em um debate público defasado no que diz respeito às perspectivas e lutas das mulheres.

Outra ausência bastante latente na produção jornalística é das mulheres enquanto fontes de informação. Fernanda Castilho e Richard Romancini (2018), ao analisarem a cobertura sobre as ocupações das escolas públicas em São Paulo no ano de 2015, apontaram que houve o protagonismo feminino nos protestos, mas a mídia não deu espaço para as vozes das estudantes, optaram apenas pela publicação de imagens delas. Ademais, a falta de vozes femininas na cobertura se destaca ainda mais quando se tratava das negras.

Francesca Giardina e Esther Marquez-Lepe (2021), ao analisarem a representação da mulher muçulmana na mídia italiana entre os anos de 2001 e 2018, destacaram que existia uma maior possibilidade de mulheres jornalistas de incluir falas de muçulmanas em artigos dos jornais, ademais, as jornalistas eram as que aparentavam ter mais solidariedade com as imigrantes e incluíam temas como autonomia, superação e desigualdade nas produções.

Marta Mensa, Matthieu Vernier, Luís Cárcamo-Ulloa, Fabían Ruíz e Boris Sotomayor-Gómez (2021), ao estudarem a imprensa chilena, tiveram alguns achados interessantes e similar ao resultado anterior. Dos 16 jornais chilenos analisados, em 15 deles a maioria é de homens jornalistas e em apenas 1 existiam mais mulheres. Na análise de fontes, 79% das menções, de 12.334 no total, eram de homens. Os resultados também mostraram que as jornalistas tendem a citar mais mulheres nas notícias. Ou seja, é mais propício que mulheres que trabalham na redação jornalística sejam as que busquem e consultem mais mulheres durante a produção das matérias.

Entretanto, ressalta-se que apenas a feminização das redações não soluciona os problemas de gênero encontrados no jornalismo, uma vez que elas passam por diversos obstáculos no cotidiano do trabalho, como apontado no exemplo acima sobre as jornalistas esportivas de Belo Horizonte. Ademais, elas ainda estão de fora dos espaços de decisão, o que também se traduz como um empecilho para a inserção da perspectiva de gênero nas redações. Sobre isso, *Mensa et al.* (2021) indicam que não pretendem falar em um sistema de cotas para a produção, mas que os achados permitem uma reflexão sobre equidade e cultura jornalística, que pode ser útil para estudantes e comunicadores, além disso, apenas contratar mais mulheres e citar mais mulheres não são as únicas variáveis que impedem uma cobertura com mais equidade, existem muito mais pontos para debate (*MENSA et al.*, 2021).

Quando se trata de coberturas sobre candidatas, o problema também persiste, como apontam Muniz Sodré, Raquel Paiva, Gabriela Nóra e Jean Souza (2008). Ao analisarem os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, tiveram como resultado que as candidatas a cargos governamentais em 2006 foram consultadas em apenas 69 matérias e que 214 matérias falavam sobre elas, mas não a consultavam.

Além dessa falta como vozes ouvidas nas notícias, outros problemas são evidentes quando se fala da presença de mulheres políticas na cobertura. Na Espanha, foi verificado que a experiência profissional das mulheres ministras era menos destacada que a dos seus colegas homens em artigos de jornais, além disso, elas eram mais associadas a traços negativos do que eles (*GÁRCIA*, 2018). *Claudia Finamore e João Carvalho* (2006) indicam que as candidatas também são mais associadas a temas ligados ao âmbito privado e do cuidado, reforçando estereótipos do lugar comum da mulher. Os homens são mais destacados em temas como segurança e economia, que são os temas tidos como mais importantes durante uma eleição, enquanto elas ficam presas a temas que teriam mais apelo feminino, como os sociais, educação e saúde. Ademais, é observado que as candidatas possuem um duplo trabalho: precisam se mostrar aptas a liderar, sem deixarem de se apresentarem como mulheres.

A diversidade de fontes é um problema à parte. *Laís Cardoso, Heitor Rocha e Nataly Lima* (2018) destacam que, quando se cobriu as manifestações sobre a “Primavera das Mulheres” nas revistas *Época* e *IstoÉ*, houve uma falta de diversidade de vozes. Há também pesquisas que apontam a falta delas em papéis de fontes especialistas e oficiais nas matérias, *Valquíria John e Elyson Gums* (2017) identificaram que as mulheres tinham pouco ou nenhuma fala representando instituições ou como especialistas em matérias sobre as Olimpíadas no Rio 2016.

A autora deste trabalho já desenvolveu uma monografia com o objetivo de verificar que espaços as mulheres ganhavam enquanto fontes de informação no Jornal Hoje e no JMTV 1ª Edição (telejornal de Imperatriz – MA), e o que se observou foi que, de modo geral, elas estão presentes em menor quantidade e sendo ouvidas apenas para dar sua opinião ou relato, estando menos presentes como fontes especialistas e oficiais, o que deixa transparecer que as mulheres não estão em posições de destaque dentro das narrativas (LIMA, 2020).

Assim como a falta de pautas sobre mulheres afeta na sua visibilidade e na construção do debate público, a ausência das suas vozes na cobertura jornalística evidencia que, mesmo que as pautas sejam sobre mulheres, elas ainda não estão na centralidade das narrativas, não ocupam papéis de destaques ou nem são consultadas para falar sobre suas perspectivas. Além da mídia produzir matérias que não se preocupam com a apresentação das vozes delas, sua ausência em certos assuntos e editoriais acaba por reafirmar que existem espaços separados para homens e mulheres na sociedade.

Quanto à redação dos textos jornalísticos, diversos trabalhos apontam problemas. Neste estudo, de forma específica, foi construído um livro de códigos que contava com uma categoria para analisar que tipos de viesamentos aparecem na construção textual das notícias nos portais amazônicos, com base no que já se verificou na literatura sobre jornalismo e gênero. Os 6 tipos de vieses que se propõe nesta pesquisa são: 1) presença de estereótipos de gênero ao retratar mulheres, 2) reforço de padrões de beleza, 3) sexualização da mulher, 4) romantização de figuras femininas, 5) culpabilização da vítima de violência e 6) vitimização das figuras femininas.

Sobre a presença de estereótipos, os estudos apontam como as mulheres ainda são representadas sob a ótica do espaço privado, ainda ligadas ao ambiente doméstico e à maternidade, além disso, atributos emocionais e tipicamente “femininos” são destacados ao se falar sobre elas. Nelly Villalva (2020) aponta que a discriminação das mulheres nos meios de comunicação se dá de três formas: pela inviabilização, estereotipização e maus tratos. Acerca disso, Maria Gomes (2007, p. 205) aponta que “as mulheres são ainda representadas através dos processos mentais e relacionais (é, vem ganhando, estão ocupando, tornou-se, não passa de), isso implica que elas apenas ‘existem’, não detêm o controle de suas ações”. Ou seja, a mídia segue reafirmando a estrutura patriarcal em que a mulher está inserida socialmente, sendo sempre coadjuvante dos fatos sociais, um “outro” sem centralidade.

Adriana Cisneros, Ailín Mendoza, María Ávila, Sandra Díaz-Rincón (2020), analisando a representação da mulher na mídia colombiana, afirma que os meios de comunicação transmitem estereótipos diariamente, e o fato de a mídia legitimar os estereótipos

como uma realidade afetam não só o aspecto mental e emocional das mulheres, como o físico. As autoras afirmam que:

(...) as informações veiculadas pela mídia constroem opiniões sociais que se materializam como regra geral de um momento para outro, como o fato de que as mulheres "devem se dedicar apenas ao cuidado da casa e dos filhos" "não devem estudar e trabalhar" "devem não é bom para eles dar sua opinião em conversas com homens" (CISNEROS *et al.*, 2020, p. 5 - tradução nossa).<sup>12</sup>

O reforço de padrões de beleza e a sexualização se encontram presentes, com destaque para as revistas femininas. Sobre o primeiro caso, Mariane Pereira (2011) aponta que, em análise da revista Pais&Filhos, as mães são representadas como “desleixadas” e as mulheres são aquelas que permanecem atraentes, seguindo padrões estéticos como a magreza. O reforço do padrão de beleza pode ser encontrado também no mercado de trabalho, Belmira Magalhães e Lídia Ramires (2021) afirmam que o padrão estético está ligado à profissão de âncora de telejornal, tanto as mulheres são cobradas quanto elas acabam sendo também referência de como ser e se comportar para outras mulheres.

Além disso, as mulheres negras são as que estão menos presentes como âncoras na TV, o que expõe ainda mais que as contratações seguem certo padrão de beleza desejado. O excesso de destaque para a imagem corporal das mulheres também fica claro na pesquisa feita por Giardina e Marquez-Lepe (2021) ao analisarem a representação da mulher muçulmana na mídia italiana. Segundo as autoras, as principais temáticas nos jornais giravam em torno do véu, burkini e moda. Um achado é que, na maioria dos casos, a forma de se vestir das muçulmanas é retratada como um problema ou ameaça, e em outros suas roupas são associadas à moda e consumo. Nos dois casos, a representação não consegue fugir do “lugar comum” ao se falar sobre as imigrantes.

No caso da sexualização, Katarini Miguel, Tainá Jara e Lynara Souza (2018) apontam como crítica o debate sobre a vida sexual de uma vítima de feminicídio pela cobertura jornalística. Além disso, Funck (2007, p. 21), que analisou jornais impressos, destaca que, sobre a mulher, “seu corpo e sua sensualidade são da maior importância, a ponto de merecer destaque na primeira página. Suas ações e seus interesses ficam marginalizados: não são notícia”. Indo ao encontro dessa afirmação, Villalva (2020) afirma que as informações que estão sendo transmitidas de forma massiva pelos meios de comunicação, ao estudar veículos do Equador,

---

<sup>12</sup> “(...) la información que exponen los medios construyen opiniones sociales que de un momento a otro se materializa como regla general como por ejemplo el hecho de que la mujer “solo debe dedicarse al cuidado del hogar y los hijos” “no debe estudiar y trabajar” “no se les ve bien el opinar en conversaciones de hombre” (CISNEROS *et al.*, 2020, p. 5).



estão construindo imagens das mulheres como objetos de desejos e símbolos sexuais, quando estas não estão apenas ligadas ao âmbito doméstico.

O que também se observa são casos em que as matérias apresentam romantização, culpabilização e vitimização das mulheres. Ana Carolina Escosteguy e Jessica Barbosa (2011), em um estudo sobre a narrativa da maternidade no jornal Zero Hora e na revista Cláudia, apontam uma romantização ao se descrever as mulheres que se tornam mãe, as retratando como heroínas, por exemplo. Miguel, Jara e Souza (2018) observaram uma narrativa jornalística que faz com que uma vítima de feminicídio seja vista como culpada por sua própria morte: “Na Veja, o discurso de vitimização do agressor aliado às imagens, elemento trabalhado com mais intensidade por se tratar de uma revista, levam à interpretação de que a vítima foi responsável por sua morte” (MIGUEL; JARA; SOUZA, 2018, p. 86).

Sobre a vitimização, Livia Silva e Samia Verniere (2018), estudando a cobertura de feminicídio, apontam que “nessa estrutura, a vítima é representada apenas como receptora da ação, é colocada em uma posição passiva, incapaz de se reconhecer como ator social. Essa prática pode contribuir para que as mulheres tenham menor importância na sociedade” (SILVA; VERNIENERE, 2018, p. 166). Giardina e Marquez-Lepe (2021) também verificaram uma narrativa de vitimização na abordagem das mulheres muçulmanas na imprensa italiana, segundo as autoras elas são representadas como vítimas passivas, submissas aos maridos, oprimidas pela religião e incapazes de terem autonomia na sua vida e, quando o fazem, são vistas como uma exceção à regra.

A cobertura da violência de gênero é um ponto amplamente discutido na literatura, os estudos apontam a vitimização e a culpabilização e criticam a demasiada falta de aprofundamento na redação sobre as notícias acerca do tema. O que se observa é que o jornalismo deixa a desejar na apuração, silencia a voz das mulheres e não complexifica os assuntos, principalmente quando se trata de pautas que fazem parte da luta das mulheres.

Segundo Denise Siqueira e Karla Suarez (2015, p. 183), ao estudarem revistas femininas, verificaram que “as publicações não abordam de forma crítica os temas cruciais para as lutas femininas, tais como a violência doméstica, os direitos femininos, o aborto, a prevenção de doenças femininas, desigualdade no mercado de trabalho”. As autoras Miguel, Jara e Souza (2018) também apontaram falhas na cobertura sobre o feminicídio, identificando que a cobertura jornalística foi negligente na edição das matérias, apresentando dados já defasados e, ademais, subutilizou recursos do ciberjornalismo, que permitia uma atualização e retificação rápida das informações.

Juan Villegas (2013), ao falar sobre a ética da comunicação em casos de violência de gênero, faz alguns apontamentos importantes. O autor indica que é um erro reduzir a violência doméstica apenas como mais um caso de tragédia, já que não se trata de apenas de uma violência qualquer. O fato de as matérias trazerem detalhes sobre a forma como as mulheres foram assassinadas também resulta em um problema, as matérias são retratadas de forma sensacionalista e destacam a morte, mas não a cultura que explica a violência de gênero.

Por fim, Villegas (2013) cunha o termo “info-dramas” para explicar o cenário em que os episódios de violência são retratados como casos de amor, infidelidade, vingança e etc., argumentos usados em telenovelas. Mercedes Gonzales e Rafael Robles (2019) também verificaram que a violência de gênero foi utilizada como um recurso de entretenimento na televisão peruana. No jornalismo argentino, Ana Gil (2017) destaca que a cobertura de um caso de feminicídio focou apenas em informações policiais e teve pouco uso de fontes, desse modo, o jornalismo acaba por reforçar a naturalização da violência de gênero e a perpetuar. Ademais, a autora ressalta que, apesar de existir uma visibilidade sobre a violência contra as mulheres, ainda existe a carência de uma abordagem com perspectiva de gênero.

Sobre a cobertura da violência de gênero, Jenny Kitzinger (2004) traz uma análise histórica. Olhando para o jornalismo dos Estados Unidos e Reino Unido, a autora indica que até metade de 1970 o jornalismo não dava importância para casos de violência doméstica – mas vale lembrar que a conceituação de violência doméstica que se conhece hoje não existia na época. O mesmo aconteceu com casos de estupro, em que a mídia além de noticiar pouco, evitava usar a palavra na cobertura. Este cenário só mudou após demandas do Movimento de Libertação das Mulheres (*Women's Liberation Movement*). De acordo com a autora, o movimento trouxe um impacto muito positivo na forma como os jornalistas passaram a cobrir os casos de violência de gênero, e a mudança no jornalismo também refletiu em mudanças na forma como se entendia o assunto no cotidiano.

Sobre isso, ela afirma que “o reconhecimento e a representação da mídia se tornaram (e continuam a ser) uma parte vital do processo das mulheres de nomear e dar sentido às suas memórias e comunicação sobre sua experiência. A cobertura da mídia fez uma contribuição crucial para uma espiral de reconhecimento ajudando a transformar fundamentalmente o pensamento e a discussão pública e privada” (KITZINGER, 2004, p. 22 - tradução nossa)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> “Media recognition and representation became (and continue to be) a vital part of women’s process of naming and making sense of their memories and communication about the experience. Media coverage made a crucial contribution to a spiral of recognition helping to fundamentally transform private and public thinking and discussion.” (KITZINGER, 2004, p. 22).

Apesar de ainda existirem diversos problemas na cobertura da violência contra a mulher, como foi apontado acima, essa revisitação histórica é fundamental para se observar que demandas por mudanças podem ter um impacto positivo na forma como a produção jornalística é desenvolvida. A produção científica é uma forma de apontar problemas, sendo assim, esta pode impactar e promover transformações no modo como as mulheres seguem sendo vistas pelos veículos de comunicação.

Diante dos resultados apresentados neste tópico, o que se verifica é que não se faz necessário apenas mais pautas sobre mulheres ou a soma de mais fontes. A construção das notícias, a forma como a narrativa jornalística trata sobre estes assuntos e retratam estas vozes é primordial para que se alcance uma produção realmente preocupada com as questões de gênero e com uma representação a favor das mulheres.

### **3 O RETRATO DA MULHER: JORNALISMO E ENQUADRAMENTO**

Este capítulo é dedicado a discutir as lógicas de produção na mídia regional e a Teoria do Enquadramento nas notícias. Esses dois tópicos são de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho, já que o primeiro tópico vai dar conta de entender a produção de jornais regionais – objetos de estudo analisados aqui - e quais são suas principais características, uma vez que isso ajuda a entender o segundo tópico, que destaca o que é o enquadramento e como ele pode ser visto na cobertura diária do jornalismo.

Tanto a lógica de produção quanto o enquadramento podem dar base para se entender como as mulheres estão sendo abordadas no jornalismo, que é a proposta deste estudo.

#### **3.1 A produção noticiosa na mídia regional**

Esta dissertação tem como objetos de estudo os jornais regionais presentes nas capitais dos estados que formam a Amazônia Legal, por esse motivo, é interessante que se traga o que é a mídia regional, sua importância e características, uma vez que isso influencia também na construção dos enquadramentos nos veículos, como vai ficar claro no tópico que se segue.

Destaca-se que não é de interesse da autora se debruçar profundamente sobre as questões em torno da mídia regional, que é diversa e complexa (PINTO, 2013), mas de apontar de forma breve algumas características que vão ajudar a entender os resultados obtidos aqui.

Cicilia Peruzzo (2005) entende a mídia local como aquela que produz informações de proximidade, cumprindo uma importante função social. “O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc.” (PERUZZO, 2005, p. 77). De acordo com ela, é graças à mídia regional que as pessoas conseguem acompanhar as notícias de forma mais direta e conseguem confrontar os fatos e a versão midiática de modo mais natural. Eula Cabral (2006) afirma que a regionalização se tornou uma necessidade na mídia brasileira, já que é por meio disso que as pessoas podem se conectar às suas raízes.

Segundo Thays Reis (2018) o jornalismo regional pode ser entendido como uma prática que se desenvolve tanto em cidades de grande como médio porte, além disso, ele é capaz de extrapolar limites territoriais e chegar até municípios que não possuem meios de comunicação. Por sua heterogeneidade, Pamela Pinto (2013) aponta que os sistemas de mídia regionais são subsistemas autônomos que integram o sistema midiático brasileiro. Sarah Silva (2021) destaca o jornalismo regional pela sua importância cultural e identitária.

O jornalismo regional atua como lugar de orientação para a (re)construção das identidades e identificações do sujeito, que hoje encontra-se multifacetado. O indivíduo não possui uma identidade única e consistente, mas é moldado por múltiplos espaços, geográficos e sociais, os quais contribuem para os seus diversos “eus”, que são formados de modo individual e coletivo. Nesse caminho, a mídia, principalmente a regional e local, são fundamentais para a manifestação das representações identitárias coletivas no âmbito social. (SILVA, 2021, p. 46).

A partir das autoras, fica claro que a produção noticiosa nas mídias regionais é essencial. A partir desses veículos que a informação pode chegar em locais que não possuem cobertura nacional. É também por meio desse subsistema midiático (PINTO, 2013) que as pessoas podem acessar notícias próximas de suas realidades diárias, além de “se ver” na TV, rádio ou jornal graças à uma abordagem que referencia sua identidade. Ou seja, a mídia regional é um instrumento de referência cultural.

Ademais, Manuela Ghizzoni (2013) destaca que a mídia regional possui um grande poder no que se refere à mobilização social, uma vez que pode abordar reivindicações e necessidades sociais das pessoas. A autora indica também que é por meio das notícias regionalizadas que os indivíduos conseguem se sentir parte da comunidade, desenvolver reflexões críticas sobre o mundo ao seu redor e exercer um papel fundamental na construção da realidade.

Sendo assim, os veículos regionais se constituem como espaços primordiais no ecossistema midiático brasileiro e no consumo de informações pela população. São essas notícias que são capazes de exercer uma aproximação mais apurada com seu público, provocar mobilizações, chegar a locais com falta de informação e construir referências de identidades. Ou seja, se é na notícia local que os indivíduos conseguem se ver e ver sua realidade, é importante se perguntar o que eles estão vendo, afinal.

Entretanto, apesar dessa importância no cenário local, alguns problemas fazem parte do dia a dia das redações, chegando a se tornar características do jornalismo regional. Peruzzo (2005) destaca alguns, sendo eles: a presença de laços políticos, a grande publicação de *press releases*, falta de ampla cobertura e apuração e reprodução da grande imprensa. Sobre os laços políticos, a autora explica que isso não acontece apenas na mídia regional, entretanto, são nesses veículos que esses laços aparecem de forma mais explícita por serem mais fortes. Ela destaca que essa tendência acaba por comprometer a qualidade da informação produzida. “É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (PERUZZO, 2005, p. 78). Reis (2018), ao analisar os critérios de noticiabilidade do

jornal O Progresso do Maranhão, constatou que existe influência política e econômica na produção das notícias do impresso, corroborando o argumento de Peruzzo (2005).

Ligado a isso, existe a ampla publicação de *press releases* nos veículos locais. Segundo Peruzzo (2005, p. 80), existe um “aproveitamento intencional e acrítico de releases” que compromete a qualidade do jornalismo praticado em veículos das capitais e de cidades do interior. Ghizzoni (2013), analisando o jornalismo regional praticado no meio-oeste catarinense, demonstrou que os veículos possuem uma dependência da assessoria de comunicação e que existe um comodismo em entrevistar políticos, já que suas declarações já estão preparadas para serem veiculadas diretamente no jornal. Tudo isso leva ao oficialismo, ou seja, o grande uso de fontes oficiais na produção diária das notícias.

Ainda segundo o estudo de Ghizzoni (2013, p. 161), a característica do oficialismo identificado por ela é existência de um grande número de matérias pautadas por assessorias de comunicação de órgãos públicos e a presença de apenas uma fonte na notícia, sendo em sua maioria os prefeitos e os secretários municipais. Por conta disso, Reis (2018) indica que o jornalismo regional – pelo menos o realizado pelo único jornal impresso de Imperatriz - é marcado por notícias com oficialismo, violência e entretenimento. Ghizzoni (2013) reflete que esta prática pode estar ligada à falta de tempo e recursos para produção das notícias na mídia regional.

Esses dois problemas apontados por Ghizzoni (2013) também explicam a falta de cobertura e apuração percebida nos jornais regionais. Na mesma linha, Peruzzo (2005) indica que essa característica se deve a redações pequenas e com poucos profissionais, alguns até sem preparo para desempenhar a função. Ainda segundo ela, essa condição prejudica o potencial do jornalismo regional, que deixa de trabalhar a informação com proximidade, que é precisamente a sua “razão de ser” (PERUZZO, 2005). Sobre isso, Reis (2018) observou que a cobertura do jornal O Progresso não incluía cidades em que o jornal tinha circulação e assinantes. Ou seja, temos aí uma parcela da população que mesmo estando em áreas de circulação do jornal local, não se veem nas notícias diárias.

Em conjunto a isso, Peruzzo (2005) também observa que existe, na mídia regional, a reprodução das matérias veiculadas na grande imprensa. Segundo ela, essa tendência se materializa por meio da imitação do estilo de tratamento da informação e pela presença de espaços dedicados a reproduzir notícias nacionais. “(...) muitos jornais locais tendem a se ocupar mais de assuntos comumente tratados pelos jornais de circulação nacional do que com

assuntos específicos locais que demandariam apuração jornalística (...)” (PERUZZO, 2005, p. 81). Essa é mais uma tendência que distancia o jornalismo regional da proximidade que ele deveria ter para com a população local que está em sua área de circulação.

Ao invés das notícias se ocuparem de acontecimento próximos ou regionalizar temas notícias, as redações apenas reproduzem notícias da grande imprensa, ou seja, reproduz enquadramentos. Sendo assim, ao reproduzir enquadramentos, se tem uma reprodução de representações de gênero e uma cobertura pouco diversa. Assim, se verificar a cobertura que envolve a mulher em portais distintos é interessante para se entender, inclusive, se existe essa reprodução de semelhanças.

A partir dessas colocações, se pode compreender o impacto social e a importância que o jornalismo regional desempenha em suas áreas de circulação, oportunizando a aproximação com seu público e dando visibilidade às suas reivindicações e identidades. Porém, assim como em qualquer redação do mundo, as regionais possuem seus constrangimentos típicos advindos de uma redação enxuta, com poucos profissionais, acúmulo de funções, estruturas deficientes, dependência de assessorias e dificuldade no aprofundamento das pautas. Todas essas tendências, que marcam a produção regional, vão influenciar diretamente no modo como as notícias são enquadradas, pois o enquadramento está diretamente relacionado com a produção da notícia. No próximo tópico, o conceito de enquadramento das notícias é explicitado e debatido para esclarecer essas questões.

### 3.2 O jornalismo enquadrando a realidade: os estudos de enquadramento das notícias

O enquadramento é uma teoria interdisciplinar, perpassando por diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a psicologia e a comunicação. Para essa dissertação, a discussão vai se ater à comunicação, mas de forma ainda mais específica, no jornalismo em si, uma vez que se pretende analisar o enquadramento noticioso.

Segundo Murilo Soares (2006), o conceito de enquadramento surgiu primeiramente na Sociologia e foi trazido para a Comunicação. Nestes estudos, ele é utilizado para “referir-se às propriedades construtivas das representações jornalísticas” (SOARES, 2006, p. 3). Ou seja, o conceito permite entender de que forma o jornalismo constrói representações sobre o mundo social.

Uma das primeiras contribuições para se entender o que seria o enquadramento foi feita por Erving Goffman em *Frame Analysis* (1974). Segundo o autor, as pessoas conseguem interpretar eventos que acontecem ao seu redor por meio de “estruturas primárias” que são construções de sentido desenvolvidas socialmente. Assim, os enquadramentos são a forma com que os indivíduos conseguem organizar e interpretar informações acerca do mundo.

Dietram Scheufele e David Tewksbury (2007) argumentam que a Teoria do Enquadramento é baseada na suposição de que o modo com que os jornalistas caracterizam um certo assunto pode influenciar na forma que a audiência vai entendê-lo. Os autores destacam que o enquadramento é uma ferramenta valiosa, uma vez que seria a partir disso que os repórteres teriam condições de apresentar assuntos complexos para audiências leigas. Além disso, eles argumentam que o enquadramento descreve também como as pessoas usam informações para criar impressões sobre as questões.

Ou seja, podemos entender tanto o enquadramento dentro da produção noticiosa cotidiana, uma vez que faz parte do processo jornalístico, como também como um efeito percebido na audiência, uma vez que é exatamente a forma como a notícia é construída que guia como as pessoas vão entender sobre o assunto que foi abordado. Apesar desta dissertação se concentrar na análise de enquadramento na produção, se faz necessário apontar o poder de efeito que o enquadramento possui nas audiências, uma vez que um influencia o outro.

Segundo Robert Entman (2007), a agenda-setting seria a primeira função do enquadramento, pois nesse nível se definiria as questões que tinham a atenção do público e do governo. Uma vez que a mídia conseguia dizer sobre o que as pessoas pensavam, o autor argumenta que ela também poderia influenciar como elas pensavam.

(..) ‘dizer às pessoas sobre o que pensar’ é como alguém exerce influência política em sistemas políticos não coercivos (e em menor grau em sistemas coercivos). E é por meio do enquadramento que os atores políticos moldam os textos que influenciam ou estimulam as agendas e considerações sobre as quais as pessoas pensam (ENTMAN, 2007, p. 165 – tradução nossa).<sup>14</sup>

Nesse sentido, Regina Lawrence (2000) também destaca que o enquadramento se constituía como um exercício de poder jornalístico, sendo este intencional ou não. Segundo a autora “(...) os enquadramentos podem chamar a atenção e conferir legitimidade a aspectos

---

<sup>14</sup> “(..) ‘telling people what to think about’ is how one exerts political influence in noncoercive political systems (and to a lesser extent in coercive ones). And it is through framing that political actors shape the texts that influence or prime the agendas and considerations that people think about.” (ENTMAN, 2007, p. 165).



particulares da realidade, ao mesmo tempo em que marginalizam outros aspectos” (LAWRENCE, 2000, p. 93 – tradução nossa)<sup>15</sup>.

Assim, é interessante que se perceba que o enquadramento, que faz parte intrinsecamente do processo de produção jornalística, possui uma grande força na sociedade. Por meio dele, são geradas as percepções e interpretações sobre as questões de interesse público e estas por sua vez fazem parte do processo cognitivo das audiências, que consomem as informações cotidianamente. Temos aqui então uma ferramenta jornalística poderosa que não só faz parte da vida dos indivíduos como os guiam sobre os assuntos do mundo ao seu redor.

Em 1988, William Gamson argumentava que toda questão política possuía um processo de construção de sentido por meio de ideias e símbolos disponíveis em diversos “fóruns” na sociedade. A mídia é um desses fóruns, sendo que esta tanto influencia outros fóruns públicos quanto é influenciada por eles. Ainda segundo o autor, “os jornalistas extraem suas ideias e linguagem de outros fóruns, frequentemente usando a linguagem e os enquadramentos de suas fontes. Ao mesmo tempo, eles contribuem com suas próprias metáforas, valendo-se de uma cultura popular que compartilham com seu público” (GAMSON, 1988, p. 166 – tradução nossa)<sup>16</sup>.

Gamson (1988) destacava o terreno complexo em que se constroem os sentidos, em um meio social em que existem diversos fóruns públicos que interagem entre si e se influenciam mutuamente. Desse estudo feito por ele, é de grande importância para esse trabalho o entendimento de que a mídia faz parte da construção de sentidos sobre o mundo, ou seja, o discurso veiculado na mídia oriundo de processos da profissão desempenhados pelos jornalistas, em grande medida, vai influenciar na interpretação dos fatos na esfera pública, entendido aqui pelo autor como os outros fóruns públicos. O jornalismo assim não só informa a sociedade, mas é também peça central no modo como se interpreta o mundo social.

No ano de 1990, Shanto Iyengar desenvolveu um estudo para analisar a formação da opinião pública a partir da cobertura sobre política em notícias televisivas. Através de diversos experimentos, o autor percebeu que a maneira com que questões políticas eram enquadradas

---

<sup>15</sup> “(...) frames can draw attention toward and confer legitimacy upon particular aspects of reality while marginalizing other aspects.” (LAWRENCE, 2000, p. 93).

<sup>16</sup> “Journalists draw their ideas and language from other forums, frequently using the language and frames of their sources. At the same time, they contribute their own metaphors, drawing on a popular culture that they share with their audience”. (GAMSON, 1988, p. 166).

nas notícias influenciava significativamente a visão da audiência sobre responsabilidade acerca de um assunto, sendo individual ou social.

Nesta pesquisa, o autor trabalhava com dois tipos de enquadramentos de notícias, o temático e o episódico. Segundo Iyengar (1990), o enquadramento temático é entendido como aquele em que as questões públicas são tratadas de forma mais geral e abstrata, alguns exemplos de reportagens com enquadramento temático seriam aquelas sobre transformações nas oportunidades de emprego, mudanças em políticas de ações afirmativas, e etc.; já no enquadramento episódico, as questões são tratadas de forma específica, trazendo para destaque um desempregado, uma vítima de discriminação, o bombardeio de um avião, etc.

Sendo assim, o que o autor percebeu foi que o tipo de enquadramento usado para cobrir um assunto causava diferentes percepções. Segundo ele, quando se usava o enquadramento temático, as pessoas tendiam a ter a sociedade como responsável por uma questão, do contrário, quando o enquadramento era episódico, a responsabilidade era percebida como individual. Dando como exemplo, ele percebeu que a raça era uma peça importante quando se falava em cobertura sobre pobreza. Quando se falava em pobreza de pessoas negras, a responsabilidade era individual, mas quando se falava em pobreza de pessoas brancas, a responsabilidade era social.

Em suma, os americanos estão sujeitos a considerável influência da mídia quando consideram questões de responsabilidade por questões sociais e políticas. O uso de enquadramentos de notícias específicos para relatar problemas efetivamente altera as atribuições dos espectadores de responsabilidade causal e de tratamento. Quando se predomina um único enquadramento noticioso, como é claramente o caso da pobreza, do crime e do terrorismo, a prática jornalística assume um significado político considerável (IYENGAR, 1990, p. 9 – tradução nossa).<sup>17</sup>

A partir desse estudo, vê-se que o jornalismo possui uma força política quando se fala em interpretação sobre as questões que aparecem na cobertura noticiosa. O tratamento das notícias, a partir de seleções, impactam o entendimento do público sobre um assunto e sobre atores sociais, como as pessoas negras no exemplo acima. O mesmo pode acontecer com as mulheres. A maneira com que elas são retratadas nas notícias possui também uma força política na esfera pública, pois vai influenciar no modo como as pessoas vão entender sobre suas questões, que em sua maioria são questões sociais e não individuais.

---

<sup>17</sup> *"In sum, Americans are subject to considerable media influence when they consider questions of responsibility for social and political issues. The use of particular news frames to report on issues effectively alters viewers' attributions of causal and treatment responsibility. When a single news frame predominates, as is clearly the case with poverty, crime and terrorism, journalistic practice takes on considerable political significance"* (IYENGAR, 1990, p. 9).

Nesse sentido, Danilo Rothberg (2010) destaca a diferença de assimilação quando se trata de enquadramentos episódicos e temáticos. Segundo o autor, o enquadramento episódico não explora questões políticas de um fato e apenas acentua aspectos circunstanciais e isso acarreta, por exemplo, na falta de uma visão social e macropolítica sobre determinadas questões, como a violência de gênero. “O que se tem como resultado da assimilação de uma matéria é, assim, um esquema de pensamento a ser entendido como um quadro genérico de compreensão do assunto enfocado, no qual determinados aspectos adquirem relevância, e outros simplesmente deixam de existir” (ROTHBERG, 2010, p. 62).

Ou seja, se a matéria já é produzida com pouca complexidade de questões, é certo dizer que a audiência, por sua vez, terá uma visão muito mais simplista sobre os fatos sociais, uma vez que o processo de assimilação vai focar apenas nos aspectos mais relevantes. Ainda segundo argumenta autor, os enquadramentos temáticos podem ser entendidos como fundamentais para a formação integral de um indivíduo enquanto sujeito político (ROTHBERG, 2010). Notícias que são produzidas com pluralidade de fontes e aprofundamento de apuração, por exemplo, também fazem parte do aparato de conhecimento e formação política de uma sociedade, por isso a importância de se falar sobre o enquadramento noticioso quando se trata de mulheres no jornalismo.

Ao falar sobre enquadramento, Entman (1993) destaca o poder que existe na comunicação textual. Ao definir o enquadramento, o autor destaca que o conceito, essencialmente, envolve a seleção e a saliência de certos aspectos do assunto. “Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover determinada definição de problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52 – tradução nossa)<sup>18</sup>.

É importante que se entenda que as notícias envolvem uma complexidade textual: existem seleções, saliências, interpretações, cultura, valores e avaliações morais embricadas em cada matéria, além de claro, exclusões e omissões. Todos esses elementos juntos são responsáveis pelos enquadramentos dos eventos percebidos pelos jornalistas, que como já foi discutido no capítulo anterior, não são atores neutros ao observarem uma realidade.

---

<sup>18</sup>“*To frame is to select some aspects of perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.*” (ENTMAN, 1993, p. 52).

As saliências percebidas nas notícias provêm de um destaque dado à algum item que é o objeto da comunicação, e ela acontece para que o assunto seja mais significativo, seja mais “noticiável” ou mais memorável. Os textos podem salientar informações a partir de repetições ou associações com símbolo familiares culturalmente (ENTMAN, 1993). Ou seja, isso faz parte da própria lógica de produção diária dos profissionais do jornalismo. Andando junto com a saliência, a omissão possui papel fundamental no enquadramento. Segundo Entman (1993), a omissão de definições, explicações e recomendações pode ser tão crítica quanto a inclusão ao se pensar na orientação de interpretação da audiência.

De acordo com Entman (1993) os enquadramentos estão presentes em 4 partes no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. O comunicador, conscientemente ou inconscientemente, toma decisões sobre o que falar a partir de enquadramentos que organizam suas próprias crenças; o texto contém enquadramentos que se constroem a partir da presença e ausência de diversos itens, como palavras, fontes de informação e frases que reforçam julgamentos; o receptor pode ter ou não seus pensamentos e conclusões guiadas pelo enquadramento proveniente do comunicador e do texto; e por sua vez, na cultura é onde estão os enquadramentos comuns presentes nos discursos e pensamentos de pessoas em grupos sociais. Ou seja, o enquadramento perpassa todo o processo de comunicação e possui papel importante na construção de sentido sobre o mundo em todos eles.

Ainda de acordo com o autor, “o enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como eles entendem e lembram de um problema, bem como avaliam e decidem agir sobre ele” (ENTMAN, 1993, p. 54 – tradução nossa)<sup>19</sup>. Apesar do efeito do enquadramento ter influência no entendimento das pessoas, se faz importante destacar que isso não ocorre de maneira homogênea e universal, nem todo mundo vai interpretar as coisas igualmente, mas sabe-se que o enquadramento possui um efeito no meio político-social. Isso foi apontando por Entman (1993) ao afirmar que o texto noticioso é uma marca de poder, uma vez que ele registra identidades de atores ou interesses que competem para dominar o texto.

Zhongdang Pan e Gerald Kosicki (1993) também destacaram o texto das notícias para entender o enquadramento. Segundo os autores, o texto das notícias pode ser visto como um sistema organizado de elementos que podem indicar a defesa de certas ideias e encorajam o público a ter uma determinada forma de processamento da informação.

---

<sup>19</sup> “The frame determines whether most people notice and how they understand and remember a problem, as well as how they evaluate and choose to act upon it.” (ENTMAN, 1993, p. 54).

(...) podemos conceber um quadro (frame) de mídia noticiosa como um dispositivo cognitivo usado na codificação, interpretação e recuperação de informações; é comunicável; e está relacionado com as rotinas e convenções profissionais jornalísticas. O enquadramento, portanto, pode ser estudado como uma estratégia de construção e processamento do discurso noticioso ou como uma característica do próprio discurso (PAN, KOSICKI, 1993, p. 57 – tradução nossa).<sup>20</sup>

Assim, o enquadramento é construído nas notícias por meio das estruturas textuais que são feitas pelos profissionais, mas essas estruturas textuais não são apenas escolhas pessoais de cada jornalista que redige uma matéria, elas são próprias da profissão, que segue regras de redação jornalística. Desse modo, os autores indicam que existem quatro dimensões estruturais do discurso jornalístico que fazem parte dos dispositivos de enquadramento, sendo estas a estrutura sintática, estrutura de roteiro, estrutura temática e estrutura retórica (PAN, KOSICKI, 1993).

A estrutura sintática seria caracterizada pela pirâmide invertida, guia de redação dos textos jornalísticos em que as informações principais devem ser colocadas logo no início das matérias. Dentro dessa estrutura, os autores colocam o título como a estrutura mais poderosa quando se trata de enquadramento, pois já no título se consegue dar saliência e ativar certos conceitos nas mentes dos leitores; logo após o título, o lead da matéria é o segundo espaço mais importante, pois ali se dá o ângulo da notícia e se sugere uma perspectiva de visão do fato noticiado (PAN, KOSICKI, 1993).

A segunda estrutura dá conta de apontar que o texto jornalístico segue um roteiro, uma vez que os repórteres precisam responder a cinco questões: quem, o quê, quando, onde e por quê. A terceira estrutura indica que as notícias possuem uma temática e esta é apresentada na forma com que os profissionais evidenciam as ações do fato noticiado e colocam citações das fontes. Por fim, a estrutura retórica pode ser descrita como as escolhas de estilo feitas pelos jornalistas, “(...) os jornalistas também usam recursos retóricos para invocar imagens, aumentar a relevância de um ponto e aumentar a vivacidade de uma reportagem” (PAN, KOSICKI, 1993, p. 62 – tradução nossa)<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup>(...) we may conceive a news media frame as a cognitive device used in information encoding, interpreting, and retrieving; it is communicable; and it is related to journalistic professional routines and conventions. Framing, therefore, may be studied as a strategy of constructing and processing news discourse or as a characteristic of the discourse itself. (PAN, KOSICKI, 1993, p. 57).

<sup>21</sup> “(...) journalists also use rhetorical devices to invoke images, increase salience of a point, and increase vividness of a report.” (PAN, KOSICKI, 1993, p. 62).

Nesse sentido, Soares (2006) indica que os enquadramentos das notícias podem ser construídos por meio de vários fatores textuais, como as palavras, no uso de metáforas, conceitos e símbolos e nas insinuações ou sugestões presentes em uma narrativa noticiosa. “Os enquadramentos podem dominar de tal forma o discurso, a ponto de serem tidos como senso comum ou descrições transparentes dos fatos, ao invés de interpretações.” (SOARES, 2006, p. 6). Sendo assim, mesmo que se pense que a narrativa textual de uma matéria apenas apresenta descrições de um fato, essas descrições são resultadas de interpretações de um indivíduo sobre a realidade percebida e estão de acordo com valores e cultura que, por vezes, são tidas como sendo de senso comum.

Diante de tudo isso, percebe-se que o jornalismo é parte fundamental do meio social enquanto aparelho de formação de conhecimento e posicionamentos políticos, se encontrando dentro das complexas dinâmicas das construções sociais, como aponta Carvalho (2009).

Ao promover enquadramentos, o jornalismo está colocando em ação mais do que a saliência de aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados. Está neste processo a especificidade da sua participação nas dinâmicas de construção social da realidade. Em outros termos, os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa. (CARVALHO, 2009, p. 4).

Todos os dias, as redações jornalísticas dão sentido às coisas e às pessoas, legitima fatos, dá visibilidade a uns e omite outros, de forma intencional ou não, uma vez que todo esse processo é intrínseco à profissão. Entretanto, é esse exercício diário que dá conta de promover representações e guiar interpretações dos indivíduos, além de ser fundamental para o conhecimento de si próprio e da sociedade em que se está inserido (CARVALHO, 2009).

É inegável que o jornalismo possui seu poder e sua força na vida social, e exatamente por isso que análises sobre como ele está retratando e criando enquadramentos sobre a mulher se fazem importantes. A cobertura noticiosa, tão presente no dia a dia das pessoas, tanto dá visibilidade quanto pode omitir questões caras para as mulheres. Se dá visibilidade, impacta de forma positiva no conhecimento e no debate público, se não, contribui para a invisibilidade de uma minoria que está lutando por direitos há décadas. Por esse motivo, esta dissertação procura entender o enquadramento com uma perspectiva de gênero.

No próximo tópico são levantadas algumas pesquisas que se dedicaram a analisar como as mulheres estão sendo enquadradas no jornalismo.

### 3.2 Os *frames* da mulher: teoria do enquadramento nos estudos de gênero

No capítulo 1 desta dissertação foram discutidas as teorias de gênero e como estas aparecem na pesquisa científica que se preocupa a analisar a presença da mulher no jornalismo, uma vez que se sabe que existem discrepâncias e desigualdades de tratamento. No início deste capítulo, a Teoria do Enquadramento foi explanada e sua importância neste trabalho, que propõe analisar a representação de uma minoria social, ficou clara.

Sendo assim, este tópico final propõe trazer para o debate algumas pesquisas que já utilizaram a técnica de análise de enquadramento aliada ao gênero para entender de que forma as mulheres aparecem no jornalismo. Esse esforço é necessário não só para demonstrar que já existe uma área de pesquisa que se dedica a desenvolver esse tipo de análise, mas também para que as discussões desta dissertação partam de contribuições que podem ser semelhantes ou diversas, o que enriquece a análise.

Existem diversas pesquisas, com as mais diversas ferramentas metodológicas, que se preocupam em lançar luz sobre as questões de gênero na comunicação, isso porque, como afirma Sarmiento (2019), os meios de comunicação são peças centrais para se entender as desigualdades de gênero que se estabelecem nas sociedades. Uma das formas de se estudar as representações de gênero nesta instância é por meio do enquadramento, uma vez que, como apontado no tópico logo acima, os quadros desenvolvidos durante a construção das notícias diárias servem como referência para que as pessoas interpretem o mundo.

De acordo com Sarmiento (2019), não existe relação social ou comunicação sem os “pacotes interpretativos” desenvolvidos por meio dos quadros do jornalismo, pois são eles que “guiam as nossas ações mais ordinárias aos contextos mais específicos de interação” (SARMENTO, 2019, p. 104). A autora deixa claro que os quadros são construídos a partir “inscrição dos meios de comunicação na vida social” (2019, p. 104). Ou seja, eles não podem ser entendidos apenas como referências fixas e criadas pela mídia de forma individual e direta, mas se materializam a partir das interações que estão circunscritas no seio da sociedade, que está em constante movimento e influencia na própria construção deles.

É por isso que a autora defende que os “enquadramentos midiáticos não são construídos de forma dissociada das desigualdades de gênero que estruturam as sociedades, as rotinas produtivas dos media, a própria comunicação ordinária, mas se inscrevem junto delas” (SARMENTO, 2019, p. 109). Não se pode pensar na produção jornalística descolada das estruturas existentes em sociedade, logo, as desigualdades de gênero que moldam essas

estruturas também vão fazer parte da construção dos enquadramentos que se observam nos veículos de comunicação, demonstrando uma influência mútua. Sabendo disso, diversas pesquisas conseguem nos dar um vislumbre de como a mulher é representada na mídia e entendida no mundo, que desigualdades perpassam a rotina de produção, enquadram as notícias e norteiam as interpretações sobre os fenômenos sociais.

De início, se sabe que as questões de gênero ainda têm pouca presença na cobertura jornalística. Daiane Geisen (2020), ao analisar as notícias publicadas no Dia Internacional da Mulher nos jornais El País e Folha de São Paulo, constatou que mesmo que os textos sejam em sua maioria escritos por mulheres e tenham uma abordagem positiva, a discussão de gênero ainda é pouco levantada e as mulheres são vistas de forma reduzida no jornalismo, ou dentro de matérias sazonais ou em matérias sobre cotidiano, ou seja, quando se existe uma demanda específica para falar sobre elas.

Ao debater sobre a violência contra a mulher, o machismo e o patriarcado no enquadramento jornalístico, Yara Lopes e Rafael de Souza (2019) apontam que o jornalismo ainda utiliza a moralidade para tratar assuntos, retratam as mulheres como vulneráveis e usam de apelo emocional ao noticiar casos de violência de gênero. Enquadramentos ligados à culpa, violência e vulnerabilidade também foram evidenciados por Ângela Marques e Luís Martino (2019) ao analisarem 150 imagens relacionadas à cobertura do Programa Bolsa Família nos jornais Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo. Segundo o trabalho, “há nesse enquadramento biopolítico e vulnerabilizante das mulheres uma forma de violência que as condena e as sentencia à culpa. Como se essas mulheres fossem menos dignas de valor (...)” (MARQUES, MARTINO, 2019, p. 49).

A partir disso, é possível perceber que a figura feminina que, majoritariamente, é encontrada no jornalismo está ligada a óticas negativas, já que essas matérias colocam a mulher em um lugar de culpa, vulnerabilidade e violência. Logo, esse tipo de imagem se naturaliza e influencia na forma como enxergamos a mulher em sociedade, o que reforça estereótipos e desigualdades. A forma como a mulher está presente na cobertura jornalística se deve exatamente ao fato de essa ser visão que nasce de uma questão social e estrutural, socialmente elas ainda são tidas como vulneráveis e são culpabilizadas. Como afirma Sarmiento (2019), os enquadramentos não são construídos de forma separada das desigualdades de gênero percebidas na sociedade.



Sobre os estereótipos que perpassam o jornalismo e são legitimados por ele, Yasmin Gatto (2018) realizou uma análise sobre o enquadramento das torcedoras da Copa de 2018 pelo jornal A Tribuna. Apesar de o veículo querer mostrar que o futebol também conta com a presença das mulheres na torcida, a autora analisa que ele o faz de forma preconceituosa, uma vez que o jornal as destaca pela beleza, futilidade e histeria. A partir disso, se observa que mesmo em momentos em que o jornalismo se propõe a falar sobre uma desigualdade e demonstrar que as mulheres podem estar em qualquer espaço, as estruturas sociais marcadas pelo machismo e estereótipos de gênero seguem presentes na construção da notícia e, assim, no enquadramento das torcedoras. Não se pode separar o fazer jornalístico das construções sociais.

Yasmin Gatto e Murilo Soares (2020) também perceberam a presença de estereótipos ao analisarem as representações das mulheres na cobertura de um festival folclórico de Paratins nos dois dos principais jornais do Amazonas. Os resultados mostraram que a imagem da mulher estava ligada a padrões de beleza como ser branca, magra e ter cabelos longos e lisos, importando um padrão europeu de aparência, muito distante da aparência da mulher indígena.

O problema com isso é o jornalismo se tornar um instrumento que naturaliza e reproduz uma imagem irreal de mulher, além de não dar evidência às mulheres que realmente fazem parte do evento e até mesmo leem o jornal. Gatto e Soares (2020) reiteram que serão essas representações distantes da realidade que vão servir de modelo para outras jovens. Assim, mesmo que não seja a intenção dos jornais, eles possuem um peso importante na construção de referência sobre a mulher, por isso a necessidade de se verificar como essa cobertura se dá.

Quando se fala na cobertura sobre violência, existe uma gama de trabalhos que se propõe a entender como se dão essas notícias através do estudo de enquadramento. Em 2014, Sarmiento analisou a cobertura sobre a Lei Maria da Penha entre os anos de 2001 e 2012 nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Apesar de trazer alguns dados positivos - como o fato de o jornalismo ter enfatizado a impunidade de agressores e a garantia dos direitos das mulheres, a autora apontou a pouca presença de organizações feministas e de inclusão de falas de mulheres em situação de violência nas notícias publicadas. Dessa forma, ela conclui que “(...) a pouca presença dos movimentos e organizações voltados para a promoção dos direitos das mulheres revela a dificuldade não apenas de acesso destes movimentos, mas da compreensão de que a Lei Maria da Penha é uma pauta de cunho de político e moral e não apenas jurídico” (SARMENTO, 2014, p. 110).

Como debatido no tópico anterior, a omissão também se faz presente quando se fala na construção de enquadramentos, quando existe uma notícia que invisibiliza pessoas e discussões, se exclui do debate peças-chaves para a compreensão de um fenômeno social. Sem a presença de organizações feministas em pautas que falem sobre violência de gênero, por exemplo, se deixa de entender essa violência em um sentido mais amplo e político, não sendo apenas um caso isolado, mas resultado do cisheteropatriarcado que existe em sociedade e da desigualdade entre homens e mulheres.

Por vezes, as notícias sobre violência de gênero perpetuam desigualdades, como apontado por Eleonora de Magalhães (2018) ao analisar as notícias sobre o feminicídio da jornalista Sandra Gomide pelo então diretor de redação do jornal O Estado de São Paulo, Pimenta Neves. A autora identificou que a cobertura noticiosa era desequilibrada, enquanto destacava a carreira do assassino e o humanizava, o sofrimento da vítima foi apagado e ela aparecia apenas vinculada ao seu assassino e, por vezes, foi responsabilizada pelo crime. Ou seja, de acordo com Magalhães (2018) o jornal reforçou uma desigualdade de gênero nos textos quando subordinava Sandra Gomide à Pimenta Neves. Assim, Sandra, após ter sido morta violentamente, também sofreu outro tipo de violência: a midiática, que desumaniza e culpabiliza vítimas de violência de gênero.

Esse não é o único caso em que o jornalismo constrói um enquadramento que justifica o assassinato de uma mulher. Luciane Belin (2019), estudando a produção de notícias sobre o assassinato de Fernanda Rodrigues dos Santos, mulher em situação de rua no Rio de Janeiro, observou que as matérias eram superficiais, se concentravam apenas na descrição do crime, colocava a vítima apenas sob uma ótica sentimental, pouco problematizou as questões de gênero e criou uma narrativa que justificou o crime.

O mesmo aconteceu com a cobertura sobre um estupro coletivo ocorrido no ano de 2016 no Rio de Janeiro. Gatto e Soares (2018), ao estudarem o enquadramento dessas notícias nos portais do O Estado de São Paulo e G1, pontuaram que a mídia transformou o caso em um espetáculo, não fez uma cobertura humanizada e foi desfavorável à vida ao informar sobre possíveis desvios de conduta dela. Além disso, os autores afirmam que os meios de comunicação reproduzem diariamente a cultura do estupro por meio da publicidade e pelo modo como as mulheres são retratadas no jornalismo.

O que se pode perceber com base nestes resultados é que a violência sofrida pelas mulheres diariamente no país não acaba no crime em si, mas é disseminada e reforçada nas

matérias jornalísticas. Os veículos de comunicação não só seguem colocando a mulher em um local de vulnerabilidade e violência, como a narrativa construída nas redações resulta em uma nova forma de violência, em que culpabiliza e desumaniza as vítimas. Ademais, a falta de problematização e a superficialidade em que estes casos são tratados cria outro problema: a falta de compreensão de que estes casos não podem ser entendidos como crimes isolados, mas resultado de um sistema de opressão contra as mulheres. A violência de gênero deve ser tratada sob uma ótica política, não apenas jurídica, como afirmou Sarmiento (2014).

Sobre o enquadramento da cobertura de demandas por direitos, o tema do aborto foi visto em alguns trabalhos. Ainda hoje, o assunto gera polêmica no Brasil, principalmente pelo fato da mídia ainda tratar o assunto com uma ótica moralista e não de saúde pública (DINIZ, CASTRO, 2011). As autoras Debora Diniz e Rosana Castro (2011), ao estudarem a cobertura sobre medicamentos de gênero no jornalismo, afirmam que existe uma omissão por meio da mídia sobre o direito ao aborto seguro no país. “O silenciamento de vozes médicas e de movimentos de mulheres, bem como a não divulgação de informações sobre o efeito do misoprostol para a redução da morbimortalidade materna, ocultam a abordagem do aborto seguro como tema de saúde e de direito das mulheres” (DINIZ, CASTRO, 2011, p. 100).

Maria Fontes (2012) analisou a cobertura do tema aborto em 28 veículos impressos no Brasil durante a campanha presidencial em 2010. Os resultados da análise apontaram que mesmo que o tema tenha tido grande presença nas matérias que foram publicadas no período, as notícias ficaram caracterizadas por silenciar aspectos como a saúde da mulher, a criminalização e políticas públicas. Ao mesmo tempo, existia uma construção de discurso com estigma moral e ligado ao medo religioso.

Luciane Belin e Carla Rizzoto (2021) deixam claro que o debate do aborto não deve ser entendido apenas sob um discurso de medo e moralidade. “(...) o aborto carrega em si nuances relacionadas a questões de gênero, saúde pública, classe, raça, moralidade e religião, de forma que discussões sobre esta temática costumam ser polarizadas e a cobertura midiática sobre ela, cautelosa” (BELIN, RIZZOTO, 2021, p. 163). Ainda segundo as autoras, a forma como a mídia trata o aborto faz com que o tema não seja entendido como questão de saúde e de direito da mulher.

No caso do direito ao aborto, se as reportagens estão focadas apenas em apresentar um caso em específico, sem atrelar aquele caso ao histórico da discussão sobre o tema no país, às situações e riscos aos quais as mulheres estão sujeitas ao recorrer à clandestinidade, sem apresentar as implicações do aborto para a saúde pública nacional, a cobertura tende a incentivar que o “problema” reside naquela mulher, e

não na abordagem que o país dá à questão em termos de saúde, direitos, políticas públicas (BELIN, RIZZOTO, 2021, p. 178).

O que se verifica é uma mídia que trata o aborto como um caso isolado e não aprofunda o debate (BELIN, RIZZOTO, 2021). Ou seja, se faz uma cobertura que destaca aspectos morais e religiosos, coloca o assunto como polêmico ou o trata sob uma ótica do medo. Dessa forma, há um descolamento do tema da sua veia política e de direito da mulher, além de haver uma presença maior do aborto através de uma narrativa de crime e não de saúde pública. Isso faz com que o enquadramento do assunto não favoreça a luta das mulheres, uma vez que a sociedade não vai possuir informações suficientes para entender que falar sobre aborto não é um tabu e não pode se ater apenas às questões religiosas. Falar sobre aborto é debater questões de gênero, é ouvir a luta das mulheres por direito, é entender que se fala, antes de tudo, sobre saúde e necessidade de políticas públicas.

Sobre a cobertura de política no jornalismo, principalmente no que se refere às mulheres políticas, diversos trabalhos propuseram a análise de enquadramento para verificar como as mulheres aparecem nos veículos informativos. Entre os anos de 2011 e 2016, o Brasil teve a primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff. As narrativas jornalísticas sobre seu mandato e sobre seu *impeachment* foram emblemáticas e serviram de base para trabalhos científicos, incluindo os que se preocupavam em entender o enquadramento das notícias sobre ela.

De acordo com Fernanda Dantas (2019), o enquadramento midiático sobre a presidenta aconteceu de formas diferentes durante os anos em que chefiou o país. Em 2011, a autora aponta que ela era vista como uma boa e honesta gestora, focada no trabalho e que seria uma mudança para a política. Já em 2015 e 2016, houve uma mudança de narrativa. Dantas (2019) observou que a cobertura do golpe sofrido por ela no noticiário demonstrou sexismo e fez uso de *gaslighting* e *mansplaining*, além de destacar elementos familiares e seu estado emocional. Foi essa construção de enquadramento, que, segundo a autora, corroborou para a violência que Dilma sofreu em manifestações na rua e nas redes sociais.

Ana Paula Leitão e Liziane Guazina (2018) também mostram resultados semelhantes ao analisar a cobertura do *impeachment* da presidenta por meio da análise das capas dos jornais O Globo, Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no ano de 2016. As autoras destacam, entre seus resultados, que a mídia destacava os erros, pecados e temperamento de Dilma, assim, construindo uma narrativa de julgamentos que são sempre feitos às mulheres de forma específica. É importante ressaltar que os enquadramentos de homens e mulheres são diferentes na cobertura política. Mesmo que o jornalismo destaque aspectos negativos sobre homens, eles ainda assim são reconhecidos por seu trabalho.

As mulheres políticas claramente invisibilizadas pelo noticiário, quando aparecem, estão em pautas negativas, ou pior, recebem análises depreciativas sobre seu trabalho. Os homens, por sua vez, ao mesmo tempo em que são criticados de modo negativo, são reconhecidos como solução dos problemas, referência de liderança e detentores da experiência e do saber político (DANTAS, 2019, p. 222).

Assim como acontece na sociedade, na mídia existem dois pesos e duas medidas para homens e mulheres na política. Basta algum “erro” para que todo o trabalho das mulheres seja desvalorizado. Isso não só é um problema para a imagem delas próprias, mas impacta na imagem de todas as outras mulheres que estão presentes na política e acaba reforçando o imaginário de que o espaço político não é lugar para a mulher.

Outro cenário que se percebe na cobertura sobre mulheres políticas é o descolamento das questões de gênero ao se falar sobre elas. Isso foi percebido no trabalho de Cynthia Miranda, Paulo Rodrigues e Renilson Carvalho (2018) ao analisarem o enquadramento das entrevistas concedidas por Cláudia Lélis, ex-vice governadora do Tocantins. Segundo os resultados obtidos, o fato dela ter conseguido ser a primeira vice-governadora do estado do Tocantins foi tomado como uma conquista individual, até por ela própria, ou seja, o feito não serviu para ampliar o debate sobre as questões de gênero e sobre a participação da mulher na política. Ao se tratar esse tipo de conquista apenas como algo individual, se desconsidera toda uma luta travada por milhares de mulheres para conseguirem ter espaço no campo político, tanto como eleitoras quanto representantes.

A desconsideração do movimento feminista pela mídia também está presente nos resultados de outras pesquisas de enquadramento. Emelina Fernández, Aimiris Valcarcel e Leticia Pujalte (2022) se propuseram a analisar o enquadramento dado à marcha de 8 de março de 2020 na imprensa espanhola. As autoras indicaram que os protestos feministas foram demonizados pela imprensa e que houve a construção da ideia de que a manifestação era responsável pela disseminação do vírus Covid-19. O jornalismo traçou uma linha que ligava o protesto com o aumento de infecções e o crime potencial de permitir que ele acontecesse. Ademais, as autoras afirmam que isso não aconteceu apenas em veículos considerados conservadores no país.

Em 2011, Kaitlynn Mendes analisou a cobertura de movimentos feministas na mídia britânica e norte-americana entre os anos de 1968 e 1982. Seus resultados indicaram que a mídia britânica ignorava o movimento, mas a mídia norte-americana publicava rotineiramente sobre e cobria as campanhas que estavam em andamento. Ademais, Mendes (2011) aponta que

mesmo com números não tão significantes em termos quantitativos, existiam notícias que retratavam o feminismo como ineficaz e sem apoio, e ainda como um movimento morto.

De forma semelhante, Sarmento (2020) estudou como o feminismo aparecia no jornalismo a partir da análise das publicações da Folha de S. Paulo entre os anos de 1921 e 2016, assim perpassando pela primeira, segunda e terceira onda do movimento. A autora indica que a forma como o feminismo foi sendo enquadrado pela mídia mudou ao longo dos anos, mas a mulher que faz parte dele seguiu sendo entendida como alguém diferente e fora dos padrões durante esses períodos. Além disso, o discurso antifeminista se manteve forte durante todas as ondas. A autora observa também que as mulheres negras estão ausentes nos textos, poucas vezes existiu uma discussão sobre feminismo e racismo. Entretanto, Sarmento (2020) conclui que há mais ganhos do que perdas na análise da Folha de S. Paulo.

O feminismo não está invisível no jornalismo, sua cobertura existe e é dinâmica (SARMENTO, 2020). Com o passar dos anos, dos protestos e das mudanças sociais, o jornalismo alterou a forma como o enquadrava e sua menção nas notícias começou a ser mais presente. Houveram mudanças e ganhos positivos, mas como foi discutido neste tópico, também existem questões a serem pensadas sobre essa cobertura. Estar presente no noticiário não quer dizer que o movimento feminista e as mulheres estejam sendo construídos de forma positiva. Por isso, as pesquisas científicas seguem dando luz a esse problema e demonstrando as questões que rodeiam essa dinâmica entre a figura da mulher e o enquadramento jornalístico.

Esta dissertação se soma à essas pesquisas, assim, o próximo capítulo se dedica a apresentar o percurso metodológico desenvolvido neste trabalho para obter os resultados que se seguem.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é dedicado à apresentação do percurso metodológico desta pesquisa, que permitirá responder à problemática, cumprir os objetivos e testar as hipóteses. No primeiro momento, as técnicas metodológicas escolhidas, Análise de Enquadramento aliada à Análise de Conteúdo, serão descritas e justificadas. Após isso, os objetos de análise e as delimitações do estudo são detalhados para uma melhor fundamentação das seleções propostas. Por fim, todo o caminho de construção do livro de códigos e da codificação, passos essenciais da Análise de Conteúdo, são também relatados, bem como o tratamento e apresentação dos dados.

### 4.1 Escolhas de pesquisa: objetos e recortes

Um dos primeiros objetivos de pesquisa, estabelecidos no percurso da autora dessa dissertação, é o de analisar objetos de estudo que, infelizmente, seguem sendo invisibilizados comunidade científica nacional, que segue priorizando o Sul-Sudeste e deixa de fora regiões como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste (SILVA *et al*, 2018). Tal cenário faz com que a pesquisa desenvolvida no Sul-Sudeste do Brasil seja considerada de cunho nacional e a pesquisa em todas as outras regiões sejam consideradas regionais, às vezes até regionalizadas demais. Fato é que o Brasil, sendo um país extremamente diverso, não consegue ser representado apenas em uma região, isso faz com que os resultados sejam homogeneizados, deixando de prover uma complexificação e aprofundamento que deve ser caro para o fazer científico.

Por esse motivo, o primeiro recorte deste estudo se propôs a verificar a produção jornalística de redações localizadas em estados pertencentes à Amazônia Legal. Essa delimitação foi inspirada no trabalho de Miranda e Carvalho (2021), que estudaram a cobertura de feminicídios em jornais amazônicos. Entretanto, neste trabalho, optou-se por ampliar os objetos analisados, trazendo alguns que não foram vistos na pesquisa citada e com o objetivo de obter um *corpus* maior de notícias. Sendo assim, para o desenvolvimento do estudo, foram escolhidos nove portais que fazem parte da Amazônia Legal. Estes estão descritos no quadro abaixo.

**Quadro 1** – Relações de veículos que são objetos desse estudo

| <b>Veículo</b>      | <b>Site</b>              | <b>Capital</b>   |
|---------------------|--------------------------|------------------|
| A Crítica           | acritica.com             | Manaus - AM      |
| Folha de Boa Vista  | folhabv.com.br           | Boa Vista - RR   |
| A Gazeta do Acre    | agazetadoacre.com        | Rio Branco - AC  |
| A Gazeta do Amapá   | agazetadoamapa.com.br    | Macapá - AP      |
| Diário da Amazônia  | diariodaamazonia.com.br  | Porto Velho - RO |
| Diário de Cuiabá    | diariodecuiaba.com.br    | Cuiabá - MT      |
| Diário Online       | dol.com.br               | Belém - PA       |
| O Imparcial         | oimparcial.com.br        | São Luís - MA    |
| Jornal do Tocantins | jornaldotocantins.com.br | Palmas - TO      |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022)

O A Crítica é um portal sediado em Manaus – AM que, segundo o site, publica as últimas notícias do Amazonas, esporte, entretenimento, política, cultura e mais. O jornal foi fundado em 1949 por Umberto Calderaro Filho e Ritta de Araújo Calderaro, sendo o mais antigo do estado e um dos que possuem a maior circulação na capital (TOMÁS, 2019). Ele faz parte do grupo Rede Calderaro de Comunicação (RCC), que conta com 11 empresas no total, incluindo TV e rádio. Atualmente, a presidente do jornal é Tereza Cristina Calderaro Corrêa, filha dos fundadores.

Folha de Boa Vista é um jornal de Boa Vista – RR, segundo consta no site, o jornal preza por um jornalismo isento, apolítico e com liberdade para matérias investigativas. O impresso circulou pela primeira vez em 1983 e o site teve seu início em 1999, contando com mais de 60 mil acessos únicos diários de acordo com dados divulgados por eles. O jornal pertence à Getúlio de Cruz, um político tradicional do estado e que já esteve no cargo de governador (SILVA, VIEIRA, 2010). Hoje, o Folha de Boa Vista tem direção geral de Paula Cruz, filha do fundador do jornal, e direção de jornalismo por Dina Vieira.

Em Rio Branco - AC, o jornal selecionado é o A Gazeta do Acre, que tem direção de jornalismo por Maíra Martinello e editoria por Agnes Cavalcante. Infelizmente, não foram encontradas mais informações em fontes confiáveis sobre o jornal ou o site, o mesmo aconteceu com o A Gazeta do Amapá, de Macapá – AP, que inclusive não tinha informações sobre seu expediente. Mesmo que não tenha sido feita uma busca mais aprofundada e sistemática, essa primeira falta de informações sobre os sites também demonstra a necessidade de colocar objetos desse tipo sob visibilidade na área científica, uma vez que estes, usualmente, acabam ficando de fora dos estudos pelo Brasil.

O Diário da Amazônia foi o jornal escolhido para representar Rondônia, ele atualmente é presidido por Assis Gurgacz, que já foi senador pelo estado. Além do site de notícias, o título também possui sua versão impressa. A Rede TV Rondônia e a Rádio Alvorada também fazem



parte desse conglomerado midiático em Rondônia. Em Mato Grosso, o jornal escolhido foi o Diário de Cuiabá, que tem uma história que se inicia na década de 60, sendo ele o jornal mais antigo do estado. Foi fundado pelo jornalista e radialista Alves de Oliveira, que já foi também vereador de Cuiabá. A primeira publicação do título ocorreu em 24 de dezembro de 1968, o nascimento do jornal se deu a partir do início da modernização da imprensa (COSTA, 2018). Atualmente, o diretor-editorial do veículo é o jornalista Gustavo Oliveira, filho do fundador.

O objeto escolhido para Belém do Pará foi o jornal Diário Online, também conhecido como DOL. Este título faz parte de um conglomerado de mídia fundado em 1988, o Grupo de Mídia Rede Brasil Amazônia que pertence ao empresário Jair Bernardino (LUCAS, 2018). Já o site de notícias em si, o DOL, foi criado apenas em 2010, com o principal objetivo de publicar notícias em tempo real do Pará e do Brasil (SARGES; SOARES, 2016). Entre suas editorias, o site possui a DOL Delas, uma editoria voltada exclusivamente para assuntos voltados às mulheres.

O Imparcial é um veículo maranhense de notícias, o jornal foi fundado por José Pires Ferreira em 1926 e tinha na apuração com “imparcialidade” sua principal característica na época. Em 1944, o jornal foi adquirido por Assis Chateaubriand e passa então a ser parte do Grupo dos Diários Associados que inclui o Aqui-MA, o site O Imparcial e a TV Imparcial (REIS, 2017). De acordo Ferreira, Rocha e Schoenherr (2022), o site chegou a bater o recorde de oito milhões de acessos em 2020.

Por fim, o último objeto desse estudo é o Jornal do Tocantins, fundado por Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Rebouças Câmara, tendo como diretor superintendente Tasso José Câmara e editor Lailton Costa. O título faz parte do Grupo Jaime Câmara, maior conglomerado de comunicação do Centro-Oeste. O grupo possui 24 veículos de comunicação presentes nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal<sup>22</sup>. A versão impressa do Jornal do Tocantins circula desde 1979, sendo um jornal tradicional no estado (SILVA, 2017).

Para conseguir acessar a produção dos portais, que se localizam em estados diferentes, optou-se por se debruçar sobre as notícias publicadas nos sites de cada um deles. Para decidir quais sites entrariam no recorte, a proposta foi selecionar 1 jornal disponível online de cada capital dos estados que compõem a Amazônia Legal. Assim, o Guia de Mídia foi utilizado por apresentar uma seleção de títulos de todos os estados do Brasil. Ao entrar no site de cada estado, foi selecionado o portal que estava com site ativo, que poderia ser acessado de forma gratuita e que pudesse ser encontrado na plataforma Google News, que possui um acervo de publicações

---

<sup>22</sup> Informações obtidas em: <https://www.gjccorp.com.br/>

de jornais online e pode ser usada para coletar as notícias disponíveis em até 1 ano atrás. O intuito da coleta deste estudo era o de observar o estado atual das notícias sobre a mulher e olhar para um ano em que as notícias sobre a Covid-19 estavam presentes em menos volume. Assim, os anos de 2021 e 2022 se apresentaram como ideais, já que proporcionava a observação de notícias mais recentes e com um tempo hábil para a produção da dissertação, as notícias sobre a Covid-19 ainda apareciam, mas com menor destaque, e a plataforma Google News permitia a busca dessas notícias.

É importante ressaltar que a escolha dos objetos de análise não se deu levando em conta número de acessos ou qualquer outra métrica de sites. Entretanto, destaca-se que os títulos estudados se tratam de jornais de proeminência em seus respectivos estados. Por pretender verificar como está a construção das notícias de forma recente, o recorte temporal da análise são os anos de 2021 (de 1 janeiro a 31 de dezembro) e 2022 (de 25 de julho a 26 de agosto). O primeiro intuito seria de verificar apenas notícias publicadas em 2021, ano anterior à escrita da dissertação, porém, por conta de problemas técnicos, a coleta do jornal de Rondônia, que era outro título, não pôde ser utilizada. Por isso, o site Diário da Amazônia foi selecionado e sua coleta se deu com notícias publicadas em 2022, as mais recentes coletadas com auxílio do *Google News*.

Assim, para compor o *corpus* do trabalho, foi realizada uma coleta das matérias publicadas nos sites destes veículos por meio de uma fórmula no *Google Sheets* que consegue automatizar a coleta com notícias retiradas do *Google News*. Para selecionar as notícias de interesse da pesquisa, foi feita uma busca avançada pela palavra-chave “mulher” e com a seleção de publicações do “último ano”. O termo “mulher” se mostrou o melhor para a busca dessas notícias por ser amplo o suficiente para a obtenção de notícias sobre mulheres, questões de gênero e feminismo, uma vez que a busca posterior pelos outros dois termos apresentavam notícias replicadas. Após a coleta automatizada, foi realizada uma limpeza do banco de dados e excluídas notícias repetidas ou que não se enquadravam no recorte da pesquisa. No total, serão analisadas 617 matérias dos nove portais amazônicos.

#### 4.2 Técnicas metodológicas: Análise de Enquadramento e Análise de Conteúdo

A principal base do percurso metodológico proposto nesta dissertação está no interesse em verificar as características das notícias sobre mulher, levando em conta a interseccionalidade, e analisar que tipos de enquadramentos se sobressaem quando se traz a mulher como figura central nas notícias diárias. Ademais, um segundo interesse da pesquisa é olhar um recorte geográfico pouco visto nas pesquisas.

Portanto, como pontuado na introdução deste trabalho, foram escolhidos nove portais de notícias que fazem parte da Amazônia Legal, sendo eles: A Crítica (Manaus - AM), Folha de Boa Vista (Boa Vista - RR), A Gazeta do Acre (Rio Branco - AC), A Gazeta do Amapá (Macapá - AP), Diário da Amazônia (Porto Velho - RO), Diário de Cuiabá (Cuiabá - MT), Diário Online (Belém - PA), O Imparcial (São Luís - MA) e Jornal do Tocantins (Palmas - TO). A proposta do recorte da pesquisa é analisar 1 jornal disponível online nas capitais dos estados que fazem parte da Amazônia Legal<sup>23</sup>. No total, foram coletadas 617 notícias dos anos de 2021 (de 1 janeiro a 31 de dezembro) e 2022 (de 25 de julho a 26 de agosto) por meio do Google News, site do Google que possui um acervo de publicações de jornais online.

A partir da problemática da pesquisa e da posse de um *corpus* com grande número de dados, optou-se por lançar mão de uma metodologia de pesquisa de caráter quantitativo. A metodologia quantitativa é indicada para reduzir incertezas e ambiguidades, observar um fenômeno e ligá-lo a outro de forma causal (MARTINO, 2018). Martin Bauer, George Gaskell e Nicolas Allum (2002) também definem a pesquisa quantitativa como aquela que lida com números e modelos estatísticos, sendo um tipo de pesquisa *hard*. Dessa forma, ela se torna adequada para o que se pretende desenvolver neste trabalho, uma vez que a proposta é verificar padrões com relação à representação da mulher.

Dessa forma, foi realizada uma Análise de Enquadramento aliada à uma Análise de Conteúdo (AC). Segundo Murilo Soares (2006), a Análise de Enquadramento é adequada quando se estuda um material jornalístico e se procura encontrar vieses na cobertura. Ainda segundo o autor, “trata-se de uma abordagem que salienta o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita, entranhada em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (SOARES, 2006, p. 02). A partir dos métodos orientados por essa análise, é possível que um autor consiga realizar interpretações sobre os textos analisados, destacando inclinações e representações midiáticas, por exemplo (SOARES, 2006).

O uso desse tipo de análise é eficiente por ser possível ter como resultado a forma como certo assunto foi compreendido pelos jornalistas, a partir do que se tem de relevante na notícia ou do que não está presente. A partir disso, se constrói um quadro genérico do fato (ROTHBERG, 2010). O autor evidencia um exemplo de como a Análise de Enquadramento pode perceber a construção de uma notícia e estabelecer reflexões sobre isso:

(...) se uma reportagem noticia a violência cometida por ou contra adolescentes em conflito com a lei sem contexto ou depoimentos de especialistas, tende a propagar a visão de que o problema não tem relação com o ambiente social e macropolítico, e

---

<sup>23</sup> A escolha destes objetos se deu por meio de consulta ao Guia de Mídia, que dispõe de uma seleção de jornais online em cada estado do Brasil.

nesse quadro inexistem políticas públicas sociais de preservação de direitos daquele público, sobrando apenas medidas de segurança pública (ROTHBERG, 2010, p. 62).

O exemplo do autor mostra que, ao se perceber que uma notícia sobre violência que não traz especialistas ou uma contextualização adequada acaba por transpor uma visão de que o assunto não tem um viés político e isso impacta na forma como esse fenômeno vai ser interpretado, sendo apenas uma questão de segurança pública e não de políticas públicas sociais.

Mauro Porto (2004) afirma que as seleções feitas pelos jornalistas no momento da produção é uma das características mais importantes do enquadramento noticioso, a partir dessa seleção, os profissionais dão ênfase seletiva em certos aspectos da realidade que eles percebem. Dessa forma, com a Análise de Enquadramento, se torna possível perceber os detalhes da construção da notícia e como a presença ou ausência de elementos na produção textual levam a uma interpretação sobre o fato. Ademais, quando se estuda mais de um veículo jornalístico, outras interpretações podem ser levantadas e comparadas, como é o caso dessa pesquisa.

Uma análise de enquadramento das matérias jornalísticas produz dados que autorizam o autor a fazer afirmações interpretativas específicas sobre os textos analisados, suas inclinações, sua retórica implícita e representações mediáticas resultantes. Como geralmente as análises de enquadramento são realizadas sobre dois ou mais veículos de comunicação, é possível também observar contrastes ou semelhanças nas abordagens (SOARES, 2006, p. 13).

Como aponta Mauro Soares (2006), os dados obtidos com essa análise podem demonstrar inclinações e representações mediáticas, algo que é de suma importância para esta pesquisa. O autor também afirma que “os enquadramentos de notícias são construídos por palavras, metáforas, conceitos, símbolos, ironias, imagens visuais, insinuações e sugestões da narrativa noticiosa” (SOARES, 2006, p. 3). Ou seja, através de elementos do texto noticioso, unidade de análise desta dissertação, são construídos os enquadramentos de notícias. A forma como as palavras, expressões, metáforas, entre outros fatores, são usados em uma notícia resultam em uma interpretação sobre o sujeito dessas matérias, no caso, a mulher. Destaca-se que Porto (2004) afirma que os enquadramentos são instrumentos de poder, sendo assim, os enquadramentos da mulher podem legitimar as relações de gênero.

Para realizar esse tipo de análise, Porto (2004) aponta que é necessário para a análise a adoção de categorias sistemáticas e protocolos para a codificação do material. Além disso, o autor pontua que a Análise de Conteúdo (AC) é uma ferramenta adequada de combinação para obter melhores resultados. Por isso, a Análise de Conteúdo também foi empregada nesta pesquisa. Segundo Laurence Bardin (2011), a Análise de Conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Esse tipo de técnica se caracteriza por ser flexível, podendo ser

reinventada a depender do objeto a ser pesquisa, mas seguindo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de mensagens para que seja possível a construção de inferências a partir do conteúdo produzido por meio de indicadores (BARDIN, 2011).

Para além da contribuição de Laurence Bardin, esta pesquisa levou em conta os procedimentos indicados no manual de aplicação da Análise de Conteúdo categorial produzido por Rafael Sampaio e Diógenes Lycarião (2021), segundo os autores, a AC pode ser definida como:

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 17).

As definições dessa técnica demonstram porque ela é essencial para o trabalho desenvolvido nesta dissertação. O intuito da pesquisa é conseguir sistematizar achados e produzir inferências quantificáveis e gerar interpretações sobre a representação da mulher ao se olhar para um *corpus* robusto (617) de textos jornalísticos publicados em sites de jornais amazônicos. Sendo assim, a AC permite cumprir esse objetivo de forma assertiva.

Ainda segundo Sampaio e Lycarião (2021), a AC precisa seguir três princípios epistemológicos: o da validade, da confiabilidade e da replicabilidade para ser balizada cientificamente. Eles apontam que a validade diz respeito à consistência entre conceitos e instrumentos de pesquisa usados para responder ao problema a ser investigado, a confiabilidade assegura que o trabalho foi desenvolvido a partir de padronizados e regras claras e precisas e, por fim, a replicabilidade garante que o estudo pode ser replicado por outros pesquisadores e obter resultados iguais ou semelhantes. No terceiro tópico desse capítulo será apresentada toda a construção das técnicas utilizadas neste trabalho, que possibilitam que estes três princípios sejam seguidos.

Entretanto, se faz importante ressaltar que os autores deixam claro que, apesar das regras e padronizações, a AC envolve também as decisões subjetivas do pesquisador e suas interpretações. Os processos desenvolvidos para lançar mão da técnica não tornam a pesquisa vazia de subjetividades, seu objetivo é o de garantir que a investigação gere resultados compreensíveis e consistentes para a comunidade científica.

Apresentada as técnicas de pesquisa selecionadas para responder às perguntas trazidas por esta dissertação, o próximo tópico apresenta os objetos escolhidos e os recortes que foram feitos.

#### 4.2 Estudo em construção: o livro de códigos e a codificação dos dados

Para realizar a análise, objetivando o estudo do conteúdo e dos enquadramentos das matérias dos portais, foi construído um livro de códigos. Por este se tratar de um estudo quantitativo com um grande *corpus*, foram desenvolvidas variáveis que permitissem coletar resultados para testar as hipóteses do trabalho de forma estatística. Entretanto, ressalta-se que o intuito não é somente apresentar números e estabelecer o que seria uma boa ou má cobertura jornalística, mas prover uma análise que deixe clara a forma como as mulheres estão sendo enquadradas na cobertura amazônica recente.

Assim, o livro de códigos contou com 16 variáveis, sendo elas: **URL do site, data, título, estrutura, autoria, valor-notícia, tema, abrangência, interseccionalidade, quantidade de fontes consultadas, quantidade de fontes mulheres consultadas, função da fonte feminina, tipo de narrativa, enquadramento, observações e trechos**. As variáveis de valor-notícia, interseccionalidade e viés textual permitiam mais de uma categoria na tabulação dos dados.

É importante ressaltar que as categorias desenvolvidas nesta dissertação, como valor-notícia e tema, estão presentes no livro para que seja possível caracterizar da melhor forma o enquadramento das matérias. Ou seja, todas são categorias auxiliares para que os enquadramentos sejam melhor observados e descritos durante a produção de inferências a partir do *corpus* analisado.

Após a definição das primeiras categorias, um teste com 10% do *corpus* da pesquisa, equivalente à 54 notícias, foi realizado para verificar a efetividade das categorias. Depois do teste, algumas delas foram atualizadas e mais três foram adicionadas, sendo: **subtema, valência da notícia e viés textual**, assim, o livro somou 19 variáveis. Um segundo teste para verificar as atualizações foi executado e as variáveis **tipo de textualidade** e **valência da notícia** foram excluídas por causar demasiada ambiguidade na codificação. Sendo assim, o livro de códigos a ser utilizado na pesquisa conta com 17 variáveis: **URL do site, data, título, estrutura, autoria, valor-notícia, tema, subtema, abrangência, interseccionalidade, quantidade de fontes consultadas, quantidade de fontes mulheres consultadas, função da fonte feminina, viés textual, enquadramento, observações e trechos**<sup>24</sup>.

Cada variável presente no livro de códigos foi pensada para que fosse possível responder à problemática da pesquisa e fazer o teste das hipóteses. Por esse motivo, tem-se variáveis para entender as características das notícias, como a estrutura, valor-notícia, temas e fontes. De outro lado, tem-se as variáveis de interseccionalidade, viés textual e enquadramento.

---

<sup>24</sup> A descrição de cada categoria e variável do livro de códigos está disponível no [Apêndice A](#).

Ademais, a coleta de observações e trechos de notícias é fundamental para a construção dos resultados, uma vez que estas vão embasar a discussão. As observações da pesquisadora sobre os dados são de suma importância para a construção da dissertação, já que são estas que permitem apontar os enquadramentos das notícias.

Por fim, os dados obtidos por meio da coleta foram gerados com o auxílio do programa SPSS, onde foi possível obter as tabelas e gráficos, formatados posteriormente no Excel; e do MAXQDA, para a produção da nuvem de palavras.

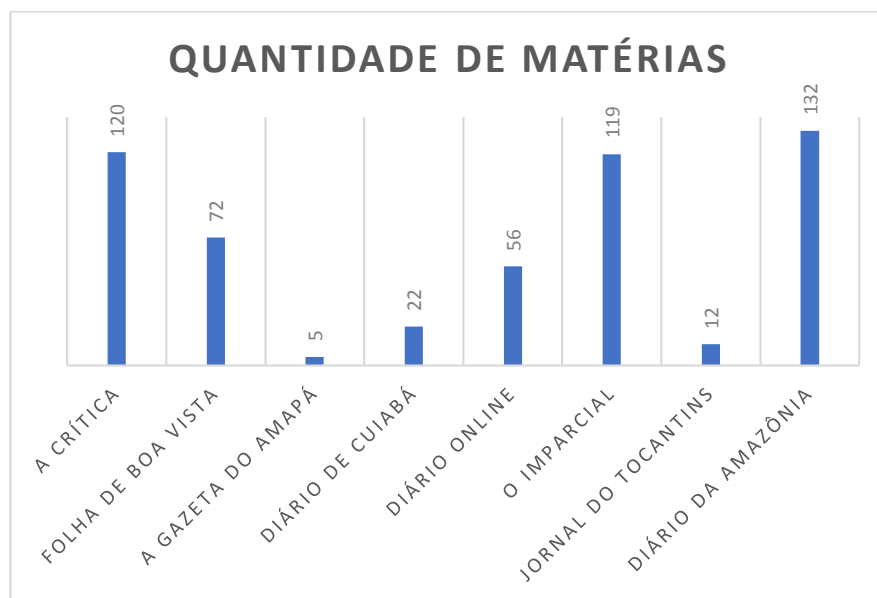
## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentada a metodologia, este capítulo traz os resultados obtidos durante o percurso metodológico desta dissertação. O capítulo está dividido em três tópicos: o primeiro apresenta um panorama geral acerca do conteúdo das matérias publicadas nos portais amazônicos, o segundo aprofunda a análise com a descrição dos resultados acerca das intersecções, vieses textuais e enquadramentos encontrados e, por fim, o último tópico traz as discussões a partir dos resultados obtidos e responde às hipóteses elencadas no trabalho.

### 5.1 Panorama geral da cobertura noticiosa amazônica sobre a mulher

Para iniciar a descrição dos resultados sobre a cobertura amazônica, o gráfico 1 abaixo apresenta a quantidade de matérias analisadas de cada um dos 9 portais escolhidos no recorte desta dissertação.

**Gráfico 1** - Quantidade de matérias analisadas nos portais amazônicos



Fonte: A autora (2023)

É importante destacar que essa quantidade se refere às matérias que foram efetivamente analisadas e que compõem o *corpus* dessa pesquisa, não a quantidade total de matérias que foram publicadas em cada portal no período analisado. Como apontado no capítulo metodológico, a coleta das notícias foi feita por meio de uma ferramenta disponibilizada pelo *Google News*, que possui um filtro com as últimas notícias do ano, entretanto, não se pode afirmar que todas as publicações do ano estavam presentes, uma vez que não se tem controle sobre a coleta da ferramenta. Além das matérias mapeadas, um segundo recorte foi feito



considerando apenas as notícias que tinham a mulher como foco, que resultou no *corpus* da presente pesquisa.

De forma geral, foram analisadas 617 notícias publicadas entre os anos de 2021 (de 1 janeiro a 31 de dezembro) e 2022 (de 25 de julho a 26 de agosto). Percebe-se que três jornais possuem um volume maior no *corpus*, sendo o A Crítica (Manaus – AM) com 120 matérias, O Imparcial (São Luís – MA) com 119 matérias e o Diário da Amazônia (Porto Velho – RO) com 132 matérias. O Gazeta do Amapá foi o portal com menos notícias coletadas, apenas 5 se referiam às mulheres durante a busca. Assim, a cobertura feita em Manaus, São Luís e Porto Velho possuem uma presença maior nos resultados obtidos na análise dos conteúdos.

Para entender melhor o conteúdo das notícias publicadas nos portais, foram analisados a estrutura, autoria e abrangência das matérias. Os resultados se encontram nas próximas tabelas.

**Tabela 1**– A estrutura das notícias na cobertura amazônica sobre a mulher

| <b>Estrutura das matérias</b> |                   |                        |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Tipo</b>                   | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
| Texto e Foto                  | 560               | 90.8%                  |
| Texto, foto e vídeo           | 54                | 8.8%                   |
| Texto                         | 3                 | 0.5%                   |
| Total                         | 617               | 100%                   |

Fonte: A autora (2023)

De acordo com a análise, de forma majoritária, os textos jornalísticos publicados nos portais acompanham uma fotografia - 90.8% dos casos -, há também uma presença da junção de texto, foto e vídeo com 8.8% dos casos. Ou seja, o recurso da imagem é amplamente utilizado para a publicação de matérias. Apesar da análise das imagens não ser um dos objetivos dessa dissertação, esse resultado demonstra um caminho que pode ser visto em trabalhos futuros, já que a imagem também é uma peça que direciona o olhar do leitor para uma determinada via interpretativa.

**Tabela 2**– A autoria das notícias na cobertura amazônica sobre a mulher

| <b>Autoria das matérias</b>    |                   |                        |
|--------------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Tipo</b>                    | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
| Institucional                  | 272               | 44.1%                  |
| Agência de Notícias/Reprodução | 225               | 36.5%                  |
| Repórter Masculino             | 76                | 12.3%                  |
| Repórter Feminina              | 42                | 6.8%                   |
| Sem autoria                    | 2                 | 0.3%                   |
| Total                          | 617               | 100%                   |

Fonte: A autora (2023)

Na cobertura amazônica, como podemos ver na tabela acima, a maioria das notícias não possui o nome de algum repórter atrelado à publicação. A presença de repórteres femininas é a minoria nas 617 notícias analisadas, elas estão presentes em apenas 6.8% das assinaturas de notícias. Em sua maioria, os portais veiculam a autoria ao próprio jornal (44.1%) e publicam reproduções de agências de notícias ou de outros jornais (36.5%). Sendo assim, a assinatura de repórteres em matérias sobre as mulheres nos portais acontece de forma mínima, têm-se uma cobertura que se caracteriza por reproduzir notícias de outros meios.

**Tabela 3**– Abrangência das notícias na cobertura amazônica sobre a mulher

| <b>Abrangência das matérias</b> |                   |                        |
|---------------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Tipo</b>                     | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
| Local                           | 240               | 38.9%                  |
| Regional                        | 139               | 22.5%                  |
| Nacional                        | 173               | 28%                    |
| Internacional                   | 65                | 10.5%                  |
| Total                           | 617               | 100%                   |

Fonte: A autora (2023)

Por se tratar de veículos regionais, se observa que a abrangência local (38.9%) e a regional (22.5%) são as mais presentes nas matérias analisadas, entretanto, fica claro que notícias nacionais (28%) possuem uma força na cobertura amazônica. Por fim, também existe a publicação de notícias a nível internacional, com 10.5%. Esse resultado pode se dever ao grande volume de reprodução de notícias, como visto na análise de autoria.

É interessante se notar que o número de notícias nacionais chega a ultrapassar o número de notícias regionais. Ou seja, depois de falar sobre suas capitais, a cobertura amazônica chega até a dar mais espaço para matérias de fora do seu estado. Isso pode demonstrar que outras cidades do próprio estado ficam de fora da cobertura dos portais. Além disso, foi identificado

que existe a pouca assinatura de repórteres nas notícias, indicando que provavelmente as matérias provêm de assessorias de imprensa ou boletins policiais, por exemplo. Observa-se, então, uma cobertura com ausência de apuração e aprofundamento por parte das redações estudadas aqui. Sem aprofundamento, dificilmente se tem uma cobertura preocupada com a diversidade e a perspectiva de gênero.

Para seguir com a análise, foram verificados os valores-notícia presentes nesse tipo de cobertura nos 9 portais. Os resultados se encontram na tabela abaixo.

**Tabela 4**– Valores-notícias presentes na cobertura amazônica sobre a mulher<sup>25</sup>

| Tipo                  | Valor-notícia nas matérias |                 |                          |
|-----------------------|----------------------------|-----------------|--------------------------|
|                       | Frequência                 | Porcentagem (%) | Porcentagem de casos (%) |
| Fatos Negativos       | 391                        | 46.2%           | 63.7%                    |
| Relevância            | 119                        | 14%             | 19.4%                    |
| Surpresa              | 100                        | 11.8%           | 16.3%                    |
| Fatos Positivos       | 98                         | 11.6%           | 16%                      |
| Celebridade           | 52                         | 6.1%            | 8.5%                     |
| Entretenimento        | 44                         | 5.2%            | 7.2%                     |
| Poder de elite        | 19                         | 2.2%            | 3.1%                     |
| Magnitude             | 16                         | 1.9%            | 2.6%                     |
| Agenda da comunicação | 8                          | 0.9%            | 1.3%                     |
| Total                 | 847                        | 100%            | 137.9%                   |

Fonte: A autora (2023)

Importante sinalizar que, nesta tabela, a frequência corresponde ao número que aquele atributo apareceu nas matérias, podendo coexistir mais de um valor-notícia por publicação. Por isso o total da tabela (847) é diferente do total de casos que compõem o *corpus*. Isso significa que entre as 617 matérias, 847 valores-notícias foram identificados. Com esse resultado, já se pode começar a desenhar a forma como as mulheres aparecem na cobertura dos portais.

Em porcentagem de casos, o valor-notícia fato negativo é majoritário nas notícias, estando presente em 63.7% das produções (391 casos). Ou seja, mais da metade das matérias analisadas são publicadas por retratarem informações de cunho negativo. É interessante notar que esse resultado também demonstra que grande parte das notícias só possuía esse valor notícia, ou seja, sem a combinação de outros tipos de valores. Assim, se pode conjecturar que a maior parte da cobertura se tratava de fatos negativos isolados, como crimes. Depois dos fatos

<sup>25</sup> O número total excede o número de matérias porque mais de um valor-notícia podia estar presente em uma mesma publicação.

negativos, os valores mais presentes são a relevância, com 19.4% de presença de casos; a surpresa, com 16.3%; e os fatos positivos com 16%.

A seguir, a análise se debruça sobre os resultados acerca dos temas e subtemas mais presentes nos portais analisados.

**Tabela 5**– Temas de notícia presentes na cobertura amazônica sobre a mulher

| <b>Temas presentes nas matérias</b> |                   |                        |
|-------------------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Tema</b>                         | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
| Violência/Segurança                 | 368               | 60%                    |
| Entretenimento/Cultura              | 70                | 11%                    |
| Política                            | 45                | 7%                     |
| Curiosidades                        | 39                | 6%                     |
| Acidentes                           | 30                | 5%                     |
| Saúde                               | 30                | 5%                     |
| Economia                            | 18                | 3%                     |
| Outro                               | 16                | 3%                     |
| Educação                            | 1                 | 0%                     |
| Esportes                            | 0                 | 0%                     |
| Total                               | 617               | 100%                   |

Fonte: A autora (2023)

A tematização das notícias analisadas na cobertura dos 9 portais demonstra o peso negativo já observado ao se falar dos valores-notícia anteriormente. Majoritariamente, a cobertura sobre a mulher nos portais amazônicos se concentra no tema de violência e segurança com uma porcentagem de 60%, representando mais da metade do número total de matérias. Vale lembrar que as notícias tinham que ser enquadradas em apenas uma categoria temática, ou seja, elas são mutuamente excludentes.

Outros temas que se destacam são o entretenimento e cultura com 11% de matérias; política, com 7%; e curiosidades com 6%. Apesar de outros temas aparecerem, eles se tornam coadjuvantes em meio a uma cobertura que dá preferência por notícias de casos de violência contra a mulher. Sendo assim, pode-se apontar que a imagem que prevalece sobre a mulher na cobertura amazônica é uma imagem envolta em violência. Essa é a referência de mulher que existe nos sites dos jornais regionais analisados aqui.

Outro dado que demonstra a força da temática de violência na cobertura analisada é a nuvem de palavras formada pelos títulos das notícias. Abaixo se encontra a figura da nuvem gerada com as 100 palavras que tiveram pelo menos 3 aparições.

**Figura 1**– Nuvem de palavras com os títulos de notícia na cobertura amazônica sobre a mulher



Fonte: A autora (2023)

A partir dessa nuvem, percebe-se que palavras que remetem à violência são as que se destacam nas notícias analisadas. Algumas delas são violência, facada, assassinar, estuprar, facada, polícia, agredir, espancar, morte, suspeito, etc. Através apenas dessas palavras presentes nos títulos, já se pode visualizar como essas mulheres são enquadradas nos portais e como a violência é peça-central nessa construção.

Seguindo com a análise temática, a tabela de subtemas abaixo propõe aprofundar os dados com temas mais específicos.

**Tabela 6**– Subtemas de notícia presentes na cobertura amazônica sobre a mulher

| Subtemas presentes nas matérias |            |                 |
|---------------------------------|------------|-----------------|
| Tema                            | Frequência | Porcentagem (%) |
| Não se aplica                   | 350        | 57%             |
| Violência de gênero             | 217        | 35%             |
| Direito das mulheres            | 31         | 5%              |
| Igualdade de gênero             | 15         | 2%              |
| Movimento de mulheres           | 4          | 1%              |
| Total                           | 617        | 100%            |

Fonte: A autora (2023)

Os dados referentes aos subtemas presentes confirmam a concentração de notícias sobre violência de gênero na cobertura sobre a mulher com um total de 35% de presença. Ressalta-se

que se esperava que a violência aparecesse com mais força na cobertura, uma vez que essa não é só uma característica dos portais que são analisados aqui, mas o jornalismo em si se dedica à essa cobertura, uma vez que a violência contra a mulher é um problema público e, por isso, o Brasil desenvolve uma política de enfrentamento. Sendo assim, é também fundamental que o jornalismo dê visibilidade para esse problema, infelizmente, em alguns casos essa visibilidade não é feita de forma positiva, como será visto e debatido nos próximos dados.

Interessante se notar que além da violência prevalecer nas matérias analisadas, observa-se que esta é uma cobertura que trata pouco dos direitos das mulheres (5%), igualdade de gênero (2%) e movimento das mulheres (1%). Em não se aplica, que concentra a maioria dos casos (57%), estão as matérias que não tinham presença de nenhuma das categorias de subtemas elencadas aqui. Ou seja, quando se trata de falar sobre o gênero de forma mais positiva, debatendo assuntos caros para as mulheres, existe um número ínfimo de publicações. Sendo assim, as questões de gênero pouco aparecem como pautas nos portais amazônicos.

Para encerrar esse primeiro tópico, apresenta-se uma análise sobre o uso de fontes nas matérias coletadas. De início, as próximas tabelas mostram os números relativos à quantidade de fontes presentes e quanto destas eram mulheres.

**Tabela 7**– Quantidade de fontes de informação presentes na cobertura amazônica sobre a mulher

| <b>Quantidade de fontes citadas</b> |                   |                    |
|-------------------------------------|-------------------|--------------------|
| <b>Gênero</b>                       | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem</b> |
| Mulher                              | 251               | 74%                |
| Homem                               | 87                | 26%                |
| Total                               | 338               | 100%               |

Fonte: A autora (2023)

No total, das 617 matérias analisadas, foram citadas 338 pessoas como fontes de informação. Esse número mostra que quase metade das notícias não possuía nenhuma citação, o que demonstra que boa parte da cobertura não se apoia nas fontes de informação para a construção da notícia. Entretanto, o número de mulheres citadas (74%) é muito maior do que dos homens. O portal A Crítica, sozinho, citou mais da metade do número total de mulheres na produção das suas matérias (N=134). Isso mostra que, quando a cobertura envolve a mulher, elas são mais chamadas para compor a redação dos textos.

Para saber que funções essas mulheres desempenham nas matérias, as 4 primeiras fontes de informação foram caracterizadas de acordo com o tipo de fonte. Abaixo segue o resultado.

**Tabela 8** – Função das fontes femininas na cobertura amazônica sobre a mulher<sup>26</sup>

| <b>Função das mulheres nas matérias</b> |                   |                    |
|---|-------------------|--------------------|
| <b>Tipo</b>                             | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem</b> |
| Oficial                                 | 78                | 33%                |
| Assunto da matéria                      | 65                | 27%                |
| Especialista                            | 40                | 17%                |
| Personagem                              | 39                | 16%                |
| Vítima                                  | 10                | 4%                 |
| Outro                                   | 6                 | 3%                 |
| Não está claro                          | 1                 | 0%                 |
| Total                                   | 239               | 100%               |

Fonte: A autora (2023)

De modo geral, das 617 matérias que foram analisadas dos portais, tivemos a citação de 78 mulheres como fontes oficiais, 65 eram assunto da matéria, 40 como especialistas e 39 como personagens. Assim, se pode apontar que a cobertura dos jornais analisados dá preferência às fontes oficiais, sendo aquelas que representam instituições, para falar sobre assuntos relativos à mulher. Ademais, existe pouca presença de mulheres como especialistas, o que denota uma produção que pouco se aprofunda no debate das pautas desenvolvidas, uma vez que são as especialistas que poderiam prover um conhecimento específico e mais rico sobre as questões de gênero.

Descrito esse panorama geral dos conteúdos das matérias analisadas dos portais amazônicos, o próximo tópico aprofunda a pesquisa com a apresentação dos enquadramentos, intersecções e viés textual encontrados na cobertura.

## 5.2 Enquadramentos, intersecções e viés textual nas notícias

Para verificar quais enquadramentos se destacaram na cobertura amazônica sobre a mulher, foi realizada uma análise de conteúdo com as categorias de enquadramentos elencadas

<sup>26</sup> O número total dessa tabela é diferente do número total de citações de fontes porque, para esse dado, foram contabilizadas apenas as 4 primeiras fontes citadas.

durante o percurso metodológico da pesquisa. O resultado da coleta se encontra na tabela abaixo.

**Tabela 9**– Enquadramentos presentes na cobertura amazônica sobre a mulher

| Enquadramentos presentes nas matérias |            |                 |
|---------------------------------------|------------|-----------------|
| Tipo                                  | Frequência | Porcentagem (%) |
| <b>Vítima</b>                         | <b>224</b> | <b>36%</b>      |
| Criminal                              | 99         | 16%             |
| Personalidade                         | 81         | 13%             |
| Incomum                               | 69         | 11%             |
| Legal                                 | 51         | 8%              |
| Conscientização                       | 45         | 7%              |
| Estatístico                           | 26         | 4%              |
| Sensível ao gênero                    | 17         | 3%              |
| Dramático                             | 5          | 1%              |
| Total                                 | 617        | 100%            |

Fonte: A autora (2023)

Os dados acima confirmam a construção de enquadramento que foi vista no tópico anterior. A grande maioria das notícias analisadas nos 9 portais escolhidos para esta dissertação traz um enquadramento da mulher no lugar de vítima (36%), o que representa 224 publicações das 617 que fazem parte do *corpus*. Em segundo lugar, o tema da violência segue presente, uma vez que 16% das matérias possuem o enquadramento criminal, em que as mulheres são as responsáveis por crimes.

Em terceiro e quarto lugar, os enquadramentos de “personalidade” e “incomum” são os mais presentes, com 13% e 11% de presença, respectivamente. Ou seja, o que se observa é uma cobertura que se desenvolve em dois aspectos principais: ou traz a mulher em uma ótica de violência, ou a traz para entreter os leitores. O enquadramento de conscientização, que traz informações úteis sobre temas relacionados a elas, e o enquadramento sensível ao gênero, que traz debates sobre as questões de gênero, são menos presentes com apenas 7% e 3% de presença, respectivamente.

Com o objetivo de aprofundar melhor cada enquadramento, os próximos parágrafos trazem a descrição de cada um, esboça uma comparação entre os portais e elenca alguns exemplos.

A primeira categoria de enquadramento desta pesquisa é o de **vítima**, sendo este também o mais presente na cobertura de forma geral. O enquadramento de vítima denota notícias que apresentam mulheres como vítimas de violência, crimes ou acidentes. O tema de notícia mais



presente nesse tipo de enquadramento é o de violência e segurança, com uma porcentagem de 86.6% das notícias analisadas.

Apenas em um portal analisado, o Diário de Cuiabá, esse não foi o enquadramento mais presente na cobertura. Entre os outros 8 portais, os que mais tiveram esse tipo de enquadramento foram o Diário da Amazônia (55 notícias de 132 publicações – 42%), O Imparcial (44 notícias de 119 – 37%) e o A Crítica (39 notícias de 120 publicações – 33%). As figuras abaixo trazem exemplos nas notícias que foram enquadradas em vítima.<sup>27</sup>

**Figura 2** – Exemplos do enquadramento de vítima no portal Diário da Amazônia



Fonte: Reprodução/Diário da Amazônia (2023)

**Figura 3** – Exemplos do enquadramento de vítima no portal O Imparcial

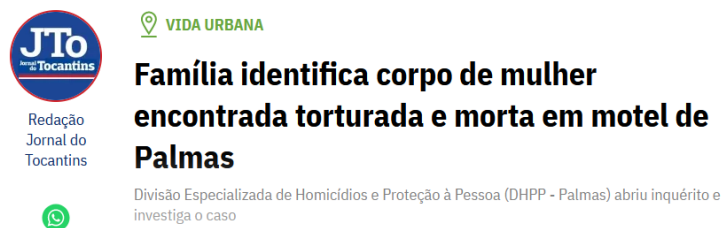


Fonte: Reprodução / O Imparcial (2023)

<sup>27</sup> As notícias publicadas no portal A Crítica não estão mais disponíveis, assim, não foi possível obter *prints* do site para exemplo.

Apesar de algumas notícias desse enquadramento se tratarem também de acidentes ou outros tipos de violência, a maioria das notícias se trata de violência de gênero. O que se observou na cobertura dos portais são, em sua maioria, textos curtos, que tratam a violência de gênero apenas como um caso policial e isolado, ou seja, em um enquadramento episódico. A violência contra a mulher é tão presente no país e tão publicada nos portais, que o Jornal do Tocantins identifica algumas dessas notícias na editoria “Vida Urbana”, o que denota uma naturalização desse tipo de violência, demonstrando que isso faz parte de se viver nas cidades.

**Figura 4**– Exemplo do enquadramento de vítima no portal Jornal do Tocantins



Fonte: Reprodução/Jornal do Tocantins (2023)

Outra observação a ser pontuada é que os textos jornalísticos seguem tecendo uma narrativa em que a violência de gênero é motivada por ciúmes, tradição e briga entre casal. Ou seja, o jornalismo deixa de falar sobre a violência contra a mulher em uma ótica política e de gênero e dissemina uma visão reducionista e ultrapassada sobre. Alguns exemplos de trechos publicados podem ser vistos abaixo.

“Amor obsessivo, raiva, ciúmes, o que faz uma pessoa ter um “surto” e jogar a mãe do seu próprio filho da ponte de uma altura equivalente a 15 metros? Foi o que aconteceu com a jovem Alexia Ribeiro Pedroso, de 21 anos, na madrugada do último sábado (20), logo após um desentendimento com o companheiro, Emanuel da Silva Bruce, de 20 anos, cuja a queda resultou na luta pela vida no leito de UTI do Hospital e Pronto-Socorro” (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 25/05/2022).

“De acordo com informações, a briga de namorados começou no meio da rua, durante a discussão o namorado da vítima se apossou de um pedaço de madeira e deferiu golpes na cabeça da namorada” (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 01/05/2022).

Nos dois trechos acima, retirados do Diário da Amazônia, temos uma mulher que foi jogada de uma altura de 15 metros e a notícia se questiona se o “surto” do agressor foi motivado por amor obsessivo ou ciúmes; e uma mulher que recebeu golpes na cabeça por causa de uma “briga” entre namorados. Na primeira notícia, a redação não menciona violência de gênero e ainda dá espaço para o “outro lado”, ouvindo a versão do agressor. No segundo caso também não existe nenhuma menção à violência de gênero.

Com 16% de presença, o segundo enquadramento identificado foi o **criminal**, este diz respeito a matérias sobre crimes cometidos por mulheres. Neste tipo de enquadramento, o tema de violência e segurança esteve presente em 95.4% das notícias. Os portais com a maior quantidade de publicações nesse enquadramento são O Imparcial, com 30 matérias de um total de 119 (25%), e o Diário da Amazônia, com 29 matérias de um total de 132 (22%). Ou seja, os veículos que também possuem os maiores números de mulheres retratadas como vítimas são os que mais veiculam notícias sobre mulheres cometendo crimes. Assim, em ambos os cenários, a mulher está ligada a violências. Apenas no portal Gazeta do Amapá não foram identificadas notícias com esse enquadramento. As figuras abaixo mostram exemplos desse tipo de notícia.

**Figura 5**– Exemplos do enquadramento criminal no portal O Imparcial



Fonte: Reprodução/O Imparcial (2023)

**Figura 6**– Exemplos do enquadramento criminal no portal Diário da Amazônia



Fonte: Reprodução/ Diário da Amazônia (2023)

Esse tipo de enquadramento também possui textos curtos, na maioria das vezes apenas informando a ocorrência do crime e sem uso de fontes de informação. Apesar de fazer parte do mesmo enquadramento, os dois jornais apresentam formas diferentes de apresentá-lo. Grande parte das notícias d'O Imparcial tratam de envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas, já o Diário de Amazônia se destaca por matérias que envolvem, em sua maioria, mães que cometem crimes contra seus filhos e mulheres traídas por companheiros, ambos os temas trazem títulos fortes ou destacando ações que fogem do comum, como o caso da mulher que furta a mochila de motorista de ônibus.

Sendo assim, mesmo que a construção da imagem das mulheres seja negativa em ambos os portais, o Diário da Amazônia usa isso com mais força ao retratar crimes de mães contra filhos – muitos destes sendo crianças -, o que pode gerar mais revolta nos leitores, e situações que envolvem traições e fatos curiosos, que podem ser até mesmo cômicos para parte da audiência. Entre a raiva e a comédia, a imagem das mulheres criminosas é construída pelo portal de notícias.

O próximo enquadramento identificado na cobertura amazônica é o **legal**, com 8% de presença. Neste tipo de enquadramento são encontradas matérias acerca de políticas públicas voltadas às mulheres ou desdobramentos legais acerca de processos de violência de gênero. Os temas de política e violência são os mais presentes nesse enquadramento, com uma porcentagem de 46%. Os portais que mais exploraram esse tipo de enquadramento foram A Crítica (17 matérias de 120 publicações – 14%), Folha de Boa Vista (13 matérias de 72 publicações – 18%) e O Imparcial (14 matérias de 119 publicações – 12%). Por outro lado, nos portais Gazeta do Amapá, Diário de Cuiabá e Jornal do Tocantins não foram encontradas matérias com esse enquadramento. Abaixo seguem alguns exemplos de notícias.

**Figura 7**– Exemplos do enquadramento legal no portal Folha de Boa Vista



Fonte: Reprodução/ Folha de Boa Vista (2023)

**Figura 8**– Exemplos do enquadramento legal no portal O Imparcial



Fonte: Reprodução/ O Imparcial (2023)

Muitas matérias do enquadramento legal dizem respeito a políticas públicas acerca da violência contra a mulher e neste tipo de enquadramento é possível identificar algumas notícias de valor positivo. No A Crítica, das 17 matérias analisadas, 10 possuem o fato positivo como valor-notícia. Na Folha de Boa Vista, das 13 matérias analisadas, 6 eram fatos positivos. Uma das matérias dizia respeito a um projeto de lei para combater a violência política, e a redação traz como fonte de informação a senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), relatora do projeto, para falar sobre a importância da participação da mulher no cenário político.

No portal O Imparcial foram encontradas 8 notícias com valor positivo das 14 publicações com enquadramento legal. O veículo também destaca ganhos de direitos, principalmente relacionados à violência contra a mulher. Entretanto, uma publicação envolvendo falas da ex-ministra Damares Alves se destacou. Na ocasião, o portal veiculou

declarações problemáticas de Damares sem desenvolver um aprofundamento acerca disso. Abaixo se encontram trechos da notícia intitulada “Damares diz que governo Bolsonaro é ‘o mais cor de rosa’ da história”, publicada no dia 21 de julho de 2021.

A ministra Damares anunciou também que o país contará “por ano com uma grande operação” para enfrentamento à violência contra a mulher. Ela falou em “ideologia de gênero” e que “Deus fez os homens para proteger as mulheres”.

“Somos iguais em oportunidades, direitos e oportunidades. Mas Deus os fez fisicamente mais forte. Inclusive, a ideologia de gênero coloca isso em xeque, porque se o menino acha que menina é igual, ela pode apanhar igual. Não. Até a brincadeira nas escolas deve ser diferente. Deus vos fez mais fortes do que a gente. E sabe por quê? Vocês foram feitos para nos proteger enquanto mulheres”, concluiu. (O IMPARCIAL, 21/07/21)

Após esses dois parágrafos, a matéria chega ao fim e não há explicação do que seria “ideologia de gênero” e nem aponta a fala machista de Damares Alves ao dizer que as mulheres são mais fracas que os homens e estes precisam protegê-las, pois Deus quis assim. Dessa forma, o veículo apenas dissemina mais ainda pensamentos machistas e estereótipos de gênero, sem prover à audiência um debate que leve à reflexão sobre isso e o erro na fala da ex-ministra. A inclusão de uma mulher como fonte especialista para se contrapor ao pensamento de Damares Alves poderia ser uma saída para a complexificação dessa matéria, por exemplo.

Como quarto enquadramento identificado na pesquisa, está o **estatístico**, com apenas 8% de presença na cobertura amazônica sobre a mulher. Esse tipo de enquadramento inclui notícias que se concentram em estatísticas relacionadas à mulher. Aqui, o tema de violência e segurança segue sendo o principal com uma porcentagem de 53.8%. O portal A Crítica foi o que mais teve mais notícias com esse enquadramento, foram 9 de 120 matérias. O Imparcial teve 6 publicações de 119 notícias (5%) e o Folha de Boa Vista teve 5 de 72 matérias (7%). Os portais Gazeta do Amapá, Gazeta do Acre e Jornal do Tocantins não tiveram nenhuma notícia classificada com o enquadramento estatístico. Abaixo se encontram alguns exemplos desse tipo de matéria.

**Figura 9**– Exemplos do enquadramento estatístico no portal O Imparcial



Fonte: Reprodução/ O Imparcial (2023)

**Figura 10**– Exemplos do enquadramento estatístico no portal Folha de Boa Vista



Fonte: Reprodução/ Folha de Boa Vista (2023)

No A Crítica, das 9 notícias com enquadramento estatístico, 3 foram classificadas no valor-notícia de fato positivo. Além de matérias sobre violência, o veículo também veiculou estatísticas relacionadas a economia, saúde e política. Duas publicações feitas pelo jornal incluíam destaque a uma instituição privada, o que possivelmente podia se tratar de uso de *press release*. Uma matéria sobre a subnotificação de feminicídio, além de apresentar números, também foi bem trabalhada com uso de 3 mulheres como fontes de informações e intersecção na redação, ponto que será discutido posteriormente nesse tópico. Ademais, 4 das notícias foram assinadas por repórteres mulheres.

Sobre O Imparcial, apenas duas notícias, das seis identificadas como do enquadramento estatístico, não tinham o valor positivo. O veículo incluiu estatísticas sobre política e economia, além de tratar dos números de violência contra a mulher. Importante destacar que em uma notícia sobre ocorrência de crimes contra a mulher, o portal disponibilizou contatos de denúncia. Essa prática não apareceu apenas aqui, mas em outros portais e outras notícias, como no enquadramento de vítima, que também foi possível perceber que a redação se preocupou em informar pelo menos um número de denúncia. Essa prática é positiva para informar a população e prover ajuda às mulheres que precisam e estejam, por acaso, lendo essas notícias. O trecho abaixo demonstra um exemplo.

Se você viu ou ouviu alguma situação de violência, denuncie!  
 Central de Atendimento à Mulher – Disque 180  
 Polícia Militar – 190  
 Disque Denúncia São Luís – (98) 3232-5800  
 Disque Denúncia Interior – 0300 31 35800  
 Delegacia Especializada da Mulher – (98) 99187-6622  
 Casa da Mulher Brasileira – (98) 98425-8469 / 98409-8557  
 Patrulha Maria da Penha – (98) 99219-3671 / 99175-1762  
 Ouvidoria da Semu – (98) 984271002 / 9842736812. (O IMPARCIAL, 22/11/21).

Seguindo um perfil semelhante, as 5 publicações feitas pelo Folha de Boa Vista foram sobre violência contra a mulher, mercado de trabalho e expectativa de vida. Assim, de modo geral, os portais fizeram pouco uso das matérias com estatísticas, mas algumas notícias trouxeram uma visão mais positiva e apresentaram bons exemplos de redação.

O próximo enquadramento a ser apresentado é o de **personalidade**, identificado em matérias que destacam mulheres em sua individualidade por serem figuras públicas, nacionais ou internacionais. O tema de notícia mais presente nesse tipo de enquadramento foi o entretenimento e cultura com uma porcentagem de 64.6%. Esse enquadramento esteve presente em 13% da cobertura e o Diário de Cuiabá foi o que mais o explorou, publicando 45 notícias de um total de 79 (57%). Abaixo seguem exemplos desse tipo de matéria.



**Figura 11**– Exemplos do enquadramento de personalidade no portal Diário de Cuiabá



Fonte: Reprodução/ Diário de Cuiabá (2023)

Neste enquadramento, foi possível notar que o Diário de Cuiabá explorava matérias de celebridades nacionais e internacionais, na maioria das vezes colocando o holofote sobre suas vidas pessoais. Outro dado interessante é que apenas 5 dessas notícias não eram reprodução de outros meios, ou seja, existe também o grande uso de material externo à redação no cotidiano do veículo. Isso pode se dever à uma forma de trazer mais acessos aos sites, uma vez que matérias sobre a vida de celebridades causam curiosidade na audiência.

Por fim, algumas dessas publicações chamaram a atenção. Uma delas trata de uma matéria promovendo a série do Globoplay “Cartas para Eva” da apresentadora Angélica. O propósito é debater machismo e violência contra a mulher através de cartas que a apresentadora lê para a filha Eva. A notícia destaca que Angélica se entendeu como feminista após o nascimento da filha e ao se preocupar com o futuro dela. Porém, existe pouca articulação política ao falar sobre feminismo na matéria, o movimento é retratado com o uso de adjetivos como “bacana” e “bonitinho” por Angélica, como se pode observar nos trechos abaixo.

"Vejo hoje as adolescentes super feministas, acho tão bonito, tão bacana. E a gente tem tanto exemplo de mulheres que venceram mesmo nas adversidades, num mundo muito machista, muito patriarcal, e que tem muito a dizer para essas meninas", diz. O nome Eva acabou se encaixando neste conceito de representar todas as mulheres.

(...)

"Porque é um sofrimento muito grande para os meninos também esse machismo, eles perdem muito, eles perdem a sensibilidade da vida, a sutileza da vida. Essa coisa de 'homem não chora' e tal que a gente tanto falou para os nossos filhos e que é um absurdo, marca um trauma naquela pessoa para o resto da vida", diz. "Os homens devem ser feministas também. A gente conversa muito dessas coisas em casa, e os

meus dois filhos são bem feministas, é muito bonitinho de ver", conclui. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 13/01/21).

Outra declaração que chama a atenção é feita pela atriz da Globo, Claudia Mauro. Ao falar sobre um texto produzido para uma peça de teatro, a autora declara:

"Os homens estão em baixa e, apesar de a mulherada merecer estar empoderada, estava nessa pilha de falar sobre o que eu chamo de testosterona sensível", explica. "É aquele homem que vem dessa geração que ainda tem esse lado forte, provedor, mas chora ouvindo música."

"É um homem que tem uma cabeça mais aberta", avisa. "O PC [Paulo Cesar] é assim. Aqui em casa quem cozinha e lava a roupa é ele." (DIÁRIO DE CUIABÁ, 07/02/21.)

Nas duas matérias, que podiam ter uma maior sensibilidade de gênero, não há uma discussão mais elaborada nesse sentido e se sustenta na veiculação das falas das mulheres que são assuntos da matéria. Porém, na fala das duas, existe a ausência de uma discussão de gênero de forma política, o que se percebe é a tentativa de levar o assunto de forma mais "leve" para a audiência.

Seguindo com a análise, o próximo enquadramento identificado é o **incomum** com 11% de presença na cobertura. Aqui, o tema mais presente foi o de curiosidades com uma porcentagem de 54.5%. Os portais com a maior presença desse enquadramento foram o Diário da Amazônia com 33 textos de um total de 132 (25%) e o Diário Online com 19 textos de 56 (34%). Abaixo seguem exemplos dessas notícias.

**Figura 12**– Exemplos do enquadramento incomum no portal Diário da Amazônia



Fonte: Reprodução/ Diário da Amazônia (2023)

**Figura 13**– Exemplos do enquadramento incomum no portal Diário Online

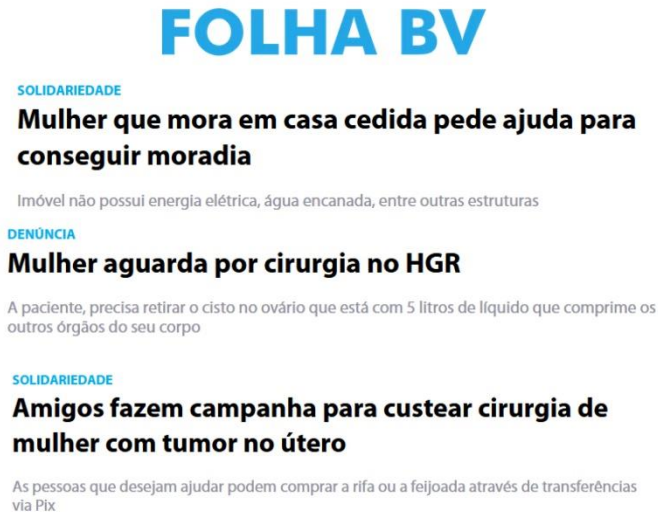


Fonte: Reprodução/ Diário Online (2023)

O que se observou nas matérias classificadas com esse tipo de enquadramento é que estas podem ser ligadas ao entretenimento e ao cômico, uma vez que as notícias fogem do comum e causam curiosidade, assim, possivelmente também geram cliques nos sites. Interessante apontar que grande parte dessas matérias se trata de reprodução de outros sites e estão dentro da abrangência de nacional e internacional. Outro ponto que chama atenção é que neste enquadramento se encontram narrativas que possuem estereótipos e sexualização da mulher, que são destacadas por surtarem e brigarem por homens ou por estarem envolvidas em situações que envolvem sexo. Isso será mais aprofundado posteriormente quando o viés textual for analisado.

O enquadramento **dramático** também foi identificado na cobertura, mas de forma ínfima. Apenas 1% das matérias continham esse tipo de enquadramento, sendo assim, o menos visto na cobertura. O enquadramento dramático é aquele em que o apelo emocional se destaca nas notícias, e os únicos portais que veicularam matérias com esse tom foram o A Crítica e o Folha de Boa Vista. Os temas de notícia que mais aparecem nesse enquadramento foi o de violência e segurança e saúde, ambos com 2 matérias. Abaixo seguem exemplos desse tipo de notícia.

**Figura 14**– Exemplos do enquadramento incomum no portal Folha de Boa Vista



Fonte: Reprodução/ Folha de Boa Vista (2023)

No caso da Folha de Boa Vista, as três matérias encontradas retratam mulheres em situação de vulnerabilidade e possuem o intuito de dar visibilidade e prestar ajuda a elas. No A Crítica, uma matéria traz a história de uma mulher que perdeu o companheiro, morto em um assalto, 5 meses depois de eles terem se reencontrado após 35 anos; a outra matéria publicada traz o relato forte de uma vítima de violência obstétrica. O lead da notícia é uma aspas da vítima, o trecho se encontra abaixo.

“Fui dopada e estuprada dentro do hospital de Itacoatiara e ninguém fez nada para me ajudar porque não existe monitoramento. Não fizeram exame de corpo de delito antes alegando que eu estava sob efeito de remédios, sendo que o exame dever ser feito de imediato. Fui acusada de mentir, enquanto ele (agressor) está solto. Me foi negado o direito garantido por lei de ter um acompanhante, o que poderia ter evitado um crime. Estou com trauma de ir ao hospital quando sinto dor, pois prefiro sofrer em casa porque tenho medo de aconteça a mesma coisa” (A CRÍTICA, 25/11/21).

Nos cinco casos, se percebe que a redação das notícias proporciona um apelo emocional para com seus leitores, trazendo histórias de mulheres vulneráveis que clamam por justiça ou ajuda para sua sobrevivência. Esse tipo de notícia possui um tom mais dramático, talvez até para conseguir gerar empatia na audiência e mobilizar o público.

O penúltimo enquadramento identificado nas notícias foi o de **conscientização** com 7% de presença. Esse tipo de enquadramento é visto nas notícias que promovem conscientização sobre temas relacionados à mulher ou ações voltadas para elas. O tema de notícia mais presente aqui também foi o de violência e segurança com uma porcentagem de 26.7%. Os portais com os maiores números de notícias com esse enquadramento foram o A Crítica com 16 notícias de

120 publicações (13%), O Imparcial com 12 notícias de 119 publicações (10%) e o Folha de Boa Vista com 8 notícias de 72 publicações (11%). Os portais A Gazeta do Acre e Jornal do Tocantins não tiveram nenhuma notícia com o enquadramento de conscientização. Abaixo seguem exemplos desse tipo de notícia.

**Figura 15**– Exemplos do enquadramento de conscientização no portal O Imparcial



Fonte: Reprodução/O Imparcial (2023)

**Figura 16**– Exemplos do enquadramento de conscientização no portal Folha de Boa Vista



Fonte: Reprodução/Folha de Boa Vista (2023)

No portal A Crítica existem notícias que trazem informações sobre violências, campanhas e capacitação para mulheres. Das 16 notícias analisadas, 3 contam com autoria de

repórteres mulheres e algumas dessas incluem interseccionalidade, como será visto posteriormente. O Imparcial também publicou sobre campanhas, festivais voltados para elas, dia internacional da mulher e saúde. Neste portal, foram 2 matérias com autoria feminina identificadas. Por fim, o Folha de Boa Vista se concentrou em promover conscientização acerca da violência de gênero. Duas matérias destacaram os tipos de violência que elas podem sofrer. Sendo assim, esse enquadramento se mostra importante na cobertura amazônica por dar visibilidade para informações úteis que envolvem as mulheres, infelizmente, ele ainda aparece pouco nas notícias.

O último enquadramento identificado é o **sensível ao gênero**, ele foi o segundo enquadramento com menos presença na cobertura, estando em apenas 3% das 617 notícias analisadas. Os temas de notícia mais presentes aqui foram violência e segurança e entretenimento com uma porcentagem de 25% cada (N=4). Esse tipo de enquadramento é entendido como aquele em que as notícias se aprofundam na redação de questões de gênero, incluindo o uso de uma diversidade de fontes de informação mulheres na redação.

O portal A Crítica se destacou nesse enquadramento com 9 notícias analisadas, o Diário da Amazônia teve 3 publicações, O Imparcial teve 2 publicações, os portais Gazeta do Acre, Diário de Cuiabá e Diário Online tiveram 1 publicações e os portais Folha de Boa Vista, A Gazeta do Amapá e o Jornal do Tocantins não tiveram nenhuma publicação classificada nessa categoria. Abaixo seguem exemplos desse tipo de notícia.

**Figura 17**– Exemplos do enquadramento sensível ao gênero no portal Diário da Amazônia



Fonte: Reprodução/Diário da Amazônia

**Figura 18**– Exemplos do enquadramento sensível ao gênero no portal O Imparcial



Fonte: Reprodução/O Imparcial (2023)

As notícias analisadas no A Crítica cobriram temas como feminicídio, igualdade no mercado de trabalho e pobreza menstrual. Uma notícia teve autoria feminina, duas tiveram autoria masculina e as outras foram assinadas pela própria redação do portal. Além disso, 3 matérias tinham valor-notícia positivo, 4 tinham abrangência local e 18 mulheres foram consultadas como fonte de informação, sendo que duas matérias incluíram 4 mulheres como fonte na redação.

Sobre o Diário da Amazônia, as três notícias são reproduções de outros veículos, cobriram temas de violência contra a mulher, são de abrangência nacional e internacional e incluíram 8 mulheres como fontes de informação. Uma das notícias publicadas fala sobre o crime de ódio que mulheres brasileiras sofrem em Portugal. A matéria é originalmente do Correio Braziliense e trata o assunto com aprofundamento, várias fontes e interseccionalidade. Abaixo segue trecho dessa notícia.

A pesquisadora e cientista social Ana Paula Costa, 29, reforça que vários fatores estão na base do preconceito contra as mulheres brasileiras: o colonialismo, a desigualdade de gêneros e a relação do Brasil com suas cidadãs. “Há uma corresponsabilização, o problema não está só em Portugal. O Brasil é um país machista, um país que vendeu, sim, suas mulheres e vende até hoje, por meio de um turismo sexual”, diz. Para ela, o fato de o presidente da República, Jair Bolsonaro, dizer que os turistas poderiam ir para o Brasil para ter sexo com as brasileiras reforça o estereótipo de que essas cidadãs, no geral, são putas. (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 16/05/22).

Já n’O Imparcial, as notícias analisadas têm como o tema o entretenimento, música e esporte, uma conta com a autoria do próprio jornal e a outra com um repórter masculino, ambas

foram publicadas no Dia Internacional da Mulher, têm valor-notícia positivo e possuem 5 mulheres como fontes de informação. Na matéria sobre esporte, a pauta trata do crescimento das mulheres na arbitragem do futebol no Brasil, as entrevistadas relatam suas experiências e o machismo que ainda está presente em campo. Um trecho dessa notícia, feita por um repórter, se encontra abaixo.

O fato de ser jovem, à época que começou, fez com que Adriana ouvisse ofensas dirigidas por torcedores, tanto no amador, como no profissional. “Um atleta, após a partida, afirmou que desse jeito eu não iria mesmo subir, principalmente, sendo mulher. Depois desceu para o vestiário, sem camisa, para não ser identificado. Ainda bem que isso não me fez desistir, embora repudie esse tipo de comportamento. De certos torcedores, o que mais ouvia era de que o lugar de mulher é na cozinha”. Em 2019 ela chegou a trabalhar no Superclássico Sampaio x Moto, no Castelão, com boa aceitação. (O IMPARCIAL, 08/03/21).

Com base nos resultados, apesar de alguns bons exemplos terem sido encontrados nesse enquadramento, a cobertura com aprofundamento às questões de gênero e perspectiva feminina ainda aparece tímida no *corpus* analisado nesta pesquisa.

Para seguir com a análise, observa-se agora a presença de marcadores sociais na cobertura amazônica dos nove portais. A tabela abaixo traz os dados quanto a isso.

**Tabela 10**– Marcadores sociais citados na cobertura amazônica sobre a mulher

| <b>Marcadores sociais citadas nas matérias</b> |                   |                        |
|--|-------------------|------------------------|
| <b>Tipo</b>                                    | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
| Raça   | 20                | 31%                    |
| Etnia  | 16                | 25%                    |
| Gênero   | 10                | 16%                    |
| Sexualidade                                    | 8                 | 13%                    |
| Classe   | 6                 | 9%                     |
| PcD  | 4                 | 6%                     |
| Total  | 64                | 100%                   |

Fonte: A autora (2023)

A partir dos dados apresentados na tabela, percebe-se que houve poucas citações de intersecções na redação das notícias analisadas dos nove jornais que compõem esse estudo. Houveram apenas 64 citações das 617 matérias analisadas. A raça foi o marcador social mais presente nos textos jornalísticos, com uma porcentagem de 31%, em seguida se tem a etnia com 25%, o gênero com 16% e a sexualidade com 13%. Os portais Gazeta do Amapá e Jornal do Tocantins não tiveram menção à nenhuma das categorias de marcadores sociais dessa pesquisa e o Diário da Amazônia só fez uma citação à raça. O portal com mais menções à algum marcador social foi o A Crítica de Manaus – AM, somando um total de 22 citações.



Sobre a **raça**, os jornais que mais fizeram citações foram o Folha de Boa Vista (N=6), Diário de Cuiabá (N=5) e A Crítica (N=4). Das 6 matérias com marcador social de raça no Folha de Boa Vista, três tinham valor-notícia negativo e duas tinham valor positivo. As negativas dizem respeito à violência contra a mulher e o atropelamento de uma mulher indígena com seu bebê. As positivas cobrem novas leis para o combate à violência e a vitória de uma escritora de Roraima em um prêmio de dramaturgia. Abaixo seguem alguns trechos das menções encontradas.

Os canais, coordenados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do MMFDH, recebem denúncias de violações a diversos grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, pessoas idosas e com deficiência.

A maioria das denúncias tem como vítimas **mulheres declaradas como de cor parda** de 35 a 39 anos. O perfil médio das mulheres que sofrem violência de acordo com os registros dos canais de denúncias ainda aponta que elas têm principalmente ensino médio completo e renda de até um salário mínimo. Já em relação aos suspeitos, o perfil mais comum é o de homens brancos com idade entre 35 e 39 anos. (FOLHA DE BOA VISTA, 07/03/21 - grifo da autora).

O projeto determina que o estatuto do partido político deve conter normas sobre prevenção, sancionamento e combate à violência política contra a mulher. E faz alterações no Código Eleitoral para incluir a previsão de crimes contra a mulher na política. Dentre essas alterações, proíbe a propaganda que deprecie a condição da mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em **relação à sua cor, raça ou etnia**. (FOLHA DE BOA VISTA, 13/07/21 - grifo da autora).

Quando se fala em **etnia**, o portal A Crítica (N=8) foi o que teve mais citações em seus textos jornalísticos, em seguida, o Folha de Boa Vista teve 4 citações. No A Crítica, 3 matérias mencionavam etnias indígenas. Uma matéria tinha como pauta as mulheres Yanomami, que compartilham seus saberes no acompanhamento de gestação, partos e pós-partos. Outra matéria interessante encontrada trata de uma pauta sobre o aumento de feminicídios com o isolamento social devida à pandemia de Covid-19, que foi escrita por uma mulher e inclui na discussão os povos indígenas, conforme pode ser verificado a seguir:

No contexto **dos povos indígenas**, por exemplo, essa questão se torna ainda mais difícil, segundo ela, pois muitas delas não falam português e não conhecem os seus direitos. Para começar a resolver esse problema, além do preparo dos mecanismos de seguridade de direitos, Braulina fala sobre a necessidade de promover a conscientização dessas mulheres sobre a violência doméstica. (A CRÍTICA, 24/01/21 - grifo da autora).

No portal Folha de Boa Vista se destaca uma matéria sobre a presença de indígenas, aparentemente bêbados, atrapalhando o fluxo de uma via. A matéria retrata as pessoas de uma forma degradante e apenas demonstra preocupação com a situação do trânsito, deixando de

apurar a situação vulnerável daquelas pessoas, o que denota uma falta de humanização na redação do texto. Um trecho pode ser encontrado a seguir.

Vídeos gravados por motoristas, mostram **indígenas** que estariam bêbados jogados no meio da via, atrapalhando o trânsito no bairro São Vicente, na tarde desta terça-feira, 10.

Um dos vídeos, mostra uma mulher e supostamente uma criança deitadas na avenida Venezuela, próximo ao posto trevo, aparentemente embriagadas. Motoristas que tentavam fazer o trajeto pararam na via para retirar as duas. (FOLHA DE BOA VISTA, 10/08/21 - grifo da autora).

Com relação à **classe**, o portal A Crítica foi o que mais fez menções com 5 textos analisados, outro site que mencionou foi o Folha de Boa Vista, os demais não fizeram nenhuma citação com esse marcador. As matérias do A Crítica traziam assuntos como pobreza menstrual, violência doméstica e economia. Na Folha de Boa Vista, a matéria que incluía classe teve seu trecho citado acima, se trata do perfil da mulher que sofre violência e aponta que estas ganham até um salário mínimo.

O portal que mais citou **sexualidade** na cobertura foi o Diário de Cuiabá com 4 matérias analisadas. Em seguida, com uma matéria apenas, ficaram os portais A Crítica, Gazeta do Acre, Diário Online e O Imparcial, os outros não incluíram nenhuma menção. Das 4 matérias do Diário de Cuiabá, 3 estão categorizadas com o tema de entretenimento, duas mencionam sexualidade ao falar sobre produções e uma diz respeito à atriz Maria Casadevall, que assumiu namoro com outra mulher e diz que sua heterossexualidade era compulsória.

Quanto ao **gênero**, o portal com mais citações também foi o Diário de Cuiabá com 4 matérias. Em seguida, O Imparcial teve 3 matérias, o A Crítica teve 2, Gazeta do Acre teve 1 e os demais portais não tiveram nenhuma. Seguindo seu perfil de cobertura, o tema de entretenimento segue sendo o principal nas citações de gênero no portal Diário de Cuiabá. Um exemplo interessante dentro dessa categoria apareceu no A Crítica, que fez uso de linguagem neutra na redação do texto jornalístico ao falar de alguém não-binário<sup>28</sup>.

Íris da Selva é **artista trans não-binário** da Amazônia. Nasce em Belém (PA), tem em sua música a mistura da MPB com fortes elementos do carimbó e tendo na espiritualidade o seu elemento condutor nas composições, numa busca de apresentar ao mundo sua percepção das delicadezas e entrelinhas da vida. (A CRÍTICA, 29/11/21 - grifo da autora).

---

<sup>28</sup> A identidade não-binária se refere a uma identidade de gênero que não se encaixa no binarismo do feminino e masculino.

Por fim, a categoria que menos apareceu na cobertura foi a citação de **Pessoa com Deficiência (PcD)**, com apenas 4 menções em um total de 617 notícias coletadas. O portal A Crítica fez duas citações dessa categoria nos seus textos, o Folha de Boa Vista e o Diário Online fizeram uma, os demais portais não mencionaram nenhuma vez. No A Crítica, uma das matérias foi publicada durante a campanha do Outubro Rosa e trazia o tema com marcador social das mulheres com deficiência. No Diário Online, uma notícia, com autoria feminina, trazia como pauta a presença e conquistas de mulheres na Mineração do Pará, e entre as personagens ouvidas para compor o texto, uma era cadeirante.

Sarah Lopes, de 27 anos, é integrante da equipe de Gestão de Contratos de Negócios de Metais Básicos da Vale, no Pará. **Cadeirante**, ela relembra o quão desafiador foi a sua trajetória profissional. Entretanto, viu muita coisa mudar. Transformações que, segundo ela, valorizam as mulheres e tornam o ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo, capaz de romper percepções capacitistas e preconceituosas. “Aqui você é reconhecida pelo o que você é, pela sua capacidade, pelo seu conhecimento, independente de raça, cor, gênero, orientação sexual”, reforça. (DIÁRIO ONLINE, 22/12/21 - grifo da autora).

Os dados sobre a inclusão de intersecções na cobertura amazônica sobre a mulher demonstram que isso acontece de forma ínfima nas notícias e, na grande maioria das vezes, esse marcador é realmente apenas uma citação nos textos jornalísticos, ou seja, é uma cobertura com grande ausência de um debate inclusivo. Porém, alguns poucos exemplos mostram que é possível pensar em inclusão ao pensar nas pautas, como foi visto em notícias com uso da linguagem neutra, menção aos povos indígenas ao se falar em feminicídio, menção a mulheres PcD ao falar sobre o Outubro Rosa e inclusão de personagem cadeirante ao falar sobre a presença da mulher no mercado de trabalho.

Para encerrar esse tópico, seguem os dados sobre os vieses textuais encontrados na cobertura sobre a mulher nos 9 portais escolhidos para análise. Na tabela abaixo se encontram os números acerca disso.

**Tabela 11**– Vieses textuais encontrados na cobertura amazônica sobre a mulher

| Vieses textuais presentes nas matérias |            |                 |
|--|------------|-----------------|
| Tipo                                   | Frequência | Porcentagem (%) |
| Vitimização                            | 37         | 56%             |
| Estereótipos                           | 12         | 18%             |
| Sexualização                           | 7          | 11%             |
| Romantização                           | 5          | 8%              |
| Culpabilização                         | 5          | 8%              |
| Padrão de beleza                       | 0          | 0%              |
| Total                                  | 66         | 100%            |

Fonte: A autora (2023).

Quando se trata da escrita dos textos jornalísticos, poucos vieses foram encontrados, porém, ainda estavam presentes na cobertura. Foram identificados 66 vieses nas matérias coletadas nos nove jornais de um total de 617 notícias, ou seja, essa não é uma característica marcante na cobertura analisada. O mais visto na cobertura é a vitimização com 56% de presença nos textos, em seguida se tem os estereótipos com 18% e a sexualização com 11%. Ambas as categorias de romantização e culpabilização foram encontradas em 8% das matérias. O viés de reforço de padrões estéticos não foi encontrado no *corpus* analisado aqui.

Na primeira categoria de viés, foram classificadas matérias que apresentam **estereótipos** ao falar sobre mulheres. Este aparecia mais em notícias com tema de violência e segurança (81.3%). Esse viés foi encontrado nos portais Diário Online (N=7), Diário da Amazônia (N=4) e O Imparcial (N=1). Nos demais, não houve presença dele. No Diário Online, essas matérias disseminam o estereótipo da mulher ciumenta, surtada e da rivalidade feminina ao veicular matérias sobre brigas e traições. Abaixo estão alguns trechos que deixam isso transparecer no texto jornalístico.

Esposa teria flagrado o marido com uma suposta amante no interior do veículo e **não contou conversa**. Partiu para cima, depredando o automóvel.

O que você faria, se descobrisse uma traição? Há quem perdoe. Há quem coloca um ponto final no relacionamento e segue a vida. **E há também, quem não consegue segurar a fúria**. Nos dias atuais, é comum encontrar casos que, por muito pouco, não terminam em tragédias. (DIÁRIO ONLINE, 18/10/21 - grifo da autora).

Há quem diga que não tem nada pior que mulher traída. **Se ela ficar enfurecida, então, ninguém segura!** O ideal seria ninguém duvidar para crer e todos se respeitassem. Mas não é bem isso que acontece e a situação **vira "babado, confusão e gritaria"** - com possibilidade de virar um caso de polícia, inclusive. (DIÁRIO ONLINE, 12/12/21 - grifo da autora).

O mesmo padrão se verifica no Diário da Amazônia. São notícias de surtos de mulheres que descobriram uma suposta traição, abaixo seguem trechos.

De acordo com informações, a mulher já estava ciente que estava levando chifre mas não estava ligando pois o marido estava dando dinheiro a ela. No entanto, ele tinha prometido R\$30 para ela fazer as unhas mas acabou sumindo do mapa, e **ela endoidou**.

A mulher decidiu 'estourar o catifeiro' onde a amante mantinha seu marido e **meteu a paulada nos dois, porém a 'talarica' foi mais atingida** com golpes na cabeça. (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 26/08/22 - grifo da autora).

**Esposa chora enquanto destrói carro do marido** que estava no motel com "novinha"; VEJA O VÍDEO - Diário da Amazônia

De acordo com informações, uma amiga da moça traída viu o 'garanhão' entrando no motel com outra e decidiu avisar na hora para ela. A esposa **completamente tomada pelo ódio**, amolou uma faca e foi junto com amigas e familiares para a frente do estabelecimento, para esperar o marido sair com a amante. (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 23/08/22 - grifo da autora).

A terceira categoria de análise foi a **sexualização**, encontrada em matérias que exploravam uma ótica sexual ao falar sobre mulheres. Este viés apareceu principalmente no tema de entretenimento e cultura (50%) e foi encontrado no Diário Online (N=4), Diário de Cuiabá (N=2) e Diário da Amazônia (N=1). Nos demais portais analisados não teve presença.

Os títulos das matérias veiculadas no Diário Online já deixam transparecer o uso da sexualização da mulher para compor as notícias: "Médico pagava prostituta para fazer sexo com sua mulher", "Tempero no sexo: mulher viraliza com alho refogado na vagina", "Vídeo: mulher chama Ratinho para o motel e ganha resposta", "Mulher é acusada de ser 'devoradora de homens casados'". Além de construir uma imagem da mulher ligada ao sexo, a primeira matéria elencada apontava a vida sexual de uma vítima de violência, o que também contribui para a construção de uma narrativa de culpabilização da vítima. O trecho pode ser visto abaixo.

Novas informações levam a crer que os dois viviam um **relacionamento cheio de orgias, e que por isso o médico não aceitava a separação**. Novos fatos comprovam isso segundo a Polícia.

De acordo com a delegada responsável pelo caso, Klaudine Passos, o médico Marquinhos teria pagado a quantia de R\$ 500,00 para uma mulher ficar **mantendo relações com a vítima Gabriela** e com ele próprio. Após esta contratação, o "trisal" teria saído juntos para beber, frequentar restaurantes da cidade e posteriormente esta mulher identificada pela polícia como Ângela teria ido morar junto com Gabriela.

De acordo com Klaudine, Ângela contou a polícia que após algum tempo houve um desentendimento entre Gabriela e o médico Marquinhos, onde resultou na separação e posteriormente **a mulher afirma que Gabriela teria se envolvido com prostituição**. Até o momento, **a delegada afirma que não tem conhecimento se Gabriela já havia realizado algum programa, porém já havia agendamento neste sentido**. (DIÁRIO ONLINE, 02/09/2021 - grifo da autora).

Em seguida, a categoria de **romantização** diz respeito às matérias que desenvolvem um texto que romantizam mulheres em estado vulnerável ou a própria luta feminista; 40% das notícias com romantização eram do tema de violência e segurança. Esse viés, apesar de pouco observado nas matérias, está presente nos portais A Crítica (N=2), Diário de Cuiabá (N=2) e Folha de Boa Vista (N=1).

No A Crítica, uma matéria cita uma fonte de informação dizendo que o importante é que vítimas de violência doméstica nunca percam a autoestima, sem dar profundidade à problemática da violência e a reduzindo para uma questão de autoestima. No Diário de Cuiabá, as duas matérias com romantização foram escritas por mulheres. Uma traz a vida de uma catadora de materiais recicláveis que tem 20 filhos. Apesar de sua situação vulnerável, a matéria a coloca apenas como uma mulher que tinha como destino ser mãe de muitos. Outra notícia tinha como pauta a Lei Maria da Penha, mas usa um discurso de que a agressão dos homens tem a ver como uma forma de reconquistar alguém que ama. Abaixo seguem trechos das matérias.

Catadora de materiais recicláveis é mãe de mais de 20 em Várzea Grande

**Nasceu com a missão de ser mãe, de criar e educar seres humanos**, independentemente se terem sido ou não gerados por ela.

Esse é o destino de Joana Fátima de Paula, 59 anos.

Ou, pelo menos, como ela diz, seu papel de mulher cujas ações estão **alicerçadas no amor ao próximo e na fé em Deus**. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 09/05/21 - grifo da autora).

Advogada ensina estudantes e operários sobre a Lei Maria da Penha

Praticar a sororidade, ou seja, ter empatia e unir-se a outras mulheres compartilhando os mesmos propósitos - nesse caso, a prevenção e a defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica.

E, ainda, ensinar aos homens que ameaças e uso da força física ou de armas não são meios de **convencimento ou reconquista de alguém que diz amar**. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 09/03/21 - grifo da autora).

Já no Folha de Boa Vista, aparece uma matéria sobre conciliar ser mulher, mãe e profissional, apesar de falar sobre equidade salarial e tripla jornada de trabalho, a notícia não aprofunda as questões e apenas indica que é possível as mulheres cumprirem todos esses papéis com harmonia. O trecho abaixo ilustra esse achado.

Ser mulher, mãe, profissional e ainda ter lazer: é possível?

O importante é ter ciência dos seus direitos, aproveitar oportunidades sem nunca se esquecer que é necessário ter uma produtividade saudável, que **mescle a vida pessoal**

**e profissional de maneira cada vez mais harmônica.** (FOLHA DE BOA VISTA, 28/08/21 - grifo da autora).

A penúltima categoria analisada foi a **culpabilização**, entendida aqui como matérias que constroem uma narrativa que leve a entender que uma vítima teve alguma parcela de culpa pela violência sofrida. Todas as matérias com esse viés são do tema de violência e segurança. Foram encontrados 5 casos com esse tipo de viés nos textos dos portais A Crítica (N=3), Diário de Cuiabá (N=1) e O Imparcial (N=1). Um exemplo dessa construção no portal A Crítica se encontra em uma matéria sobre uma mulher assassinada a pauladas, conforme trecho abaixo.

De acordo com o delgado Fábio Silva, da Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros (DEHS), o crime ocorreu por volta das 4h desta segunda-feira. Há suspeitas preliminares de **que a vítima trabalhava como garota de programa**. “Ela veio a esse local, **não sabemos se para fazer algum programa**. Ela foi bastante espancada com um pedaço de pau”, disse. (A CRÍTICA, 02/08/21 - grifo da autora).

No Diário de Cuiabá, isso acontece em uma matéria sobre uma tentativa de estupro. O portal relata que uma mulher estava fazendo exercícios em um parque quando foi surpreendida e arrastada por um homem. Entretanto, a redação aponta que o local em que ela estava é inseguro e que roubos e agressões sempre ocorrem. Já O Imparcial, ao falar sobre um estupro, aponta que a vítima era usuária de drogas e era acostumada a andar com outros usuários de drogas da região. O que esses exemplos têm em comum é que eles podem levar os leitores a justificarem, de alguma forma, a violência que essas mulheres sofreram, ora por causa das suas vidas pessoais ou por andarem sozinhas em locais inseguros.

Por fim, a última categoria diz respeito à **vitimização** das mulheres, sendo este viés o mais encontrado na cobertura analisada com 56% de presença nas 66 matérias que identificamos algum viés. A vitimização pode ser encontrada em matérias que exploram a violência cometida contra as mulheres de forma chocante, usando uma redação detalhada sobre como ocorreram os crimes. Mais uma vez, o tema de violência foi o único encontrado quando se viu essa categoria de viés. Como já foi visto aqui, a violência é o tema que mais permeia a cobertura amazônica sobre a mulher, sendo assim, a vitimização se fez muito presente nos textos jornalísticos.

O portal com a maior presença desse viés foi o Diário de Cuiabá (N=8), em seguida se tem o A Crítica (N=7), O Imparcial (N=7), Diário Online (N=6), Gazeta do Acre (N=5), Folha de Boa Vista (N=2) e Diário da Amazônia (N=2). Os trechos abaixo demonstram como esse viés se materializa nas notícias.

O homem **arrastou a companheira de 21 anos pelos cabelos até o meio da rua**, onde ela foi espancada, no interior de Mato Grosso.

Além disso, a mulher foi **humilhada**, ao ter as **roupas rasgadas**, e foi **abandonada no meio da rua só de calcinha**. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 01/05/21 - grifo da autora).

De acordo com a polícia, o preso teria **agredido uma mulher com pauladas e raspado o cabelo da vítima**, na companhia de outros indivíduos e chegaram a filmar a tortura. O crime teria acontecido em agosto desse ano e o vídeo circulou nas redes sociais, causando grande indignação pela violência. (O IMPARCIAL, 27/12/21 - grifo da autora).

A mulher, que não teve a identidade revelada, foi entregue para o “tribunal do crime”. **A mulher é severamente punida a pauladas. Ela chora de dor e implora para que parem com as agressões**, mas é ignorada. (DIÁRIO ONLINE, 28/12/21 - grifo da autora).

Os textos jornalísticos com presença de vitimização descrevem, às vezes de forma detalhada, violências cometidas contra mulheres. São notícias sem humanização das vítimas, que trazem apenas retratos de mais uma mulher que passou por uma situação de extrema agressão.

Os resultados que foram descritos até aqui trazem as principais características encontradas quando se olha a cobertura amazônica sobre a mulher. Apesar de alguns resultados positivos, essa cobertura, majoritariamente, revela quadros negativos sobre a produção noticiosa e deixa questões abertas a reflexão. O tópico a seguir discute esses resultados.

### 5.3 Enquadramento com perspectiva de gênero: discussões dos resultados

Os resultados descritos no tópico anterior conseguiram demonstrar as características que marcam a cobertura sobre a mulher em portais amazônicos. De início, se verifica que se trata de uma cobertura majoritariamente negativa, uma vez que os fatos negativos são os que mais aparecem (46.2%), também se verificou uma forte presença de fatos incomuns (11.8%).

Quando se olha para a tematização das notícias, a violência é o tema que mais aparece - 60% das notícias são sobre violência, sendo a grande maioria sobre violência de gênero. Reis (2018) indica que o jornalismo regional é marcado por notícias com oficialismo, violência e entretenimento e isso foi confirmado nesta pesquisa, mesmo se tratando de um recorte específico.

Esse cenário leva a observar também que a grande maioria das notícias analisadas nos 9 portais escolhidos para esta dissertação traz um enquadramento da mulher no lugar de vítima (36%), representando 224 publicações das 617 que fazem parte do *corpus*. Sendo assim, parte da primeira hipótese dessa dissertação se confirma: as mulheres são, majoritariamente, enquadradas como vítimas na cobertura amazônica. Esse tipo de resultado vai ao encontro de muitos outros já retratados em pesquisas anteriores que demonstram o quanto a violência está



imbricada quando o assunto é notícias sobre mulheres, como, por exemplo, o relatório *When Women Make Headlines* do *The Pudding*, que mostrou que em 2022 as notícias sobre as mulheres estiveram mais relacionadas a crimes, assassinato e estupro.

Ou seja, assim como em outros cenários, a cobertura regional e na Região Amazônica é predominantemente negativa e com enquadramentos que denotam violência. Ao se cobrir a violência de gênero que, infelizmente, ocorre diariamente no país, o jornalismo a dissemina para a audiência e assim constrói uma imagem e referência de mulher: a vítima desconhecida que poderia ser qualquer uma, até mesma alguém que mora ao lado.

O que se pode perceber sobre isso é que a construção da mulher como vítima de violência é, atualmente, uma imagem naturalizada. E por ser uma violência tão comum, ela também é noticiada como um fato cotidiano da vida urbana, sem uma devida complexificação e sem apresentar uma perspectiva política. Trata-se apenas de mais um caso de uma mulher morta por seu companheiro, não de uma violência sistêmica causada pelo cisheteropatriarcado em que o mundo está envolto.

Assim, se percebe que, de forma majoritária, a violência contra a mulher possui um enquadramento episódico (IYENGAR, 1990). Ou seja, a questão da violência dá destaque apenas para o crime e a vítima, não se propõe ao aprofundamento político e da questão de gênero que envolve este tipo de violência. Dessa forma, assim como foi percebido por Iyengar (1990), a violência de gênero é tratada como uma ação individual, não parte de uma estrutura social.

Importante ressaltar a perspectiva defendida por Villegas (2013) ao apontar que o jornalismo trata da violência de gênero como um “info-drama”, as características apontadas por ele também podem ser observadas aqui. São notícias de violência que detalham o crime para a audiência, que criam narrativas com elementos cômicos, de vingança e traição, como se fosse uma narrativa de telenovela. O fato disso ser tão presente não só naturaliza, como esvazia uma luta contra a violência de gênero. As matérias não incentivam uma mudança social, apenas veiculam a nova tragédia do dia.

Atrelado a tudo isso, se tem uma cobertura com uma ínfima presença de enquadramento sensível ao gênero, ou seja, que aprofundem as perspectivas da mulher e as discussões de questões de gênero, o que confirma a segunda parte da primeira hipótese levantada, que é a de que existe pouca incidência de matérias com enquadramento sensível ao gênero na cobertura. No total, 3% das 617 notícias - apenas 17 matérias -, possuíam essa característica.

Soma-se a isso o fato de que, em terceiro e quarto lugar, os enquadramentos de “personalidade” e “incomum” serem os destaques com 13% e 11% de presença, respectivamente. Assim, o que se pode notar é que a mulher cumpre dois papéis na cobertura analisada aqui: ou ela é a vítima ou a provedora de entretenimento para a audiência, e muitas vezes esse entretenimento não é positivo, como visto acima.

Apesar da luta feminista estar presente em algumas notícias, já que o feminismo não é invisível ao jornalismo (SARMENTO, 2020), isso acontece ainda de modo muito ínfimo, como foi apontado por Geisen (2020), existem matérias quando existe demanda sobre isso, não de forma cotidiana nas redações. São observadas poucas notícias envolvendo direitos das mulheres, equidade de gênero e luta feminista.

Ademais, em certos momentos da cobertura, foi vista uma narrativa do movimento feminista de modo mais brando, o que corrobora para o que Dean (2010) apontou como a “domesticação” do movimento feminista pela mídia. Uma imagem desse movimento é criada para se afastar do que seria um radicalismo, assim, um feminismo individual e leve é construído para simpatizar com a audiência. É assim que o movimento se esvazia de seu sentido político, o que por sua vez corrobora para o pouco conhecimento do ele realmente significa para a sociedade que está consumindo esse tipo de notícia.

Além dos enquadramentos observados na cobertura, também foi analisado se as notícias incluíam marcadores de interseccionalidade, uma vez que se entende que a interseccionalidade é algo inseparável do cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2021). Ademais, o gênero em si não está isolado, ele é uma estrutura multidimensional (CONNELL, PEARSE, 2019).

Apenas 64 matérias tinham qualquer um desses marcadores. A raça foi o marcador mais presente nos textos jornalísticos, com uma porcentagem de 31%, em seguida se tem a etnia com 25%, o gênero com 16% e a sexualidade com 13%. Sendo assim, a segunda hipótese dessa dissertação se confirma: existe um número limitado de matérias que se propõem a incluir marcadores interseccionais ao falar sobre questões relativas às mulheres.

Com base nesse resultado se verifica uma cobertura pouco diversa e preocupada com a inclusão. É importante mencionar que se trata do estudo de cobertura de portais regionais que se encontram, em sua maioria, no Norte e Nordeste do Brasil e que possuem uma forte presença de pessoas pretas e pardas e de comunidades indígenas. Apesar disso, é latente a ausência de notícias que se propõem a elencar informações com interseccionalidade, diversificando nas temáticas e no uso das fontes de informação, por exemplo.

Esse cenário corrobora para o que Collins (2019) e Gonzalez (2019) afirmam em seus trabalhos ao falarem sobre como a mídia reproduz o racismo. A presença de mulheres diversas é quase inexistente no volume de notícias analisado. Ao mesmo tempo, existe a falta de humanização nas notícias que são publicadas. Isso leva a pensar que existe uma imagem de mulher midiática, que está longe da realidade regional e brasileira. Elas não possuem raça e etnia, não possuem nomes e direitos. São apenas vítimas coadjuvantes de suas próprias histórias.

A partir disso, as próprias características do jornalismo regional ficam comprometidas, como a proximidade e a diversidade (PERUZZO, 2005). Somado a isso, se notou um grande número de notícias que se tratavam de reproduções de outros veículos. Isso também impacta no poder que o jornalismo regional tem de mobilizar a sociedade ao abordar reivindicações e necessidades das pessoas (GHIZZONI, 2013). Apesar de esses fatores poderem se dever à constrangimentos referentes ao tempo e estrutura das redações (PERUZZO, 2005), a problemática não deve ser ignorada dada a importância do jornalismo regional para os cidadãos que precisam dele para se informar e participar de debates na esfera pública.

Para concluir os enquadramentos da cobertura, foram analisados vieses nos textos jornalísticos e o tratamento das fontes. Foram identificados 66 vieses nas matérias coletadas nos 9 jornais de um total de 617 notícias. O mais visto na cobertura é a vitimização com 56% de presença nos textos, em seguida se tem os estereótipos com 18% e a sexualização com 11%. Ambas as categorias de romantização e culpabilização foram encontradas em 8% das matérias.

Entretanto, apesar de boa parte das notícias não contarem com a citação de fontes de informações, as mulheres foram as mais citadas na cobertura que as envolve, foram ouvidas 251 mulheres no total. De forma mais específica, as fontes oficiais foram as mais citadas nas matérias (N=78) e houve pouca presença de fontes especialistas (N=40). Além disso, apenas 6.8% das matérias possuía a autoria de mulheres repórteres.

Sendo assim, a terceira e última hipótese do trabalho não é confirmada. A cobertura sobre a mulher apresenta vieses, mas de forma ínfima. Sobre o tratamento das fontes, uma assimetria não foi o que se identificou, apesar da cobertura não contar com um grande uso de fontes de informação, uma vez que a maioria das notícias são curtas e sem aprofundamento, as mulheres são as mais citadas nos portais.

A partir das discussões esboçadas acima, ressalta-se que bons exemplos também foram encontrados aqui, e isso prova que pode sim existir produção jornalística diária preocupada com a mulher. Observou-se textos que aprofundaram as discussões de gênero, que compartilharam canais de denúncias, que trouxeram fontes diversas, que promoveram conscientização e

incluíram interseccionalidade nos textos. Apesar de serem um número muito menor, são esses exemplos que deixam transparecer que as redações conseguem avançar quando se fala na cobertura sobre a mulher.

As questões de gênero e a luta feminista já aparecem nos portais regionais e a forma como isso está acontecendo precisa ser analisado. Dessa forma, as discussões elencadas aqui podem servir, inclusive, de motor norteador para a geração de reflexões sobre como o jornalismo enquadra a mulher e o que pode ser transformado para que ele não apenas fale sobre elas, mas seja também ferramenta de conhecimento, visibilidade de vozes, conscientização e mobilização. O jornalismo está imbricado nas estruturas cisheteropatriarcais, assim, ele pode legitimar essas estruturas ou ser uma ferramenta de transformação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da observação que o jornalismo é marcado por desigualdades de gênero em vários níveis, desde o mercado de trabalho até o conteúdo que é produzido rotineiramente nas redações dos veículos de comunicação. Sendo assim, a questão da pesquisa girou em torno de perceber de que forma as mulheres estão enquadradas nas notícias publicadas em portais de notícia. Sendo assim, a problemática central da presente pesquisa é: qual o conteúdo e o enquadramento das notícias sobre as mulheres em portais de notícias amazônicos?

Para desenvolver a pesquisa, os objetos de estudo escolhidos foram portais presentes em capitais da Amazônia Legal, sendo eles: A Crítica (Manaus-AM), Folha de Boa Vista (Boa Vista-RR), A Gazeta do Acre (Rio Branco-AC), A Gazeta do Amapá (Macapá-AP), Diário da Amazônia (Porto Velho-RO), Diário de Cuiabá (Cuiabá-MT), Diário Online (Belém-PA), O Imparcial (São Luís-MA) e Jornal do Tocantins (Palmas-TO).

A escolha destes objetos partiu do interesse em desenvolver uma análise de cunho regional, uma vez que as pesquisas seguem se concentrando no eixo Sul-Sudeste do Brasil, o que faz com que outros tipos de achados e objetos sejam invisibilizados na academia. No total, foram coletadas 617 notícias dos anos de 2021 e 2022 para realizar a dissertação. A metodologia escolhida para desenvolver o trabalho foi de viés quantitativo e teve como ferramentas metodológicas a Análise de Enquadramento aliada à Análise de Conteúdo para responder à pergunta e testar as hipóteses elencadas.

Como objetivo geral, se buscou identificar as características da cobertura noticiosa sobre a mulher e, de forma específica, se verificou se as notícias contemplam uma visão interseccional, se observou a existência de vieses nos textos construídas quando se fala sobre mulheres e foram elencados os principais enquadramentos percebidos no conteúdo jornalístico. Todos esses objetivos foram cumpridos e estão dispostos, junto às hipóteses, na sequência das considerações.

A primeira hipótese apontava que a mulher é, majoritariamente, enquadrada como vítima nas notícias e existe pouca incidência de matérias com enquadramentos sensíveis ao gênero nos portais analisados. Esta foi inteiramente confirmada, o enquadramento de vítima foi o mais presente em uma cobertura que explorou fortemente notícias sobre violência e fatos negativos. Das 617 analisadas neste estudo, 224 enquadraram a mulher como vítima. Ademais, enquadramentos sensíveis às discussões de gênero foram encontrados de forma ínfima na cobertura analisada como um todo. No total, 3% das 617 notícias - apenas 17 matérias -, possuíam essa característica.

Entretanto, é importante destacar que o volume de matérias sobre violência é algo esperado, a violência contra a mulher é um problema público no Brasil e, por isso, também existe uma política de enfrentamento. Sendo assim, o tema se torna muito presente nas coberturas jornalísticas. Porém, também se nota que, no caso estudado, existe uma presença maior de matérias que apenas se atém aos crimes, poucas incluem debates de direito e questões de gênero que são intrínsecas ao tema.

O estudo também buscou uma visão interseccional ao olhar o conteúdo dos 9 portais analisados, assim, a segunda hipótese afirmava que existe um número limitado de matérias que se propõem a incluir marcadores sociais ao falar sobre questões relativas às mulheres. Ela também foi confirmada, uma vez que apenas 64 matérias tinham qualquer uma das categorias de marcadores sociais elencados para a análise dessa dissertação.

Por fim, a terceira hipótese afirmava que a maioria das notícias sobre as mulheres apresentam vieses no desenvolvimento dos textos e assimetrias no tratamento de fontes. Ela não foi confirmada, apesar de existirem alguns textos com vieses textuais, principalmente vitimização das mulheres, eles não são encontrados na maioria das notícias. Foram identificados 66 vieses nas matérias coletadas nos nove jornais de um total de 617 notícias. Ademais, apesar da cobertura não ter um grande uso de fontes de informações para o desenvolvimento dos textos jornalísticos, as mulheres foram as mais consultadas.

Esses resultados mostram que, a partir recorte deste estudo, existe uma cobertura majoritariamente guiada pelo valor-notícia de fatos negativos e violência, além disso, enquadra as mulheres como vítimas, sendo estas mulheres sem identificação e sem humanização. Ademais, são matérias com pouco aprofundamento em apuração, pouco uso de fontes, pouca diversidade e interseccionalidade.

Observa-se também que até mesmo a proximidade, uma das características do jornalismo regional, é comprometida. Esse cenário negativo deixa transparecer que o jornalismo ainda possui um longo caminho para efetivamente trazer as perspectivas da mulher para as redações. Não existe uma diversidade de mulher, o jornalismo constrói apenas uma: a mulher midiática que ao menos tempo não é ninguém e pode ser qualquer uma.

Esses resultados observados no desenvolvimento desta dissertação indicam que, possivelmente, a prática jornalística desenvolvida atualmente nas redações regionais contribui, em grande medida, para um enquadramento desfavorável às mulheres. Os portais analisados apresentam pouca produção autoral, dependência de meios nacionais e de *press releases*, além de que poucas mulheres repórteres eram creditadas na produção das matérias.

Para um jornalismo que tenha efetividade em apoiar a luta das mulheres, as redações precisam passar por mudanças de origem organizacional. Precisa-se de mais mulheres na reportagem e chefiando editorias, de mais produção autoral e com apuração e de uma mudança de prática preocupada com a produção de pautas que incluam diversidade e interseccionalidade, não só quando existe algo factual para cobertura, mas que isso faça parte também da decisão rotineira de pautas.

O fato destes veículos não possuírem produção própria e terem poucas mulheres na reportagem pode ser um fator que contribui para uma cobertura caracterizada por notícias rápidas, factuais, sem humanização e com uma ínfima perspectiva de gênero. Além disso, como foi discutido no capítulo teórico desta dissertação, os principais básicos do jornalismo como a imparcialidade e a objetividade, por si só, já contribuem para que a perspectiva das mulheres seja anulada nos textos jornalísticos.

Uma vez que se sabe que o próprio fazer jornalístico influencia para o desenvolvimento de um conteúdo negativo para as mulheres, como se viu nos resultados deste estudo, é interessante que este jornalismo seja (re)orientado para a promoção de uma cobertura com mais equidade, preocupado com as minorias, com a mobilização social e com a proximidade com seus leitores.

Ressalta-se que fazer isso não é fazer “militância”, o jornalismo em si é responsável por transformações sociais e é um instrumento cidadão. Sendo assim, seu papel também deve ser de gerar conhecimentos e debates para a promoção de direitos de uma sociedade que o tem como referência para a tomada de decisões.

Porém, esses resultados não indicam apenas problemáticas de cobertura quando se trata de matérias que envolvem as mulheres. O jornalismo em si está passando por diversas transformações e enfrenta inúmeros constrangimentos no cotidiano de produção, especialmente quando se olha para as redações regionais. Ou seja, ao contextualizar esses dados com o cenário atual do jornalismo, é importante refletir que os resultados negativos encontrados aqui podem se dever a isso.

Não se trata apenas de apontar que as redações não querem fazer uma cobertura favorável às mulheres, no dia a dia de produção, os repórteres enfrentam obstáculos como acúmulo de função, pressão para aumento de produtividade e falta de infraestrutura, para citar alguns. Sendo assim, os dados encontrados aqui não refletem apenas a produção noticiosa que envolve a mulher, mas pode refletir também os constrangimentos da profissão de forma geral.

Diante disso, este trabalho trouxe contribuições para se entender como está acontecendo o enquadramento da mulher no jornalismo amazônico, mas também reconhece suas limitações.

Por se tratar de uma pesquisa quantitativa, características qualitativas não foram aprofundadas. Isso abre um caminho para pesquisas futuras se aprofundarem nas discussões e somarem com novos resultados e novas reflexões. Pesquisas que se debruçam sobre a prática e o cotidiano das redações podem ser interessantes para explicar quais os principais constrangimentos organizacionais que influenciam para uma ausência de notícias com sensibilidade de gênero.

É importante frisar que o objetivo deste estudo não foi afirmar que existe uma forma perfeita de jornalismo, uma vez que isso é impossível. Mas de demonstrar que existem questões a serem pensadas no conteúdo para que esse jornalismo seja mais justo e apoie as mulheres. Apesar de muitos dados negativos, os resultados também elencaram bons exemplos de redação, com diversidade e sensibilidade às questões das mulheres. Isso legitima que é possível sim fazer um jornalismo com perspectiva de gênero.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALCANTARA, Juliana. Gênero e jornalismo: quem produz as notícias e como influenciam no discurso. **Observatório (OBS\*)**, v. 15, n. 1, 2021.

ALCANTARA, Juliana. Gênero e jornalismo: quem produz as notícias e como influenciam no discurso. **Observatorio (OBS\*)**, v. 15, n. 1, 2021.

AMORIM, Janaína Lopes de. **O corpo está no contrato?: estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de imperatriz**. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021. Disponível em: <https://ppgcom.ufma.br/wp-content/uploads/2022/01/2.-dissertac%CC%A7a%CC%83o-janaina.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384 p.

BARBOSA, Karina Gomes; VARÃO, Rafiza. Erro, dúvida e jornalismo generificado: um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem A Rape on Campus. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, p. 12-29, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELIN, Luciane Leopoldo. Das ruas para a mídia: o assassinato de uma mulher em situação de rua no Rio de Janeiro e seu enquadramento midiático. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 1, p. 133-144, 2019.

BELIN, Luciane Leopoldo; RIZZOTTO, Carla Candida. Menos Estigma, Pouco Aprofundamento: Uma Análise de Enquadramento Noticioso sobre o Direito ao Aborto. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 1, p. 159-187, 2021.

BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar Arraes. Saindo do armário? Uma análise da produção discursiva sobre o grupo LGBT na mídia impressa em Goiás. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 16, n. 2, p. 123–135, 2013.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b, 440 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. A regionalização da mídia televisiva brasileira. **XI Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional**, 2006.

CARDOSO, Laís Cristine Ferreira; ROCHA, Heitor Costa Lima da; LIMA, Nataly de Queiroz. Direitos reprodutivos e jornalismo: o caso da primavera das mulheres brasileiras. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 162-183, abr. 2018.

- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384 p.
- CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. Minas de luta: enquadramentos e percepções das ocupações escolares em São Paulo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 282-305, abr. 2018.
- CHAVERO, Palmira. La mujer en los medios: de la invisibilización a la proclama. *In*: ÁLVAREZ, Diego Zambrano; ÉGÜEZ, María Fernanda Cedeño (org.). **Conversatorio Virtual: mujeres, libertad de expresión y medios de comunicación**. Quito: Consejo de Comunicación, 2020. p. 1-24.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério; WATZKO, Roberta Cunha. Mulheres negras nos jornais: exclusão, gênero e etnia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 39, p. 98-104, ago. 2009.
- CISNEROS, Adriana Paola Martínez; MENDOZA, Ailín Pomare; ÁVILA, María José Navarro; DÍAZ-RINCÓN, Sandra Viviana. Medios de comunicación: incidencia en la criminalidad contra el género femenino adolescente en Colombia. **Tejidos Sociales**, [S. L.], v. 5, n. 1, p. 1-10, jun. 2022.
- COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. 325 p.
- COSTA, Laís Dias Souza da. História por meio da imprensa: a tertúlia do Diário de Cuiabá. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018. p. 1-11. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1622-1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.
- DANCOSKY, Andressa Kikuti; MICK, Jacques; ROCHA, Paula Melani. Masculinização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2022.
- DANTAS, Fernanda Argolo. **“DILMA ROUSSEFF, UMA MULHER FORA DO LUGAR”**: as narrativas da mídia sobre a primeira presidenta do Brasil. 2019. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- DANTAS, Fernanda Argolo; RUBIM, Linda Oliveira. TCHAU QUERIDA: Questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 466-491, 2018.

- DE MAGALHÃES CARVALHO, Eleonora. " Pimenta Neves tem currículo notável": jornalismo, gênero e hierarquia na cobertura do assassinato de Sandra Góme. **Logos**, v. 25, n. 2, p. 60-81, 2018.
- DEAN, Jonathan. Feminism in the papers: contested feminisms in the British quality press. **Feminist Media Studies**, Londres, vol. 10, nº 4, p. 391-407. Dezembro, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1080/14680777.2010.514112>. Acesso em 22/03/2021.
- DINIZ, Debora; CASTRO, Rosana. O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 94-102, 2011.
- ENTMAN, Robert M. Framing Bias: media in the distribution of power. **Journal Of Communication**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 163-173, mar. 2007. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x>.
- ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal Of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; BARBOSA, Jessica de Souza. A maternidade e a distinção de classe nas narrativas de mulheres da revista *Claudia* e *Zero Hora*. **Contemporânea**, [s. l], v. 9, n. 3, p. 448-460, dez. 2011.
- FERNÁNDEZ, Emelina Galarza; VALCARCEL, Aimiris Sosa; PUJALTE, Leticia Quintana. FEMINIST MARCH OF 8M AND COVID-19: the role of the Spanish mainstream press in the criminalization of protest. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, p. 182-213, 2022.
- FERREIRA, Petronilio Filipe Costa; ROCHA, Paula Melani; SCHOENHERR, Rafael. O Maranhão pelo jornalismo efêmero dos stories: a construção de territórios em *O Imparcial*, *Imirante* e *Imperatriz Online*. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 1, p. 66-87, 2022.
- FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 347-362, 2006.
- FISCHER, Rosa; BUENO, Maria. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 586-599, 2001.
- FONTES, Maria Lucineide Andrade. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1805-1812, 2012.
- FUNCK, Susana Bornéo. A (in)visibilidade da mulher na mídia impressa: uma análise discursiva. **Comunicação & Inovação**, [s. l], v. 14, n. 8, p. 15-22, 2007.
- GAMSON, William A. The 1987 Distinguished Lecture: a constructionist approach to mass media and public opinion. **Symbolic Interaction**, [s. l], v. 11, n. 2, p. 161-174, 1988.
- GARCEZ, Bibiana; SILVEIRINHA, Maria João. Objetividade jornalística e perspectiva feminista: por uma articulação. **Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 10, p. 117-130, 2020.
- GARCÍA, Nuria Fernández. Género, medios y política: representación de las mujeres políticas en los medios de comunicación. **Más poder local**, n. 36, p. 42-51, 2018.

GATTO, Yasmin Ribeiro; SOARES, Murilo César. A mulher como algoz de seu próprio crime: enquadramento das notícias de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. p.517-543, Jan/Mar, 2018.

GATTO, Yasmin Ribeiro; SOARES, Murilo César. IMPRENSA E GÊNERO NA AMAZÔNIA: representações jornalísticas da mulher no festival folclórico de parintins (am). **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 4, p. 1-23, jul./set. 2020.

GATTO, Yasmin. O enquadramento jornalístico das torcedoras da Copa de 2018 no jornal A Tribuna. **Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades**, v. 1, n. 4, 2018.

GHIZZONI, Manuela. Jornalismo regional como mediador social: uma análise de conteúdo. **Revista Vernáculo**, n. 32, 2013.

GIARDINA, Francesca; MARQUEZ-LEPE, Esther. La representación de la mujer migrante musulmana en la prensa italiana. **Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios Sobre Migraciones**, [S.L.], n. 52, p. 1-30, 30 jun. 2021. Universidad Pontificia Comillas. <http://dx.doi.org/10.14422/mig.i52.y2021.001>.

GIESEN, Daiane. **Dia internacional da mulher: uma análise de enquadramento dos Jornais El País e a Folha de São Paulo**. 2020. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Faculdade de Artes e Comunicação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

GIL, Ana Soledad. Violencia de género y sentidos en la prensa argentina: Cobertura del femicidio de Ángeles Rawson. **Revista Latinoamericana de ciencias de la comunicación**, v. 14, n. 27, 2017.

GILL, Rosalind. “Postfeminist media culture: elements of a sensibility”. **European Journal of Cultural Studies**, London, vol. 10, nº 2, p. 147-166. Maio, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1367549407075898>. Acesso em 12/05/2021.

GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT. **Who makes the news?: Brasil - National Report**. 2020. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a (s) epistemologia (s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. New York: Northeastern University Press Edition, 1974.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 65, 13 abr. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>.

GOMES, Maria Carmen Aires. Mulheres e política: analisando a representação sociocultural midiática. **Linguagem em (Dis)Curso**, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 195-214, ago. 2007.

GONÇALVES, Gean Oliveira; SILVA, Naiara Rodrigues da; BATISTA, Cicélia Pincer. Saberes Plurais para os Jornalismo: crítica de gênero e contribuições femininas nas Teorias do Jornalismo. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, p. 171-193, Jul/Dez, 2019.

GONZALES, Mercedes Palomino; ROBLES, Rafael. Análisis de la representación social de la mujer en los noticieros de televisión peruanos. **URU, Revista de Comunicación y Cultura**, n. 2, p. 65-87, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da *Amefricanidade*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.

HEILBORN, Maria Luiza. De que gênero estamos falando. **Sexualidade, gênero e sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-6, 1994.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal: o que é**. [20--]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 maio 2022.

IYENGAR, Shanto. The accessibility bias in politics television news and public opinion. **International Journal Of Public Opinion Research**, [s. l], v. 2, n. 1, p. 1-15, 1990.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; VELOSO, Ana Maria da Conceição; CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. Mulher, mídia e esportes: a Copa do Mundo de Futebol Feminino sob a ótica dos portais de notícias pernambucanos. **Revista Eptic**, [s. l], v. 1, n. 18, p. 168-184, abr. 2016.

JOHN, Valquiria Michela. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 498, 30 out. 2014.

JOHN, Valquiria Michela; GUMS, Elyson. Análise da visibilidade e participação feminina na cobertura da Olimpíada Rio 2016 realizada pelos portais ESPNW e Lance! **Observatório**, Palmas, v. 3, n. 6, p. 1-29, dez. 2017.

KITZINGER, Jenny. Media Coverage of Sexual Violence Against Women and Children. In: ROSS, Karen; BYERLY, Carolyn M. (ed.). **Women and media: international perspectives**. 3. ed. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004. Cap. 2. p. 13-38.

LAGO, Cláudia; THAMANI, Manuela; KAZAN, Evelyn. Mulheres negras no março de Claudia e Glamour. **Revista ECO-Pós**, v. 1, n. 22, p. 384-408, 2019 BORGES, Lenise Santana;

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.

LAWRENCE, Regina G. Game-Framing the Issues: tracking the strategy frame in public policy news. **Political Communication**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 93-114, abr. 2000. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/105846000198422>.

LEAL, Tatiane. A mulher emocional: potências e riscos da feminilidade no discurso jornalístico. **RuMoRes**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 191-208, 2017.

LEITÃO, Ana Paula Bezerra; GUAZINA, Liziane Soares. Entre Conflitos e Consensos: Impeachments de Dilma e Collor nas capas de jornais. **Comunicação & Sociedade**, v. 40, n. 3, p. 195-215, 2018.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

LEMISH, Dafna. Exclusion and Marginality: Portrayals of Women in Israeli Media. In: ROSS, Karen; BYERLY, Carolyn M. (ed.). **Women and media: international perspectives**. 3. ed. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2004. Cap. 3. p. 39-59.

LIMA, Daniele Silva. **A presença das mulheres como fontes de informação no telejornalismo: uma análise do Jornal Hoje e do JMTV 1ª Edição**. 2020. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Com Habilitação em Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - Ma, 2020.

LIMA, Daniele Silva; SANTOS, Wyldiany Oliveira; TAVARES, Camilla Quesada. Relações de gênero na rotina de trabalho de mulheres jornalistas: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão. **ÂNCORA - Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 300–321, 2019.

LIMA, Daniele Silva; SOUSA, Nayara Nascimento de; TAVARES, Camilla Quesada. A visibilidade também é política: o lugar das mulheres na cobertura do Jornal Hoje e do JMTV 1ª Edição. **Líbero**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 11-30, ago. 2021.

LOPES, Yara; DE SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. Violência contra a mulher, machismo e patriarcado no enquadramento jornalístico. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 19-34, 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.

LUCAS, Dáleth dos Santos Maia. **Égua paid'égua, com infinitas léguas de tréguas: um estudo dos portais orm news e diário online**. 2018. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/21886/2/D%c3%a1e%20dos%20Santos%20Maia%20Lucas.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

MAGALHÃES, Belmira; RAMIRES, Lídia. Mulher, telejornalismo e estereótipos: classe social, gênero e raça. **Leitura**, n. 69, p. 279-294, 2021.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. Entre o digno e o precário: enquadramento biopolítico de mulheres em fotografias jornalísticas sobre o Programa Bolsa-Família. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 15, p. 33-60, 2019.

MASSUCHIN, Michele Goulart; TAVARES, Camilla Quesada; SILVA, Gabriela Almeida. O que a produção científica tem a nos dizer? Avanços, lacunas e novas perspectivas para as pesquisas sobre Jornalismo e Gênero. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 7, e20223097, p. 1-19, 2020.

MENDES, Kaitlynn. Framing feminism: News coverage of the women's movement in British and American newspapers, 1968–1982. **Social Movement Studies**, v. 10, n. 01, p. 81-98, 2011.

MENSA, Marta; VERNIER, Matthieu; CÁRCAMO-ULLOA, Luís; RUÍZ, Fabían; SOTOMAYOR-GÓMEZ, Boris. (In) Equidad de género en la prensa chilena: periodistas y fuentes. **Revista De Comunicación**, v. 20, n. 2, p. 259-275, 2021.

MIGUEL, Katarini Giroldo; JARA, Tainá Mendes; SOUZA, Lynara Ojeda de. A COBERTURA JORNALÍSTICA DO CASO MAYARA AMARAL: reflexões sobre um feminicídio anunciado. **Comunicação & Inovação**, [S.L.], v. 19, n. 40, p. 71-88, 25 ago. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe.; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 25, n° 73, pp. 59-76, 2010.

MIRANDA, Cynthia Mara; CARVALHO, Carlos Alberto de. De jornalistas como comunidade interpretativa aos jornalismo colonizados e colonizadores: coberturas de feminicídios em jornais amazônicos. In: XXX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 30., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Compós, 2021. p. 1-21. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/de-jornalistas-como-comunidade-interpretativa-aos-jornalismo-colonizados-e-colonizadores--coberturas-de-feminicidios-em>. Acesso em: 10 maio 2022.

MIRANDA, Cynthia Mara; RODRIGUES, Paulo Cezar; CARVALHO, Renilson Cruz. Comunicação, Política e Gênero: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do Estado do Tocantins. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 411-441, 2018.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jun. 2019.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Encontro Anual da Compós, 2019. p. 1-21. Disponível em: [https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf). Acesso em: 24 jul. 2021.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017.

NICOLETTI, Leonardo; SARVA, Sahiti. **When Women Make Headlines**. 2022. Elaborado por The Pudding. Disponível em: [https://pudding.cool/2022/02/women-in-headlines/?utm\\_source=NexoNL&utm\\_medium=Email&utm\\_campaign=OQEL](https://pudding.cool/2022/02/women-in-headlines/?utm_source=NexoNL&utm_medium=Email&utm_campaign=OQEL). Acesso em: 4 ago. 2022.

PACHECO, Leonardo Turchi; SILVA, Silvio Ricardo da. Mulheres e jornalismo esportivo: possibilidades e limitações em um campo masculino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, v. 28, 2020.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald. Framing analysis: an approach to news discourse. **Political Communication**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 55-75, 1993. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10584609.1993.9962963>.

PEREIRA, Mariane Carla. “Mãe também é gente!” E quem foi que disse que não era? Estereótipos sobre a mulher na revista Pais&Filhos. **Comunicação & Sociedade**, [s. l.], v. 33, n. 56, p. 211-231, dez. 2011.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 485-505, 2009.

PERUZZO, Cicilia N. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PILGER, Caroline Roveda. Um jornalismo de subjetividade e a sensibilização na formação do jornalista. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 144-156, dez. 2019

PINTO, Pamela. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 29, p. 95-107, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. Cap. 3. p. 73-104.

RANGEL, Mary; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; MOCARZEL, Marcelo. Fundamentos e princípios das opções metodológicas: Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. **Omnia**, v. 8, n. 2, p. 05-11, 2018.

REGINATO, Gisele Dotto. Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 43-53, jul. 2020.

REIS, Thays Assunção. **A cultura nos diários maranhenses: uma análise editorial dos jornais o estado do maranhão, o imparcial, pequeno e o progresso**. 2017. 145 f. Tese (Doutorado) - Curso de Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/58/1/Thays%20Assuncao%20Reis.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

ROCHA, Paula Melani; DANCOSKY, Andressa Kikuti. A participação feminina no Jornalismo e as representações de gênero: um estudo sobre as mulheres nas editorias online de tecnologia dos principais jornais brasileiros. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 9, n. 1, p. 24-42, 2016.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Representações de Gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.



- ROCIO, Lais de Mello; HENRIQUES, Rafael Paes; ALVES, Gabriela Santos. Bastidores da reportagem sobre assédios sexuais que gerou o movimento# MeToo: reflexões sobre o jornalismo com perspectiva de gênero. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 2, 2021.
- ROSSI, Michelle; RAMIRES, Mário Marques. A Imparcialidade como Conceito de Qualidade Jornalística. *In*: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XIV, 2012, Campo Grande. **Anais...**, 2012. p. 1-7.
- ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vitraço**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: Labcom Books, 2010. p. 53-68.
- SALHANI, Jorge; SANTOS, Heloisa dos; CABRAL, Raquel. Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. 155 p.
- SARMENTO, Rayza. Análise de enquadramento e epistemologia feminista: discutindo implicações metodológicas. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 28, n. 3, 2019.
- SARMENTO, Rayza. Entre tempos e tensões: o debate mediado antes e depois da sanção da lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher (2001 a 2012). **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 2014.
- SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 87, p. 181-202, 2018.
- SARMENTO, Rayza. O feminismo no jornalismo. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 58, p. 1-36, jan. 2020.
- SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSBURY, David. Framing, Agenda Setting, and Priming The Evolution of Three Media Effects Models. **Journal Of Communication**, [s. l], v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil par análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 440 p.
- SILVA, Gabriela Almeida *et al.* Gênero como tema de pesquisa: uma análise dos artigos publicados em revistas da comunicação. *In*: SIMPÓSIO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO TOCANTINA, 12., 2018, Imperatriz. **Anais [...]**. Imperatriz: Simpósio de Comunicação da Região Tocantina, 2018. p. 1-12.
- SILVA, Livia Fernanda Nery; VERNIERI, Samia de Brito Cardoso. Femicídio na juventude: a construção discursiva da notícia em manchetes de portais de teresina. **Eccom**, [s. l], v. 9, n. 18, p. 161-168, dez. 2018.
- SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues da; VIEIRA, Jaci Guilherme. Uma breve análise histórica do jornal Folha de Boa Vista e suas influências políticas e ideológicas. **Norte Científico**, Boa Vista, v. 5, n. 1, p. 143-159, dez. 2010. Disponível em:

[https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte\\_cientifico/article/view/103](https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte_cientifico/article/view/103). Acesso em: 26 set. 2022.

SILVA, Rozeane Feitosa Ximenes. **Violência contra a mulher**: análise de matérias do jornal do tocantins. 2017. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017. Disponível em:

<http://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/2875/1/Rozeane%20Feitosa%20Ximenes%20Silva-%20TCC.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

SILVA, Sarah Dantas do Rego. **Telejornalismo Regional no Maranhão**: rotinas de produção e percepção dos profissionais de comunicação das tv mirante e tv difusora. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; SUAREZ, Karla Alessandra Florencio. Das capas para o espelho: imaginário sobre o feminino nas pautas de moda. **Alceu**, [s. l.], v. 16, n. 31, p. 171-186, dez. 2015.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 27. p. 2-17.

SOARES, Rita; SARGES, Letícia. Jornalismo na Web: O caso Toca Restô Bar pelo Diário Online (DOL). **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 2, n. 2, 2017.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel; NÓRA, Gabriela; SOUZA, Jean. A representação do feminino nas eleições de 2006. **Lumina**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2008.

SOUSA, Janara; SCHEIDWEILER, Gerson. Género y Derecho a la Comunicación: la (in) visibilidad de los discursos feministas en la esfera pública contemporánea. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, v. 1, n. 148, p. 121-138, 2022.

SOUSA, Nayara Nascimento de. **Entraves para a produção jornalística com perspectiva de gênero a partir da feminização do jornalismo no Brasil**. 2022. 200f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

TAVARES, Camilla Quesada *et al.* Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. **Intercom**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 83-102, set. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/interc/a/WV4jvKW4nJcvDkfq5TprM9z/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; NUNES, Mônica Rodrigues. Conteúdos culturais do telejornalismo e a presença das mulheres jornalistas. **RuMoRes**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 198-217, 2014.

TOMÁS, Lorena Maria Nobre. **Manaus e o manauara na prática discursiva do jornal A Crítica**. 2019. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/22093/2/Lorena%20Maria%20Nobre%20Tom%20c3%20a1s.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

TUCHMAN, Gaye. The symbolic annihilation of woman by mass media. In CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles (Orgs.), **Culture and Politics: A Reader**. New York: St. Martin's Press, 2000, p. 150-174.

VILLALVA, Nelly Jácome. Evolución e implicaciones políticas de la representación de lo femenino en los medios de comunicación ecuatorianos. In: ÁLVAREZ, Diego Zambrano; ÉGÜEZ, María Fernanda Cedeño (org.). **Conversatorio Virtual: mujeres, libertad de expresión y medios de comunicación**. Quito: Consejo de Comunicación, 2020. p. 1-24.

VILLEGAS, Juan Carlos Suárez. LA ÉTICA DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN FRENTE A LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 10, n. 18, 2013.

## APÊNDICE A

### LIVRO DE CÓDIGOS

Conteúdo e enquadramento de notícias sobre mulheres em portais amazônicos

#### 1. ID DO SITE

Identificar o site analisado

#### 2. DATA

Data da publicação

#### 3. TÍTULO

Título da matéria

#### 4. ESTRUTURA

Tipo de material produzido

| Código | Estrutura                |
|--------|--------------------------|
| 1      | Texto                    |
| 2      | Foto/Galeria/Fotolegenda |
| 3      | Vídeo                    |
| 4      | Texto e Foto             |
| 5      | Texto e Vídeo            |
| 6      | Texto, foto e vídeo      |

#### 5. AUTORIA

| CÓD. | TIPO                           |
|------|--------------------------------|
| 1    | Repórter Feminina              |
| 2    | Repórter Masculino             |
| 3    | Institucional                  |
| 4    | Agência de notícias/Reprodução |
| 5    | Sem autoria clara              |

#### 6. VALOR-NOTÍCIA

Indicar presença (1) ou ausência (0)

|    |                       |  |
|----|-----------------------|--|
| V1 | Poder de elite        | Chamadas de notícias que envolvem a manifestação de disputa de poder ou o poder propriamente dito, quer seja individual, de organizações ou institucional. Envolve candidatos e políticos. Trata de personalidades importantes (presidente, ministro, etc).  |
| V2 | Celebridade           | Chamadas de notícias que envolvem astros da música, TV, esporte, etc. São pessoas pública, mas celebridades.   |
| V3 | Entretenimento        | Chamadas de histórias que tratam de temas que por princípio não fariam parte do debate público, tais como sexo, drama ou humor, predominantemente sob a ótica do interesse humano. Notícias sobre novelas, fofocas, famosos, etc. Aqui também entram as notícias sobre esportes.   |
| V4 | Surpresa              | Chamadas de fatos noticiados por serem surpreendentes ou inesperados. Casos, por exemplo, que fogem do comum e causam surpresa no leitor. Enquadra, quase sempre, coisas bizarras.   |
| V5 | Fatos Negativos       | Chamadas de histórias com tons negativos, tais como conflitos, tragédias, mortes, dados negativos, etc. É tudo aquilo que ganhou espaço na mídia justamente por ser algo ruim.   |
| V6 | Fatos Positivos       | Chamadas de histórias com tons positivos, tais como resgates, curas, resultados de pesquisas, dados de melhora no IDH. Fatos que ganham visibilidade por trazerem coisas boas. É o contrário do fato negativo.   |
| V7 | Magnitude             | Chamadas de fatos que viram notícias por serem percebidos como significativos para um grande número de pessoas. Tem que interessar para a população de todo o país, influenciando direta o indiretamente na vida das pessoas. Tem relação com a área de circulação do jornal. São fatos que são grandes e que importam não somente para mim, que moro em uma região específica, mas para todos os moradores do país. Por exemplo: aumenta salário mínimo. Importa para o país todo e não só para uma parcela da população. |
| V8 | Relevância            | Chamadas de notícias que viram notícias porque são percebidas como relevantes para o público. Não depende de ter significado para toda a população, pode ser algo mais restrito.   |
| V9 | Agenda da comunicação | Chamadas que falam da programação de emissoras de televisão, ou seja, que tratam dos próprios meios de comunicação. Ex: fala de um programa de televisão, de uma   |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  | novela, de um ator de uma novela. Ou seja, está falando da própria “agenda dos meios”. |
|--|--|--|

## 7. TEMA

Identificar o tema central das reportagens, podendo ser eles:

| <b>CÓD.</b> | <b>TEMA</b>            | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
|-------------|------------------------|---|
| 1           | Política               | Matéria relacionada à políticas públicas, os três poderes e movimentos sociais  |
| 2           | Violência/Segurança    | Matérias que envolvem crimes, estatísticas de violências e segurança, etc.  |
| 3           | Acidentes              | Matérias sobre acidentes, fenômenos da natureza, etc.   |
| 4           | Economia               | Matéria relacionada a emprego, salário, preços, movimentos da bolsa, produção agrícola ou pecuária, etc.                    |
| 5           | Saúde                  | Matéria relacionada ao sistema público de saúde, doenças, dados da saúde pública, campanhas de prevenção ou vacinação, etc. |
| 6           | Educação               | Matéria que envolve a educação pública ou privada.  |
| 7           | Esportes               | Matéria que envolve esportes, competições e entidades do meio.  |
| 8           | Entretenimento/Cultura | Matéria sobre beleza, música, cinema, cultura local, etc.   |
| 9           | Curiosidades           | Matérias sobre fatos curiosos, absurdos, incomuns, etc.   |
| 10          | Outro                  | Matérias que não se enquadram em nenhum tema categorizado.  |

## 8. SUBTEMA

Identificar subtemas relacionados especificamente aos direitos das mulheres, desigualdade de gênero e a violência

| <b>CÓD.</b> | <b>SUBTEMA</b>        | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|-------------|-----------------------|--|
| 1           | Direito das mulheres  | Matéria relacionada aos direitos das mulheres nas esferas políticas                            |
| 2           | Violência de gênero   | Matérias que envolvem crimes relacionados à violência de gênero, divulgação de pesquisas, etc. |
| 3           | Movimento de mulheres | Matérias que tratam sobre protestos e movimentos organizados por mulheres                      |
| 4           | Igualdade de gênero   | Matérias que destacam a fatos relacionados à igualdade entre homens e mulheres na sociedade    |
| 9           | Não se aplica         | Matéria sem presença de um dos subtemas  |

## 9. ABRANGÊNCIA

| <b>CÓD.</b> | <b>ABRANGÊNCIA</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|-------------|--------------------|--|
| 1           | Local              | Matérias sobre a cidade em que o jornal está localizado                  |
| 2           | Regional           | Matérias sobre outras cidades dentro do estado                           |
| 3           | Nacional           | Matérias de interesse nacional e/ou que envolvam fatos de outros estados |
| 4           | Internacional      | Matérias sobre outros países   |

## 10. INTERSECCIONALIDADE

Identificar a presença (1) ou ausência (0)

| <b>CÓD.</b> | <b>TIPO</b>                   | <b>DESCRIÇÃO</b>      |
|-------------|-------------------------------|-----------------------|
| I1          | Interseccionalidade com raça  | Inclui menção à raça  |
| I2          | Interseccionalidade com etnia | Inclui menção à etnia |

|    |                                 |     |   |
|----|---------------------------------|-----|---|
| I3 | Interseccionalidade classe      | com | Inclui menção à classe                  |
| I4 | Interseccionalidade sexualidade | com | Inclui menção à sexualidade             |
| I5 | Interseccionalidade gênero      | com | Inclui menção ao gênero                 |
| I6 | Interseccionalidade PcD         | com | Inclui menção à pessoas com deficiência |

### 11. QUANTIDADE DE FONTES CONSULTADAS

Enumerar a quantidade de fontes usadas nas reportagens

### 12. QUANTIDADE DE MULHERES CONSULTADAS

Enumerar a quantidade de fontes femininas usadas nas reportagens

### 13. FUNÇÃO DA FONTE FEMININA

Indicar a função de todas as mulheres consultadas nas matérias

| <b>CÓD.</b> | <b>TIPO</b>        | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
|-------------|--------------------|---|
| 1           | Assunto da matéria | Fonte é o assunto da matéria  |
| 2           | Oficial            | Representante oficial do assunto da matéria   |
| 3           | Especialista       | Especialista no tema da matéria   |
| 4           | Vítima             | A fonte sofreu algum tipo de violência ou acidente  |
| 5           | Personagem         | A fonte é apenas apresentada para personalizar a matéria e trazer proximidade com os leitores |
| 6           | Não sabe dizer     | Não é deixado claro   |
| 7           | Outro              | A fonte não se enquadra em nenhuma categoria indicada   |

### 14. VIÉS TEXTUAL



| <b>CÓD</b> | <b>TIPO</b>                           | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|------------|---------------------------------------|--|
| N1         | Estereótipos                          | Matérias que apresentam estereótipos ao falar de mulheres  |
| N2         | Reforço de padrões de beleza          | Matérias que deixam transparecer um reforço ao padrão de beleza                                    |
| N3         | Sexualização da mulher                | Matérias que deixam transparecer uma sexualização da mulher, a colocando como objeto sexual        |
| N4         | Romantização de figuras femininas     | Matérias com narrativas que romantizam as mulheres, retratando seus problemas com um viés positivo |
| N5         | Culpabilização da vítima de violência | Matérias que deixam transparecer uma culpabilização de vítimas de violência                        |
| N6         | Vitimização das figuras femininas     | Matérias que destacam, de forma chocante e forte, a forma com que mulheres foram mortas            |

### 15. ENQUADRAMENTO

| <b>CÓD</b> | <b>TIPO</b>      | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|------------|------------------|--|
| E1         | Vítima           | Matérias que destacam as mulheres como vítimas de violências ou acidentes, por exemplo.      |
| E2         | Criminal         | Matérias policiais que se atém apenas à crimes cometidos por mulheres e seus desdobramentos. |
| E3         | Política pública | Matérias que destacam políticas públicas voltadas às mulheres, sobre a esfera política, etc. |

|    |                    |  |
|----|--------------------|--|
| E4 | Estatístico        | Matéria que tratam, de forma primordial, estatísticas relacionadas à violência, desigualdade ou quaisquer temas que envolvam a mulher. De forma geral, a matéria é construída com base em algum dado, ou seja, mesmo que perpassa outro enquadramento, este vai ser o principal. |
| E5 | Personalidade      | Matérias que destacam as mulheres por serem celebridades ou figuras conhecidas, tanto em nível internacional quanto local. O ponto principal da matéria é tratar sobre uma mulher de forma específica.   |
| E6 | Incomum            | Matérias que relatam coisas fora do “comum” envolvendo mulheres, mas que não sejam relacionadas à violência.   |
| E7 | Dramático          | Matérias com enfoque mais sensacionalista e que apelam para o emocional do leitor, muitas vezes trazendo falas de vítimas ou de familiares/amigos de vítimas.  |
| E8 | Conscientização    | Matérias com o intuito de promover conscientização sobre temas relacionados à mulher, direitos das mulheres e equidade de gênero ou de divulgação de ações voltadas para as mulheres.  |
| E9 | Sensível ao gênero | Matérias que incluem uma discussão de gênero mais aprofundada, destacando problemáticas, os direitos da mulher, a igualdade de gênero e ouvindo fontes mulheres com conhecimento especial sobre o assunto. De forma  |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  |  | geral, esse tipo é muito mais aprofundado e melhor trabalhado, com diversidade de fontes, ouvindo mulheres que representam movimentos sociais e organizações que representam a mulher. Assim, deixam claro as questões e a importância de falar sobre gênero. |
|--|--|---|

## **16. OBSERVAÇÕES**

Espaço para destacar algo interessante sobre as matérias.

## **17. TRECHOS**

Destacar trechos que podem ser importantes para a análise.